

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia - UESB
Programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade

**CRÍTICA TEXTUAL NEOLACHMANNIANA E MEMÓRIA
DISCIPLINAR: OS LUGARES-COMUNS CRÍTICOS DA FILOLOGIA
BRASILEIRA**

Marinês de Jesus Rocha

Vitória da Conquista
Fevereiro de 2015

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia - UESB
Programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade

**CRÍTICA TEXTUAL NEOLACHMANNIANA E MEMÓRIA
DISCIPLINAR: OS LUGARES-COMUNS CRÍTICOS DA FILOLOGIA
BRASILEIRA**

Marinês de Jesus Rocha

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade, como requisito parcial e obrigatório para obtenção do título de Mestre Em Memória: Linguagem e Sociedade.

Orientador: Prof. Dr. Marcello Moreira

Vitória da Conquista
Fevereiro de 2015

R83c Rocha, Marinês de Jesus

Crítica Textual Neolachmanniana e Memória Disciplinar: os Lugares-Comuns Críticos da Filologia Brasileira; orientador Marcello Moreira, Vitória da Conquista, 2015.
f. 152.

Dissertação (mestrado em Memória: Linguagem e Sociedade). - Programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade
Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, 2015.

1. Lachmannismo. 2. Edição Crítica. 3. Texto Genuíno. 4. Teorias da Edição. 5. Paradigmas Filológicos. I. Moreira, Marcello. II. Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. III **Crítica Textual Neolachmanniana e Memória Disciplinar: os Lugares-Comuns Críticos da Filologia Brasileira.**

Título em inglês: Neolachmannian Textual Criticism and Disciplinary Memory: Critical Common-Places of Brazilian Philology

Palavras-chave em inglês: Lachmann Method; Critical Edition, Genuine Text; Editorial Theories; Philological Paradigms.

Área de concentração: Multidisciplinaridade da Memória

Titulação: Mestre em Memória: Linguagem e Sociedade.

Banca Examinadora: Prof. Dr. Marcello Moreira (presidente), Prof. Dr^a. Isnara Pereira Ivo (membro titular), Prof. Dr. Arivaldo Sacramento de Souza (membro titular).

Data da Defesa: 25 de fevereiro de 2015

Programa de Pós-Graduação: Programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade.

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade

BANCA EXAMINADORA

Profº Dr. Marcello Moreira (UESB) Orientador

Profª Drª Isnara Pereira Ivo (UESB)

Profº Dr. Arivaldo Sacramento de Souza (UFBA)

Suplentes

Profª. Drª. Edvânia Gomes da Silva (UESB)

Profª. Drª. Maria do Socorro Fernandes de Carvalho (UNIFESP)

Vitória da Conquista, 25 de fevereiro de 2015.

Resultado: _____

Para Marcello Moreira

AGRADECIMENTOS

A Deus, pelo fôlego de vida, pela força e ânimo.

Ao meu orientador, Marcello Moreira, pelo cuidado, pelos comentários, observações e pelos seus conselhos imprescindíveis. Um grande exemplo para mim de professor e pesquisador e cuja minha admiração vai muito além dos estudos.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, CAPES, pela bolsa concedida.

Às professoras Maria da Conceição Fonseca Silva e Lívia Diana Rocha Magalhães, coordenadoras do Mestrado em Memória: Linguagem e Sociedade.

Aos professores Edson Silva de Farias, Ana Elizabeth Santos Alves e Halysson F. Dias Santos, com os quais muito aprendo.

Aos professores Flávio Antônio Reis e Isnara Pereira Ivo, pelas preciosas orientações no exame de qualificação.

À minha família, principalmente ao meu pai, Mário, pelo apoio, sem o qual eu não teria chegado onde estou, e, à minha mãe, Ermita, pelos conselhos e carinho.

Aos meus irmãos, Fabiana, Romário, Anelita e Ivanete, pelo apoio e incentivo.

Agradeço muito aos colegas do mestrado: Manoela, Ocerlan, Tânia, Priscila Ferreira, Priscila Correia, Lucas, Izis, Lívia, Joane, Danilo, Cleide e Carmelucia.

Aos colegas Milena, Joseane, Raeltom, Lêda, Luzia, Elton e Estácio.

À minha amiga, Silmara, com quem pude sempre contar.

Aos amigos Renária e Maurilson, e aos amigos e irmãos, D. Marinalva, Leila, Adriano, Eliene, Magnólia, Antonio Marcos, Welder, Sr. João, Sr^a. Belarmina, Helena, Cláudia, Milton César, Janderson, Jamile Ananda, Juliana Adara, Dauva, Luiz, Silvana, Sr. Amaro, D. Zumerinda e Rejane.

Ao meu caro e estimado amigo, Pr. Davi.

Ao meu avô, Antônio.

A todos que, mencionados ou não aqui, contribuíram, de forma direta ou indireta, para que esse trabalho fosse concluído.

RESUMO

Objetiva-se escrever uma breve história de procedimentos filológico-críticos a partir de *Introdução à Edótica*, de Segismundo Spina, e *Iniciação à Crítica Textual*, de Leodegário de Azevedo Filho, os manuais mais citados em estudos e edições de tipo crítico e de tipo genético no Brasil e expor uma crítica à forma como, na história da filologia brasileira, os conceitos e categorias neles defendidos são “anacronicamente” reapropriados. Essa apropriação de categorias e conceitos filológicos e sua aplicação anacrônica tornam-se patentes em estudos hodiernos sobre as “tradições” poéticas seiscentistas e seiscientistas, ao evidenciarem que os procedimentos metódicos do lachmannismo, quando acriticamente aplicados a quaisquer tradições textuais, tornam-se historicamente indevidos, já que é impossível justamente transhistoricizar os conceitos e categorias em que aqueles se fundamentam.

PALAVRAS-CHAVE:

Lachmannismo; Edição Crítica; Texto Genuíno; Teorias da Edição; Paradigmas Filológicos.

ABSTRACT

This study aims at writing a short critique of philological procedures starting from *Introdução à Edótica*, by Segismundo Spina, and *Iniciação à Crítica Textual*, de Leodegário A. de Azevedo Filho, books that can be considered the most read amongst those dealing with philological method. The critical concepts pertinent to philological method present in these books are in general appropriated from young philologists in a very mechanical fashion, without noticing that the historicity of the textual traditions they deal with are incompatible with the philological method derived from Karl Lachmann.

KEY-WORDS

Lachmann Method; Critical Edition; Genuine Text; Editorial Theories; Philological Paradigms.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	1
2. A CRÍTICA TEXTUAL LACHMANNIANA NO BRASIL.....	4
3. A CRÍTICA FILÓLOGICA NÃO LACHMANNIANA E A HISTORICIDADE DAS TRADIÇÕES TEXTUAIS.....	41
4. A CRÍTICA FILÓLOGICA E SUA INÉRCIA PARADIGMÁTICA.....	89
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	139
REFERÊNCIA.....	148

1. Introdução

A dissertação de mestrado que se lhes apresenta tem como objetivo empreender uma crítica, mesmo que inicial e bastante incompleta, do que aqui se chama "inércia" do paradigma crítico-filológico lachmanniano, dominante nas instituições de ensino superior brasileiras, em que se estuda, ainda nos dias de hoje, crítica textual.

Com o objetivo de demonstrar como o método filológico de base lachmanniana, dominante no Brasil, é transmitido de uma geração a outra de estudiosos, leem-se alguns manuais que tem como escopo o ensino da crítica textual entre nós com o objetivo expresso de verificar como conceitos operacionais do método derivado de Karl Lachmann são atualizados nesses livros e como se repetem de um a outro de forma praticamente imutável, como se houvesse um *modus operandi* que servisse para editar quaisquer textos de quaisquer tempos e lugares que servisse a todos e atendesse à historicidade de todos e a suas particularidades.

Os manuais de crítica textual por nós selecionados, com o objetivo de cotejar as principais categorias críticas neles presentes, são aqueles que comparecem nos estudos filológicos brasileiros como proponentes de método a seguir. Deter-nos-emos, desse modo, na leitura e crítica dos livros de Segismundo Spina (1977), Leodegário A. de Azevedo Filho (1987), Antônio Houaiss (1983) e César Nardelli Cambraia (2005), para citar, por ora, apenas os mais importantes, porque mais recorrentes nas bibliografias dos estudos filológicos e textuais. Muitos outros livros e artigos sobre crítica textual e filologia serão analisados por nós nesta dissertação com o fito de demonstrar como um conjunto cerrado de conceitos e categorias críticas, que operacionaliza o método de Karl Lachmann e seus derivados, é apropriado e atualizado, nos muitos estudos que constituem nosso *corpus* primário, produzidos no Brasil. Uma particularidade desses estudos é o repetir, sem visar a nenhuma inovação, os mesmos conceitos e categorias críticas que operacionalizam o método neolachmanniano em Itália, sendo que os autores italianos são os mais citados nas bibliografias dos manuais de crítica textual cujos autores citamos nominalmente acima.

Pode-se afirmar, o que não fazemos nem pretendemos fazer, que a crítica textual, para o ser, tem de ser praticada nos moldes de base lachmanniana por que nos é apresentada nos manuais cujo conteúdo será escrutinado no primeiro capítulo desta dissertação, mas, é o que proporemos, pode-se pensá-la também de modo muito diverso,

criticando-se a própria ideia de método, e, sobretudo, a ideia de univocidade de método, tão cara aos filólogos que praticam o neolachmannismo entre nós. Para empreender a crítica do método lachmanniano tal como proposto e praticado no Brasil, tomaremos com objeto inicial de nossa análise o conceito de "genuinidade" e o correlato produto dele derivado, o *unus textus*, que representaria o ânimo autoral e que caberia à crítica textual recompor se necessário.

A crítica do conceito de "genuinidade" implica, ao mesmo tempo, criticar vários outros a ele relacionados no âmbito da filologia de base lachmanniana, como, por exemplo, *usus scribendi* e *lectio difficilior*, que servem para - no caso de tradições em que não se pode selecionar a lição com base no predomínio numérico de variantes - escolher a variante que teria dimanado do próprio autor e que seria a unidade de expressão correlata da unidade de sujeito.

Se no primeiro capítulo empreenderemos, como se disse, a crítica da crítica textual de base lachmanniana feita no Brasil - tarefa essa que já foi em grande medida realizada por Marcello Moreira -, com a leitura de textos críticos e metódicos que não foram lidos quando da escrita de *Critica Textualis in Caelum Revocata*, no segundo, por outro lado, tentaremos demonstrar porque uma filologia que não apregoe a unidade de método é produtiva e talvez seja mais produtiva do que uma filologia e uma crítica textual ortodoxamente metódica, que não se proponha criticar-se. Com o objetivo expresso de demonstrar como há caminhos viáveis para uma filologia que não proponha como ideal crítica a unidade de método, leremos autores que criticaram a filologia de base lachmanniana ou diretamente ou indiretamente, pensando as tradições textuais que podem ser objeto da crítica textual como portadoras de uma historicidade que cumpre reconhecer e que esse reconhecimento é condição primeira de se poder pensar procedimentos críticos e metódicos afeitos a essa historicidade.

O terceiro e último capítulo tem como objetivo discutir a inércia do paradigma filológico de base lachmanniana entre nós. Partiremos, para a escrita desse capítulo, do livro de Kuhn (1975) sobre o método científico e sobre mudanças paradigmáticas no campo científico com o objetivo de demonstrar como os manuais de crítica textual publicados no Brasil reificaram de certo modo a proposta metódica de Karl Lachmann, desistoricizando-a e transistoricizando-a.

O capítulo visa também a demonstrar o modo como os filólogos lachmannianos falharam ao defenderem o estatuto "científico" para uma disciplina de cunho histórico e, ao mesmo tempo, ignoraram os processos de mudanças ou

“revoluções científicas”, pelos quais todas as disciplinas que assim se denominam estão sujeitas, segundo estudiosos como, por exemplo, Thomas Kuhn.

Cabe dizer, por fim, que esta dissertação é fruto de uma reflexão principiante, com caráter introdutório a um conjunto de saberes árdios de angariar, difíceis de manejar criticamente e mais ainda de operacionalizar ao tempo em que o filólogo deve observar-se operacionalizando-os para que não caia no erro de reificar sua prática.

2. A Crítica Textual Lachmanniana no Brasil

De início, objetivamos discutir a configuração da história da crítica textual no Brasil, demonstrando, sobretudo, a maneira como alguns postulados tornaram-se canônicos, a partir, especificamente, de dois manuais: *Introdução à Edótica*, de Segismundo Spina (1977), e *Iniciação em Crítica Textual*, de Leodegário A. de Azevedo Filho (1987). Spina (1977) e Azevedo Filho (1987) sistematizam as etapas operacionais da crítica textual, mas essa sistematização concerne apenas a um tipo de crítica textual, aquela que visa à “restituição” do texto dito “genuíno”. Essa sistematização, por falta de recursos bibliográficos em nosso país, e pela acriticidade que tem caracterizado a filologia brasileira, tem se tornado indiscutível em relação ao que se concebe como o “fazer filológico” e essa sistematização dos procedimentos filológicos, assim como a exposição da finalidade de uma edição crítica, na perspectiva formulada por Karl Lachmann, constituem, ainda nos dias atuais, a estrutura daquilo que se concebe como a filologia para a maioria dos estudiosos brasileiros dessa área. Há, entre Spina (1977) e Azevedo Filho (1987), uma conformidade metodológica no que diz respeito aos critérios e procedimentos a serem utilizados na fatura de uma edição crítica, já que a própria finalidade desse tipo de edição é compreendida da mesma maneira pelos dois estudiosos citados. A definição por eles dada de edição crítica não é fruto, no entanto, de uma reflexão pessoal, pois eles a encontraram em manuais de filologia italianos e ingleses por eles compulsados e lidos, sem que haja, em seus livros, remissão explícita às fontes donde extrataram cada categoria ou conceito. É nos manuais de Spina (1977) e de Azevedo Filho (1987), eles próprios fontes secundárias ou terciárias do método neolachmanniano no Brasil, que irão beber os estudiosos de filologia e crítica textual em nosso país.

Ao nos depararmos, quando da leitura do manual de Segismundo Spina (1977), com a afirmação de caráter prescritivo “a edição crítica tem por finalidade restituir ao texto a sua genuinidade, facilitar sua leitura, torná-lo inteligível, valorizá-lo e permitir à crítica literária o exercício tranquilo de sua tarefa [...]” (SPINA, 1977, p. 80), decidimos voltar nossa atenção aos estudos filológicos realizados no Brasil para verificar a penetração, entre os praticantes da crítica textual, dessa definição do trabalho de edição. Demo-nos conta de que a definição do “objetivo” a que visa a crítica textual, segundo

Segismundo Spina (1977), está presente ou subentendido em quase todas as pesquisas e propostas editoriais realizadas entre nós, assim como se faz acompanhar das demais prescrições da crítica textual de base lachmanniana, que são citadas ou reapropriadas a partir do texto spiniano, e, sobretudo, do manual de Azevedo Filho (1987). Para aqueles que adotam esse ponto de vista, o do lachmannismo, a citação e apropriação desses discursos de autoridade justificam a tarefa empreendida, neles baseada, e por eles justificada, e, ao mesmo tempo, parece fazer dispensar o retorno às fontes primárias do lachmannismo e do neolachmannismo italiano, alemão e anglo-saxão, que nunca são de fato lidas. Desse modo, esses manuais são um repositório de conceitos prontamente acessíveis aos pesquisadores e não se costuma discuti-los, questioná-los e, sobretudo, colocá-los em dúvida.

Sendo assim, uma breve história da Crítica Textual no Brasil teria de iniciar-se, naturalmente, por esses manuais de crítica textual, que fixaram os lugares-comuns críticos da filologia no Brasil, que nada mais são do que as definições de crítica textual e dos procedimentos que levam a bom termo o labor editorial. Desse modo, em nossa dissertação, empreenderemos essa tarefa, expondo minuciosamente esses lugares-comuns dotados de autoridade em relação ao fazer filológico, compartilhados pelos estudiosos em questão, e apresentaremos as diferentes etapas de operacionalização de uma edição crítica, segundo o método formulado por Karl Lachmann e preconizado por Segismundo Spina (1977) e Leodegário A. de Azevedo Filho (1987). Nesse sentido, como pretendemos mostrar, as tentativas de sintetizar e de sistematizar os desenvolvimentos da crítica textual no Brasil e de escrever uma história dessa disciplina, até o momento realizadas, foram levadas a termo como um natural desdobramento daqueles pressupostos lachmannianos que balizam um certo tipo de fazer filológico, o que nos leva a dizer que esses empreendimentos históricos-críticos dispensaram uma reflexão a respeito da pertinência de naturalizar-se os postulados críticos que sempre se veem atualizados em cada nova tentativa de escrever a história da crítica textual.

Tanto na filologia brasileira quanto na portuguesa, algumas publicações de síntese dos estudos de cunho crítico-filológico demonstram a “inércia intelectual”, como afirma Moreira (2011a), que determina as atividades desenvolvidas, sempre amparadas em lugares-comuns não problematizados, que fundamentam e justificam aquilo que se ajuíza a melhor forma de inteligibilidade de textos que se produziram em tempo e espaço diferenciados. Para mencionarmos apenas alguns exemplos, em

Tendências Atuais da Linguística e da Filologia no Brasil, por exemplo, Naro (1976), seguindo os preceitos da vertente lachmanniana, que em nossa concepção urge de uma revisão, descreve a forma como a investigação filológica foi conduzida em nosso país em sucessivas gerações, enfatizando os tipos de estudo e de edições propostos, as principais revistas e os estudiosos mais importantes desse campo de pesquisa; já o texto de Megale e Cambraia (1999), *Filologia Portuguesa no Brasil*, pode ser considerado uma síntese dos desenvolvimentos da crítica textual brasileira até a década de noventa. No artigo, os autores elencam alguns estudiosos que primeiro palmilharam os caminhos até então percorridos pela disciplina, tais como os filólogos Antenor Nascentes e Serafim da Silva Neto. Há também o livro de Silva (2007), *Para Uma Bibliografia Brasileira de Crítica Textual*, recentemente publicado, que figura entre aqueles que retomam os principais acontecimentos históricos da filologia no Brasil para expor uma lista das principais referências da área de estudo, sobretudo para os iniciantes. O livro se torna relevante, para os estudiosos que se filiam às vertentes que creem na genuinidade autoral, por resenhar, em sua parte inicial, os preceitos críticos presentes em três manuais de crítica textual que, segundo o autor, são as mais importantes publicações na área da filologia, no século XXI e que aqui mencionamos, por serem parte dos trabalhos que objetivamos criticar: *Base Teórica da Crítica Textual*¹, *Fundamentos da Crítica Textual*² e *Introdução à Crítica Textual*³. É relevante mencionarmos ainda que o filólogo português Ivo Castro (1980) publicou, na *Revista Boletim de Filologia*, uma leitura crítica de um dos manuais que constituem nosso *corpus* de análise, o de Spina (1977). Seu texto é uma severa crítica a aspectos variados do manual, no que diz respeito, por exemplo, às informações de cunho histórico, aos aspectos “doutrinários” e “operacionais”, nas duas partes que o compõem. Desse modo, o que podemos inicialmente afirmar, é que, em grande medida, os estudos citados caracterizam a manutenção de conceitos e critérios do paradigma lachmanniano entre nós, já que as reflexões e apreciações publicadas não incidem na validade, por exemplo, do “objetivo

¹ AZEVEDO FILHO, Leodegário A. de. *Base Teórica de Crítica Textual*. Rio de Janeiro: H. P. Comunicação, 2004. Este livro é uma síntese de *Iniciação à Crítica Textual*, de 1987, sobretudo, da parte em que são apresentadas as etapas constituintes de uma edição crítica. Sendo assim, Azevedo Filho (2004) suprime, nessa renovação dos preceitos e categorias necessárias à fatura de uma edição crítica de tipo lachmanniano, os exemplos que se fazem presentes no livro do final do século XX, pois, de acordo com ele, no que diz respeito aos exemplos práticos, a bibliografia é abundante.

² SPAGGIARI, Barbara & PERUGI, Maurizio. *Fundamentos da Crítica Textual: História, Metodologia, Exercícios*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2004.

³ CAMBRAIA, César Nardelli. *Introdução à crítica textual*. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

do labor filológico” ou em conceitos como os de “genuinidade” e “originalidade”. Isso se deve ao fato, como asseveramos anteriormente, de alguns preceitos serem reconhecidos, por muitos filólogos brasileiros, como inquestionáveis. Sendo assim, em muitos dos livros, artigos, resumos publicados em anais de congressos, etc, dos filólogos que são considerados os mais importantes na história dos estudos críticos-filológicos brasileiros e portugueses, as ideias de que a função da crítica textual é única e de que há um conjunto de procedimentos a serem utilizados por todos, ou seja, de que há um método a ser seguido, tornam patente uma barreira à reflexão a respeito dos procedimentos metodológicos pertinentes para uma determinada tradição em estudo, pelas suas especificidades sócio-históricas e não por intermédio de um conjunto de categorias preexistentes e exteriores.

Para emprendermos uma crítica ao modo como os estudos na área da filologia deixaram de avançar, por se pautarem sempre na autoridade dos livros de Spina (1977) e Azevedo Filho (1987), lançamos mão de estudos que apontam para necessidade de se considerar aspectos variados nas tradições em análise e de se adentrar a historicidade destas, para, a partir de suas particularidades, formular critérios pertinentes nas edições de tipo crítica que forem feitas. Sendo assim, ao propor critérios metodológicos para a edição do *corpus* atribuído ao poeta Gregório de Matos e Guerra, que consideram a historicidade da “tradição” e em que a “cultura escribal”, os “agentes” dessa cultura e a “manuscritura”, por exemplo, figuram como elementos a serem considerados pelo filólogo quando do estudo dos manuscritos, Moreira (2011a) discute, nas páginas iniciais do seu livro, os problemas gerados pelos procedimentos críticos defendidos pelos principais filólogos brasileiros, quando aplicados a “textos” produzidos nos séculos XVII e XVIII, por resultarem em “anacronismo”, “reducionismo” ou empobrecimento da “tradição”.

O estudioso das tradições seiscentistas e setecentistas demonstra que a crítica textual, no Brasil, arraigou-se na crença de que “a essência e a finalidade da edótica são as mesmas” (HOUAISS, 1983, p.215), sendo, portanto, imperativa a necessidade de “fixar o texto autoral”. Em sua análise, evidenciam-se as fragilidades e também a mecanicidade que caracterizam o lachmannismo, por meio da leitura crítica dos manuais de Segismundo Spina (1977) e Leodegário A. de Azevedo Filho (1987), dentre outros autores criticados. Faremos o contraponto entre a filologia tradicional lachmanniana e uma outra tendência que lhe desnaturaliza as categorias, como o estudo de cunho histórico e sociológico que realizou Marcello Moreira (2011a) sobre o *corpus*

gregoriano, para evidenciarmos a forma como a filologia, no Brasil, se estrutura e se fundamenta em procedimentos crítico-metodológicos “anacrônicos”, “circulares” e “redutores”, que, embora já questionados e em muitos lugares suplantados, no Brasil, ao menos, são antes renovados em cada nova edição que visa a “reconstituir o texto perfeito” ideado pelo autor em todos os tempos e lugares.

É importante destacarmos também os estudos produzidos pelo medievalista Paul Zumthor, sobretudo, o seu livro “*A Letra e a Voz*”⁴, que, tal como as considerações feitas pelo filólogo paulistano, nos ajuda a compreender o modo como os lachmannianos persistem em conceitos e categorias que, pela própria historicidade das tradições às quais visam a aplicá-los, se demonstram inverossímeis, como às tradições poéticas mediélicas, cujo tempo e espaço de produção não permitem a utilização de critérios, como o de “genuidade” e “originalidade” autorais.

Ao analisarmos os manuais de crítica textual de Spina (1977) e de Azevedo Filho (1987), assim como outros que lhes são subsequentes, mas que esposam o mesmo método, objetivaremos tratar das continuidades e persistências do método de Lachmann entre nós, mas evidenciaremos ao mesmo tempo possíveis modificações e acréscimos sofridos pelo método, tendo em vista o objetivo mencionado, ou seja, produzir considerações sobre o “método filológico” entre nós. Portanto, dedicar-nos-emos à análise das categorias da crítica filológica de base lachmanniana, presentes nos manuais de Spina (1977) e Azevedo Filho (1987), tidos como as principais autoridades em relação ao trabalho filológico no Brasil e como guias introdutórios para os estudantes brasileiros iniciantes na área, que fornecem os primeiros passos no estudo da filologia. Iniciaremos o nosso estudo pela descrição dos princípios editoriais preconizados em ambos os manuais e pelo estabelecimento de um confronto sistemático entre as suas passagens ou trechos que tratam de um mesmo conceito ou procedimento.

No desenvolvimento subsequente, objetivamos discutir a forma como os procedimentos e conceitos são compreendidos e aplicados, por alguns filólogos e estudiosos, às diferentes tradições textuais, em edições críticas e genéticas. Critérios como os da *lectio difficilior* e do *usus scribendi*, por exemplo, serão analisados quanto às dificuldades de sua aplicação, às suas supostas exatidão e cientificidade, de que tanto falam os neolachmannianos.

⁴ ZUMTHOR, Paul, **A Letra e a Voz: A "Literatura" Medieval**; trad. Amálio Pinheiro, Jerusa Pires Ferreira - São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

Interessa-nos, em ambos os manuais, a seção que trata da finalidade e das etapas de uma edição crítica, já que nos propomos analisar a maneira como os pressupostos lachmannianos são citados e apropriados a partir da sistematização presente nesses livros primaciais. Sendo assim, de *Introdução à Edótica*⁵, subdividido em duas partes, dedicar-nos-emos ao escrutínio da segunda, em que Spina (1977) expõe, de forma minuciosa, os procedimentos necessários à fixação do texto dito “autoral”. O objetivo do livro, segundo ele, é propor soluções para os problemas ecdóticos que se apresentam em tradições textuais “medievais”, o que se justifica pela sua preferência por tais tradições; isso, porém, não significa, de acordo com ele, que haja quaisquer impedimentos quanto à utilização dos “procedimentos gerais” da crítica textual, expostos, em tradições textuais da “modernidade”, tanto brasileiras quanto portuguesas, desde que complementados pelos filólogos por outras leituras.

Em *Iniciação em Crítica Textual*⁶, de forma semelhante, será objeto de análise o capítulo da segunda parte do livro, intitulado *Etapas da Edição Crítica*. É importante destacarmos que, ao prefaciá-lo, o lexicógrafo Antonio Houaiss afirma que o seu mérito consiste em contemplar três aspectos de suma importância: a “ciência”, a “arte” e

⁵ *Introdução à Edótica*, de 1977, ordena-se em duas partes: *Introdução e Edótica*. A primeira dedica-se às *Conceituações Prévias* tanto das chamadas ciências Auxiliares à Edótica, como desta. Em seguida, são expostos tópicos que, de forma minuciosa, tratam de cada uma das disciplinas auxiliares: Paleografia, Epigrafia, Codicologia e Diplomática e de suas contribuições na realização de uma edição crítica e, ainda, dos conhecimentos necessários ao filólogo, para utilizar-se de tais recursos, em seu labor. Já na segunda parte do livro, cujo tópico inicial constitui uma retomada à história da Edótica e dos seus precursores, seguida de uma discussão sobre os métodos da crítica textual moderna, encontramos também a exposição dos procedimentos de fixação de um texto crítico até a sua publicação. É importante afirmarmos que o livro teve apenas uma segunda edição, em 1994, o que, segundo Hansen & Moreira (2013) não diminuiu a sua importância e o número de reapropriações de que foi alvo no âmbito dos estudos crítico - filológicos brasileiros.

⁶ *Iniciação em crítica textual* tem início por uma *Introdução Geral*, onde Leodegário de Azevedo Filho traz uma bibliografia básica, para os iniciantes na área da filologia, em que são propostos, para a leitura, vinte livros. O capítulo seguinte, *Conceito de Crítica Textual*, é dedicado à conceituação da Crítica Textual, que se faz acompanhar de uma breve história dessa disciplina, em que o autor retoma aos caminhos que levaram à sua constituição como “ciência”. Assim como Spina (1977), Azevedo Filho (1987) dedica um capítulo às ciências auxiliares e aos conhecimentos prévios necessários de cada uma delas. Um capítulo é dedicado à distinção entre a *Edição crítica e outras Edições*, como a de tipo mecânica e a diplomático-interpretativa. E, finalmente, o capítulo que nos interessa mais aqui, *Etapas de Uma Edição Crítica*, exposição didática das etapas de uma edição crítica conforme o modelo lachmanniano. A partir de *Aplicação: Edição Crítica de Cinco Sonetos de Camões*, sétimo capítulo, tem início os capítulos dedicados à aplicação dos procedimentos preconizados, em cinco sonetos, do poeta Luís de Camões, que ocupam mais da metade das páginas do dito manual e finalizam-no. De acordo com José Pereira da Silva (SILVA, José Pereira da, 1946- Para uma bibliografia brasileira de crítica textual: com as resenhas dos três manuais teóricos deste século / José Pereira da Silva. - Rio de Janeiro: J. Pereira da Silva, 2007.) em *Base Teórica da Crítica Textual*, uma versão sintética do manual, publicada em 2004, esses capítulos foram suprimidos, como já afirmamos anteriormente, pois não são raros os exemplos de aplicação dos procedimentos filológicos tais como preconizados no dito manual.

a “prática”. O primeiro aspecto, a “ciência”, por apresentar “sumário conciso dos problemas teóricos”; o segundo, a “arte”, porque suas exposições foram feitas “em uma linguagem amena e convincente”, e a terceira, a “prática”, devido ao fato de “mostrar como se faz crítica textual”, pois Azevedo Filho (1987) utiliza exemplos de suas próprias pesquisas. Ao argumentar a respeito da necessidade e pertinência dessa publicação, Houaiss afirma ainda que ela torna “possível” e “acessível” o exercício da ecdótica, pela “boa formação” que proporciona aos iniciantes da área, pois, como uma *Iniciação*, o livro “está perto da perfeição” (AZEVEDO FILHO, 1987, p. 9). Embora em tom laudatório, as recomendações do livro, por Houaiss, não deixam de ser muito significativas, já que os seus *Elementos de Bibliologia*, por exemplo, é considerado um livro fundamental nos estudos de crítica textual e é também um dos fundamentos na composição do manual de Azevedo Filho (1987) e não apenas deste, mas também no de Segismundo Spina (1977).

À medida que os procedimentos críticos do lachmannismo são descritos, demonstraremos também a forma como eles aparecem em estudos críticos os mais diversos, deixando muitas vezes de corresponder ao que primeiramente se afirmou do ponto de vista metódico e doutrinal. Muitas vezes, aqueles que ratificam a necessidade da edição crítica de um determinado conjunto de textos, para “fixar o texto autoral”, não apresentam procedimentos que deverão guiar o filólogo até esse fim, já que apenas a citação ou a apropriação de proposições metodológicas muito gerais presentes em manuais de crítica textual brasileiros servem para indiciar o método a ser adotado.

Introdução à Edótica e Iniciação à Crítica Textual iniciam as suas exposições pelos conceitos de ecdótica e de crítica textual, como se espera de manuais dedicados aos iniciantes na área. As considerações preliminares incluem a origem das preocupações de cunho filológico, ou seja, o nascimento da crítica textual. A finalidade do trabalho do filólogo, assim como os diversos problemas a serem enfrentados na publicação de textos, cujas transmissões ocorreram de forma essencialmente manuscrita, ou, por outro lado, impressa, são relevantes nos manuais que analisamos. Spina (1977) e Azevedo Filho (1987) dedicam-se à circunscrição da crítica textual no âmbito da ecdótica, como o seu núcleo ou parte essencial, e à apresentação de seu objeto de estudo, o “texto”. Moreira (2011a) trata dos problemas que envolvem o conceito de “texto” nas proposições metodológicas lachmannianas, no entanto, trataremos de tais críticas em capítulo posterior. Sendo assim, os excertos a seguir,

embora extensos, são relevantes por exporem o objetivo da crítica textual, conforme os dois filólogos lachmannianos supracitados:

A filologia concentra-se no texto, para explicá-lo, restituí-lo à sua genuinidade e prepará-lo para ser publicado. [...] A *restauração* do texto, numa tentativa de restituir-lhe a genuinidade, envolve um conjunto de operações muito complexas mas hoje estabelecidas com relativa precisão: é a *crítica textual* ou *Edótica*, que também foi conhecida e praticada pelos filólogos alexandrinos; a *preparação* do texto, para editá-lo na sua forma canônica, definitiva, também apela para um conjunto de normas técnicas, hoje também sistematizadas e mais ou menos universalmente respeitadas. A explicação do texto, a sua restituição à forma original através de princípios da crítica textual, e sua organização material e formal com vistas à publicação, constituem aquilo que podemos chamar de *função substantiva* da filologia [...] (SPINA, 1977, p.75-76, grifos do autor).

Como disciplina integrante da Ecdótica, entendida como técnica de editar um texto, a Crítica Textual (algumas vezes chamada crítica verbal) seria desta ciência o seu núcleo básico ou especificamente filológico [...] voltada que está apenas para o estabelecimento crítico de um texto e não para a totalidade dos problemas que envolvem a técnica e a arte editorial. [...] (AZEVEDO FILHO, 1987, p. 15).

A partir dessa conceituação da finalidade do trabalho filológico, que visa à produção de uma edição crítica, com a conseqüente recuperação do texto "genuíno" de uma dada obra literária, sucessivas gerações de estudiosos⁷, que dela se apropriaram,

⁷ Em seu artigo, *O Retorno à Filologia*, Castro (1995) corrobora a exposição de Spina (1977) e Azevedo Filho (1987) em relação à finalidade da crítica textual, já que, de acordo com ele, “[...] o estabelecimento do texto é a tarefa para que convergem direta ou indiretamente todos os esforços do filólogo, consistindo em preparar para uso do leitor uma cópia de determinado texto, geralmente sob a forma de edição crítica: por um lado, são eliminados os erros introduzidos no decurso da transmissão textual e, por outro, são mantidos todos os traços que, sendo coerentes entre si e coerentes com o sentido e a natureza do texto (tal como o filólogo o entende), se presume sejam de origem autoral. [...] estabelecer um texto consiste em preparar, a partir de um seu exemplar cuidadosamente escolhido, uma cópia em que alternam a reprodução dos elementos gráficos atribuíveis ao autor (**transcrição**) e a substituição dos elementos reputados não – originais (erros) pelos seus correspondentes conjecturalmente originais (**emenda**). [...]” (CASTRO, 1995, p. 515, grifos do autor). O filólogo português identifica alguns momentos em que os resultados a que chega o editor, no processo de estabelecimento do texto, podem ter origem em sua própria “interpretação” e não corresponder às “intenções autorais”, são quatro os momentos elencados pelo estudioso: “[...] quando ele julga identificar o erro, quando ele conjectura a respectiva emenda, quando decifra o original (podendo a sua expectativa quanto ao que o texto quer dizer sobrepor-se ao que o autor disse) e, finalmente, quando escolhe os signos gráficos que, na sua transcrição, vão equivaler aos do exemplar. [...]” (CASTRO, 1995, p.516). Desse modo, Castro (1995) defende que o filólogo corre o risco de apresentar lições que constituem sua própria leitura dos manuscritos e não as do autor, no processo de identificação e correção dos “erros”, por isso, deve reconhecer as “limitações” do método e também do seu labor e conceber a sua edição como “provisória”. Como evidencia Moreira (2010), em nota de rodapé do seu artigo a respeito do conceito *lectio difficilior* e das contradições inerentes à sua

vão a partir dela definir o modo de operacionalizar suas pesquisas e ao mesmo tempo autorizar aquilo que fazem; sendo assim, muitas vezes deixam, durante a fatura de suas edições, de corresponder ao que primeiramente afirmaram, ou seja, aderir aos princípios postulados pelos dois filólogos patronos do lachmannismo no Brasil. Com isso, momentaneamente, o que importa destacar é a frequência com que os ditos manuais são requisitados, por citações e apropriações as mais diversas, e como é comum a associação entre edição crítica e texto genuíno. Iniciamos a exposição dessas apropriações dos conceitos e categorias críticos filológicas do lachmannismo pelo livro *Iniciação à Filologia e à Linguística Portuguesa*, em que o filólogo Melo (1995) expõe a finalidade da edição crítica:

“Edição crítica” é a que procura estabelecer o texto perfeito, confrontando manuscritos ou edições de vida do autor e anotando variantes; além disso, desfaz as abreviaturas, quando é o caso, corrige os erros tipográficos, interpreta os passos obscuros. Pode também substituir o sistema ortográfico por outro mais moderno, mas respeitando escrupulosamente a língua, as formas, a fonética do tempo e do autor. Está claro que é mais difícil de se fazer e a que exige mais cuidado e desconfiança por parte do filólogo, porque, principalmente em língua portuguesa, não tem conta as edições aparentemente críticas e que são verdadeiros descalabros (MELO, 1975, p.40).

Assim como Melo (1995), e corroborando os conceitos críticos inicialmente defendidos por Spina (1977) e Azevedo Filho (1987), ao distinguir entre a função da filologia e a da Linguística, anteriormente à exposição de algumas considerações a respeito de cada uma dessas “disciplinas”, Naro (1976) relaciona a finalidade da primeira à recuperação do texto “genuíno”. Desse modo, o estudioso da década de setenta do século passado expôs a forma como concebe a filologia em sua análise:

aplicação, Castro (1995) acredita na existência de um “original perdido” e na necessidade de “restituição” de um texto que representa a “última intenção autoral”, embora julgue que esse objetivo dificilmente seja alcançado. Na última seção do seu texto, Castro (1995) aproxima os trabalhos realizados pelos aderentes ao lachmannismo aos produzidos pelos bedieristas, por serem, ambos, “filólogos do manuscrito ausente” (CASTRO, 1995), que inevitavelmente publicam edições “modernizadas” e defende “[...] uma filologia do manuscrito presente, cujo objeto é o manuscrito autógrafo, que não carece de ser reconstruído ou intuído, e que é plenamente autorizado, no sentido de todas as suas marcas merecerem ser reproduzidas na edição [...] No caso de haver vários autógrafos, o método consiste em os ordenar cronologicamente, de acordo com o processo de gênese do texto, de modo que a edição se situe a juzante dos testemunhos. [...]” (CASTRO, 1995, p.520). Portanto, em alguma medida, as considerações de Castro (1995) constituem a continuidade de perspectivas filológicas que acreditam na existência de um “texto autoral perfeito”, como afirma Moreira (2010), anterior à introdução de “erros” na sua “transmissão” histórica.

[...] Considerarei como tarefa da filologia o estabelecimento e a classificação de fatos linguísticos, e como objeto da linguística a explicação desses mesmos fatos dentro de uma teoria geral da linguagem e do seu uso. De acordo com essa definição, a crítica de textos, isto é, o estabelecimento da leitura correta dos textos, sejam medievais ou modernos, é classificada como tarefa da filologia, assim como o é a dialetologia tradicional, que consiste em estabelecer, classificar e comparar os usos linguísticos locais. O estudo da técnica do verso, compreendido como uma etapa preliminar às edições críticas de textos poéticos, é também considerado tarefa da filologia, segundo os critérios apontados. [...] (NARO, 1976, p. 73).

Nos *Elementos de Bibliologia*, um livro de suma importância para grande parte dos filólogos brasileiros e uma das principais fontes utilizadas por Spina (1977) e por Azevedo Filho (1987), pela apropriação do conceito de crítica textual formulado por Paul Maas, de acordo com Moreira (2011), Houaiss (1983) expôs, de forma pormenorizada, os passos a serem seguidos para a consecução de uma edição crítica, desde o “objetivo” a que visa o trabalho do editor até a apresentação do texto autoral estabelecido. Desse modo, ao expor as categorias críticas que devem orientar o editor, nos casos em que este lida com “textos clássicos”, afirma que [...] o objetivo da ecdótica é estabelecer um texto que se avizinha o mais possível do original – é o que se chama a *constitutio textus* (“constituição do texto” ou mesmo “reconstituição do texto”) (HOUAISS, 1983, p. 227). A partir do livro de Houaiss (1983), a noção de que a fatura de uma edição crítica deve implicar a constituição de um texto que se considera o mais próximo possível do “original” começa a sua difusão pelas constantes reiteraões.

De acordo com Naro (1976), Celso Cunha, que pertence à segunda geração de filólogos brasileiros, publicou vários estudos cuja relevância histórica em linguística e filologia é indiscutível. Considerado um dos maiores estudiosos dos textos ditos “medievais”, Cunha (2004) afirma, em concordância com as considerações do lexicógrafo anteriormente citado, que a edição crítica deve visar a uma aproximação do texto original do autor, em artigo publicado pela primeira vez em 1984 e intitulado *Significância e Movência na Poesia Trovadoresca*. Segundo ele:

Uma edição reconstrutiva é o coroamento de um paciente trabalho de aproximação do original. Com relação aos textos medievais de poetas singulares, esse trabalho “será gravemente incompleto se não for precedido de um conhecimento mais aprofundado do caráter e do significado histórico das compilações” que os conservaram. E isso se aplica não só à lírica, mas também aos outros gêneros como a poesia

épica, a poesia didático-religiosa, satírica e burlesca, e até a tratadística em prosa (CUNHA, 2004, p. 80).

Dando continuidade à comprovação da maneira como o objetivo da crítica textual é uniforme para maioria dos filólogos brasileiros e também portugueses e pela relevância que a revista portuguesa *Boletim de Filologia* detém na história dos estudos nessa área, como o afirma Naro (1976), trazendo informações a respeito das edições, discussões e análises realizadas por muitos dos filólogos portugueses, empreendemos uma leitura crítica de um artigo aí publicado e de uma das chamadas “recensões críticas”. São em número elevado as edições e tomos do *Boletim*, no entanto, restringimo-nos aos estudos que tratam de procedimentos críticos relevantes para a recuperação de “obras” em sua integridade ou às considerações que retomam as já reconhecidas etapas da crítica textual.

Os dois textos publicados no *Boletim* propõem critérios para a edição crítica e ajuizam as questões autorais de dois manuscritos. De início, citamos trechos de um estudo de Lindley Cintra, autor do texto *Normas de transcrição para textos medievais portugueses*, que figura entre as referências de *Iniciação em Crítica Textual*. No entanto, o trabalho que aqui analisamos trata da questão da autoria do *Códice Alcobacense*, a partir do questionamento de sua pertença ou não a Duarte Galvão. Os problemas da análise empreendida referem-se à utilização da denominação “texto definitivo” para designar o “texto” conforme o desejo do autor e à crença de que a edição crítica é um meio imprescindível de sua fixação. Em seguida, tratamos brevemente da *Recensão Crítica* “Le poesie di Ayras Nunez”.

Segundo Cintra (1974), alguns estudiosos que se debruçaram sob tal manuscrito afirmaram e acreditaram que o *Códice* pertence a Duarte Galvão, no entanto, essa questão provoca muitas dúvidas e discussões. Sendo assim, seu objetivo é expor as principais considerações relativas à sua autoria. Ataíde e Melo (apud CINTRA, 1974) levantaram a hipótese dos textos terem sido escritos por mais de duas pessoas, a partir da constatação de que há mais de um tipo de letra no referido documento. Cintra (1974) questiona até que ponto as letras podem ser atribuídas a Duarte Galvão e onde se inserem escritos de outros autores. Entretanto, sua posição é a de que é possível definir a autoria dos textos, por intermédio de estudos como os de A. Botelho da Costa Veiga (apud CINTRA, 1974) que confirmam a pertença dos ditos manuscritos a Duarte

Galvão. Nesse momento de suas considerações, o referido estudioso faz uso do conceito de texto definitivo:

Também em 1932, A. Botelho da Costa Veiga, num estudo sobre Duarte Galvão e sua Crônica de Afonso Henrique, publicado em Lisboa (imprensa Nacional), revela ter consultado o códice de que me ocupo. Aponta divergências entre o texto que ele apresenta e o dos manuscritos que podemos chamar definitivos, como por exemplo, o Códice editado pelo Conde de Castro Guimarães e conservado na biblioteca da sua casa-museu de Cascais, e mostra-se inclinado a admitir que o manuscrito é o ‘rascunho de Galvão, como diz uma nota do punho de Fr. Bernardo de Brito, a fl. 1’ (pp. 11-1) (CINTRA, 1974, 256).

A discussão empreendida, desse modo, visa a esclarecer o que foi escrito pela própria mão de Galvão e o que seriam intervenções de outros autores. No caso da edição realizada por José de Bragança (apud CINTRA, 1974) há um favoritismo à pertença ao dito escritor. Cintra (1974) trata da forma como as *Crônicas*, constituintes do *Códice*, foram estudadas e editadas, sempre amparado no tratamento da questão autoral destes textos antigos.

Há, no estudo empreendido, uma preocupação com a autoria dos vários textos que compõem o *Códice* pertencente ao final do século XV e início do XVI. Cintra (1974) discute as considerações de estudiosos que se debruçaram sobre ele para renovar os estudos sobre a autenticidade dos testemunhos e defende, por exemplo, em relação aos *Sumários das Crônicas*, que figuram no códice, a sua pertença a Duarte Galvão:

Mas - volto a formular a pergunta – será a redação desses Sumários realmente atribuível ao secretário de D. João II e cronista às ordens de D. Manuel? Como atrás ficou dito, a resposta de Diego Catalán a esta pergunta é uma negativa que nunca chegou a justificar. Inclino-me pelo contrário a crer que a resposta deve ser afirmativa (CINTRA, 1974, p.272).

A análise dos manuscritos sobreviventes se filia à noção lachmanniana de que existe um “texto” autoral “original”. São desconsideradas a forma como o manuscrito historicamente sobreviveu e a maneira precária como chegou até os dias atuais, já que, se levarmos em consideração estudos de cunho histórico e social, é um tanto complexo

determinar a autoria de tais manuscritos. Por fim, para Cintra (1974), só a edição crítica pode revelar as lições corretas do manuscrito:

A preparação de um estudo sobre Duarte Galvão e a sua Crónica de D. Afonso Henriques, que servirá de introdução a uma edição desta Crónica há muito preparada por Thomás da Fonseca, com base no manuscrito iluminado que se conserva na Biblioteca da Universidade de Coimbra [...] pôs – me de novo em contacto – e mais demoradamente do que antes de 1951 – com o códice que Bernardo de Brito classificou como autógrafo de D. Galvão. [...] Uma análise do manuscrito, tão aprofundada quanto me foi possível de momento fazer, levou-me a algumas conclusões que me parecem de importância suficiente para as dar desde já a conhecer, embora provavelmente só uma edição do códice – que conviria empreender quanto antes - possa vir a revelar tudo quanto este manuscrito quinhentista realmente significa dentro da história da historiografia portuguesa (CINTRA, 1974, p. 260).

Já nas *Recensões Críticas*, no tomo XXIII do *Boletim de Filologia*, Lapa (1974) expõe, no final do seu texto, o mesmo conceito de crítica textual preconizado por Spina (1977) e Azevedo Filho (1987) em seus manuais, cuja ideia central gira em torno da noção de “restituição do texto genuíno”, ao publicar considerações sobre o livro *Le poesie de Ayras Nunes*, de Giuseppe Tavani. O excerto demonstra a forma como Lapa (1974) distingue a edição crítica da edição diplomática, em seu texto:

[...] Há que distinguir ousadamente entre edição crítica e edição diplomática. A primeira deverá destinar-se à leitura de todas as pessoas curiosas e cultas e não apenas a um pequeno grupo de especialistas. É necessário, pois, apresentar-lhes um texto legível, graficamente atualizado, embora linguisticamente autêntico. Reconheçamos, todavia, que, a esse respeito, um filólogo estrangeiro tem muito maior dificuldade de que nós em aceitar esse tipo de simplificações. Trata-se pois de um problema marginal, uma oposição pessoal, que em nada afecta o valor do presente trabalho, pelo qual felicitamos o Autor (LAPA 1974, p. 185).

Já Maximiano de Carvalho e Silva⁸ afirma que a edição crítica tem um compromisso com a “fidedignidade da transmissão”, visando sempre a tornar-se

⁸ SILVA, Maximiano de Carvalho. **Crítica Textual Conceito — Objeto — Finalidade**. <http://maximianocsilva.pro.br/doc7.htm> (Acesso: 12/03/2014).

próxima do desejo autoral. Não é algo distante do que encontramos em manuais de crítica textual recentemente publicados, pois repetem as formulações de Spina (1977) e Azevedo Filho (1987), desde as afirmações sobre as ciências auxiliares até a fase de apresentação crítica do texto. Há também a questão do “original perdido”, alvo de constante busca e recuperação que teima em permanecer, definindo o rumo de vários tipos de trabalhos na área de estudo das tradições ditas “medievais”. A apropriação do método de Lachmann via Spina (1977) e Azevedo Filho (1987) gera sempre problemas interpretativos de um ponto de vista histórico, pois ela implica a transhistoricização de conceitos, como, por exemplo, o de "autoria", e nunca há nessas apropriações a devida e esperada problematização daquilo de que se apropria, ou o questionamento de sua pertinência para determinada tradição textual em estudo. E, nesse sentido, inúmeros são os livros publicados, bem como artigos, resumos de anais de congressos e uma infinidade de outros tipos de texto que reclamam para si os objetivos do trabalho filológico apresentado pelos filólogos "inaugurais" da composição de manuais sobre ecdótica e crítica textual entre nós. Em consonância com o pensamento de Spina (1977) e Azevedo Filho (1987), por exemplo, Spaggiari e Perugi (2004), e Cambraia (2005), respectivamente, expõem a finalidade da crítica textual como segue:

A tarefa da crítica textual (ou ecdótica) é a de reconstituir o original perdido, ou um texto de qualquer maneira fidedigno, com base na tradição manuscrita e também na impressa. Na totalidade dos testemunhos baseia-se, portanto, o trabalho de edição crítica que seja elaborada segundo critérios científicos e rigorosos (SPAGGIARI & PERUGI, 2004, p.24).

[...] A cada cópia que se faz de um texto, a constituição deste muda – seja por ato involuntário, seja por ato voluntário de quem o copia. [...] É justamente por causa desse fato empírico incontestável que a crítica textual se constitui: seu objetivo primordial é a restituição da forma genuína dos textos (CAMBRAIA, 2005, p.1).

Massini–Cagliari (2007), em seu livro, *Cancioneiros Medievais Galegos-Portugueses*, apresenta, em especial para alunos iniciantes na área da filologia, público para o qual destina o seu estudo, com o intuito de despertar-lhes o gosto pelos textos antigos, o objetivo da “ciência filológica”. O excerto a seguir demonstra a maneira concorde com as anteriores, com que a autora compreende a disciplina:

A ciência que se concentra no texto para exprimi-lo e explicá-lo, restituindo-o à sua genuinidade ao prepará-lo para a edição, é a filologia. É por esse motivo que Cunha (2004, p.342) define a filologia como “um labor fundamental para a preservação do patrimônio literário da humanidade. [...]” (MASSINI-CAGLIARI, 2007, p. 29).

Nos cadernos do *Congresso Nacional de Linguística e Filologia* (CNLF) também há artigos que reatualizam o paradigma lachmanniano e defendem a utilização dos seus critérios para “tradições” textuais diversas. Muitos dos resumos aí publicados trazem, como fundamento, a finalidade da crítica textual formulada por Spina (1977) e Azevedo Filho (1987) e os procedimentos metódicos correspondentes.

Silva (2012), por exemplo, trata dos conceitos e dos procedimentos críticos a serem utilizados em uma edição crítica, como uma síntese daquilo que Leodegário A. de Azevedo Filho, sobretudo, defende em seus trabalhos, pois afirma que “a crítica textual (ou crítica verbal) faz parte da ecdótica (ou edição de textos) como seu núcleo filológico, preocupando-se com a questão do estabelecimento do texto. [...]” (SILVA, 2012, p.9).

Como anteriormente dissemos, para os aderentes ao lachmannismo, todo o trabalho filológico justifica-se na busca do texto que representa a última vontade autoral, aquele que, no processo escritural, constitui o último desejo do autor para ser entregue ao público e que deverá, portanto, ser criticamente estabelecido por meio de critérios previamente determinados. Após a formulação do método por Lachmann, caracterizado pelo rigor das normas de purificação do texto genuíno, surgiram retificações, modificações, cujo intuito era torná-lo mais operacional para várias tradições textuais. Dentre elas, Spina (1987) destaca as contribuições de Giorgio Pasquali, e, dada a relevância de sua *Storia della Tradizione e Critica del Testo*, compara suas considerações às lachmannianas⁹.

⁹ Spina (1977) traça, em seu manual, um paralelo entre os preceitos lachmannianos e as retificações posteriormente realizadas por Giorgio Pasquali, ao expor “doze normas” presentes na obra deste, que reproduzimos aqui: 1. Para Lachmann, secundado por Paul Maas, a tradição de um autor remonta sempre a um exemplar único, já desfigurado por erros e lacunas, chamado arquetipo. Pasquali, entretanto, é de opinião que o pressuposto lachmanniano nem sempre se aplica, pois manuscritos há, sobretudo no que diz respeito às obras clássicas Greco-latinas, que remontam diretamente ao original do autor. [...] 2. [...] a coincidência de diversos testemunhos em lições genuínas não é prova de parentesco entre os próprios testemunhos, porque a lição genuína pode conservar-se independentemente em ramos diversos da tradição. 3-4. A autoridade de um testemunho é independente da antiguidade; códices, ou edições recentes [...] podem reproduzir manuscritos muito antigos, perdidos. 5. Não se deve rejeitar –como recomendava Lachmann –um manuscrito, simplesmente porque esteja comprovadamente adulterado ou até falsificado, pois quem assim procede corre muitas vezes o risco de perder comprovações da tradição genuína [...]. 6. [Pasquali, até à primeira edição de sua obra (1934), usou de uma terminologia, com relação à “recensão”,

Considerando a formulação do método por Lachmann e as posteriores alterações sofridas pelo mesmo, Spina (1977) e Azevedo Filho (1987) identificam três etapas ou momentos sequenciais e distintos de uma edição crítica: *recensio*, *collatio* e *emendatio*. Para cada uma delas existem procedimentos específicos a serem operados nas várias situações em que o editor pode se encontrar, ao lidar com distintas tradições manuscritas e impressas. Tais procedimentos, que guiam as decisões do editor, são justificados, por sua vez, por meio de alguns conceitos fundamentais, que operacionalizam a prática editorial lachmanniana. Sendo assim, antes de descrevermos detalhadamente cada uma dessas etapas, patentaremos cada um desses lugares-comuns.

De início, o “texto autógrafo” é “o original copiado a mão pelo próprio autor” (SPINA, 1977, p.106), sendo, portanto, um escrito de próprio punho autoral. No entanto, Azevedo Filho (1987) afirma que Aurélio Roncaglia teria dito, em *Principi e Applicazioni de Critica Testuale*, que o “autógrafo” corresponde ao “texto” que contém a “vontade definitiva” do autor, divergindo, portanto, do conceito anteriormente formulado e exposto por Spina (1977). O excerto a seguir demonstra como Azevedo Filho (1987) aproxima os conceitos de “texto autógrafo” e “texto genuíno” em seu manual:

[...] por autógrafo (documento escrito pelo autor) se entende um texto que exprima a vontade definitiva de quem o escreveu. Mas esse texto pode ser copiado, chamando-se apógrafo, em duas situações: sem a revisão do autor, ficando assim sujeito aos erros comuns de qualquer

que não reaparece posteriormente: “recensão fechada”, “recensão aberta”, querendo dizer com o primeiro tipo a recensão que se aplica no caso de tradição mecânica (sem contaminação), a qual, segundo o método lachmanniano, se baseia em “critérios mecânicos” [...] e, com o segundo tipo – “recensão aberta” – a recensão que se aplica no caso da tradição não mecânica (com contaminação).] Pasquali é de opinião que neste segundo tipo tradição não se aplicam os critérios mecânicos lachmannianos, mas os “critérios internos” [...] do *usus scribendi* e da *lectio difficilior*. 7. É um prejuízo crer que a transmissão de um texto seja sempre “vertical” [...] casos há e inúmeros em que a transmissão é “transversal” ou “horizontal” [...] Para Pasquali, somente as lacunas se transmitem diretamente, não por colação. 8. “[...] Coincidência de lições em códices escritos em zonas longínquas entre si constitui uma presunção em favor da genuinidade dessa lição” [...]. 9. “As variantes, também errôneas, podem ser mais antigas do que os manuscritos que as apresentam, mesmo que se demonstre serem tais manuscritos todos derivados de um arquétipo inclusive medieval”. 10. “Tratando-se de autores muito lidos, já na Antiguidade todo exemplar representa de qualquer modo uma edição particular, isto é, uma mistura graduada de variantes persistentes, genuínas e espúrias.” 11. “Não há exemplos certos de arquétipos que pertençam ainda à Antiguidade para a tradição grega; para a tradição latina não parece que tais arquétipos possam ser negados.” 12. [...] O estudo de testemunhos antigos e de poucos papiros autógrafos, bem como a análise de obras históricas, confirmam “a hipótese de que variantes de natureza particularíssima [...] podem também, em obras da Antiguidade, ser reconduzidas aos próprios autores” – hipótese que em alguns casos pode ser demonstrada rigorosamente. (SPINA, 1977, p.70-71).

cópia, ou sob o controle direto do autor, à mão ou à máquina, chamando-se idiógrafo [...] (AZEVEDO FILHO, 1987, p.26).

Spaggiari e Perugi (2004) repetem a conceituação de Spina (1977), no manual que publicaram: “O original, no sentido material do termo, pode ser escrito pelo próprio autor (autógrafo) ou escrito sob o controle direto dele (idiógrafo)” (SPAGGIARI & PERUGI, 2004, p. 19), e assim também o faz Cambraia (2005), ao afirmar que:

“Cada registro de um texto escrito constitui um testemunho, que pode ter sido fixado pelo próprio autor (testemunho autógrafo), por outra pessoa mas com supervisão do autor (testemunho idiógrafo) ou ainda por outra pessoa sem supervisão do autor (testemunho apógrafo). Nos dois primeiros casos, pode-se dizer que se trata dos originais, pois registram efetivamente a vontade do autor em função do controle exercido pelo próprio de forma direta (test. autógrafo) ou indireta (test. idiógrafo); já no terceiro caso, diz-se que se trata apenas de uma *cópia*, chama-se de *modelo* ou *antígrafo* (CAMBRAIA, 2005, p.64).

Por edição original, os filólogos “inaugurais” compreendem “aquela que foi preparada de acordo com a vontade consciente do seu autor.” (AZEVEDO FILHO, 1987, p. 27), com base na Crítica Filológica. Já o “texto genuíno” é “aquele representante da última vontade autoral”, cujo trabalho crítico visa a purificar de quaisquer tipos de intervenções de que foi alvo em sua transmissão e que se constitui como a versão final no processo de redação do texto. Azevedo Filho (1987) afirma que é a reconstrução desse “texto originário”, livre de “interpolações” de todos os tipos, o objetivo final de todos os trabalhos da Crítica Textual. Spina (1977) o diferencia das sucessivas versões autorais que constituem edições prévias, não contempladas pela crítica textual:

(...) um texto pode ser legítimo, autêntico, mas não genuíno. Suponhamos a primeira edição de uma obra: ela é autêntica, legítima (isto é, não é falsa) porque saiu em vida do autor e foi supervisionada por ele. Acontece que nem sempre a primeira edição corresponde ao desejo do autor, que nela encontra falhas e coisas que já não condizem com o seu espírito. Assim, uma edição *ne varietur* é uma edição definitiva, saída conforme os desejos do autor; talvez seja ela a quarta edição. Esta quarta edição é genuína, mas as três primeiras não o são, embora sejam autênticas, legítimas (SPINA, 1977, p.27).

Houaiss (1983) defende a distinção entre as sucessivas redações de um autor e o “texto definitivo”, para argumentar em favor da superioridade deste, ao tratar das questões concernentes aos “originais manuscritos”, como o demonstra o excerto a seguir:

Embora frequentes vezes tenham grande valor, como cabedal informativo, os manuscritos correspondentes às demãos anteriores àquela que foi ou teria sido reputada definitiva pelo autor não têm a mesma significação do manuscrito definitivo. Essas redações prévias, consoante sua legibilidade, compreensibilidade, extensão e completude em relação ao manuscrito definitivo, recebem nome de “Apontamentos”, “borrões”, “notas”, “anotações”, “rascunhos”, “primeira (segunda, terceira, enésima) redação (provisória) do autógrafo (original)” (HOUAISS, 1983, p. 66).

Em nota de rodapé de sua edição da *Écloga Piscatória de Santa Rita Durão*, Moreira (2009) descreve, de forma reflexiva, o modo como, na perspectiva exposta por Spina (1977) o “texto genuíno” difere do “texto autêntico”. Segundo ele:

Afirma Segismundo Spina que há textos “genuínos” e textos “autênticos”, ambos cancelados pelo autor. A diferença entre ambos estaria no fato de que um texto pode ser publicado várias vezes sob autorização do autor, mas que de uma edição à seguinte pode ser modificado parcialmente pelo agenciamento mesmo da instância autoral. Ou seja, encontramos-nos diante de um conjunto de edições que atestam o estatuto fluido da “obra”, cuja variação pode ser verificada pela comparação entre edições, que nada mais são do que estados de uma “obra” *in fieri*. Segismundo Spina chamará, por fim, texto “genuíno” àquele que representa a interrupção do processo de remanejamento a que foi submetido o “primeiro texto” e os demais que a ele se seguiram, sendo as etapas textuais que conduzem a esse fim último designadas pelo apelativo “autênticas” [...] (MOREIRA, 2009, p. 42).

Considerações semelhantes às de Spina (1977) e de Azevedo Filho (1987) acerca do “texto genuíno” ou “definitivo” foram defendidas ainda por Melo (1975), segundo o qual, “[...] a melhor edição é a última de vida do autor, porque se supõe que ele a reviu, estando nela, pois, a versão definitiva. [...]”. (MELO 1975, p. 40) e repetidas por Cambraia (2005), em seu manual, ao afirmar que “[...] o objetivo fundamental da crítica textual é o de restituir a forma genuína de um texto [...]” (CAMBRAIA, 2005, p.78).

Nesse sentido, uma edição crítica de tipo lachmanniano visa a fixar o texto genuíno, e, por conseguinte, uno, a partir de tradições textuais “múltiplas ou

divergentes” (SPINA, 1977), em que abundam variantes indiferentes, com o objetivo de unificá-las em uma lição, a genuinamente autoral. Esta é, segundo Spina (1977), a função principal ou substantiva da filologia, “[...] a explicação do texto, a sua restituição à forma original através dos princípios da crítica textual, e a sua organização material ou formal com vistas à publicação [...]” (SPINA, 1977, p. 76). A partir da finalidade do trabalho filológico, é possível distinguir a edição interpretativa dos demais tipos de edição de texto, pela especificidade dos seus distintos momentos de operacionalização.

No entanto, as contradições intrínsecas ao conjunto de procedimentos metodológicos prescritos para alcançar o texto “genuinamente autoral” têm sido comprovadas por estudos sobre a poesia seiscentista e setecentista, centrados nas particularidades históricas da produção e recepção dessa poesia, que evidenciam como o “objetivo” a que visa a crítica textual de cunho lachmanniano, reatualizado pela maioria dos filólogos brasileiros, se tornou anacrônico. Marcello Moreira (2014, no prelo) demonstra, por exemplo, em artigo que visa a comprovar a “instabilidade textual” dos poemas atribuídos a Gregório de Matos e Guerra, ao tempo de sua produção, circulação e primeira recepção, como o surgimento de “variantes textuais” indiferentes e sua proliferação evidenciam a insuficiência dos critérios lachmannianos centrados nas ideias de “autor” e de “originalidade”, que balizam a fixação da variante que equivaleria ao texto “genuíno”. O filólogo mencionado evidencia essa insuficiência, sobretudo, ao expor a forma como os poemas foram “remanejados” nos séculos XVII e XVIII, na Bahia, tanto pela “escrita” quanto pelo “agenciamento da voz”, a partir de conceitos formulados, respectivamente, por Bernard Cerquiglini e por Paul Zumthor. O excerto que segue expõe a forma como Marcello Moreira (2014, no prelo) descreve o modo vocalizado de existência dos poemas gregorianos:

[...] Sabe-se que no caso da tradição de Gregório de Matos e Guerra, o remanejamento dos textos deveu-se tanto à prática de recomposição pela escritura, em gêneros já desligados da música e do canto, como o era o soneto, e também àquela de recomposição em performance, quando, a partir de um texto já ouvido e já memorizado, no todo ou em parte, se o recompunha quando de sua apresentação ao auditório em nova situação de enunciação. É preciso enfatizar aqui que a prática de partilha da poesia pela voz na América portuguesa se situa na duração, e se constitui, como para Paul Zumthor, como uma tradição em parte oral, ao tempo em que essa tradição se atualiza no presente da performance [...] (MOREIRA, 2014, no prelo, p. 4).

Ao analisar o poema “Verdades do Autor ou Verdades Miúdas”, o filólogo supramencionado critica a associação entre “variação textual” e “erro”, comum na filologia de fundamento lachmanniano. Desse modo, a descrição dos procedimentos compositivos dos poemas gregorianos demonstra a impossibilidade de analisá-los a partir de categorias previamente determinadas de base lachmanniana e unificá-los no “texto genuinamente autoral”. Ao final do seu texto, o filólogo afirma que

[...] Buscar, frente à tradição de Gregório de Matos e Guerra, restituir uma suposta lição genuína, é desconhecer, quando do procedimento analítico, as evidentes marcas de uma oralidade profunda, patente no aspecto formular dos textos, e não se aperceber que o “modernista” assim como o medievalista deve se convencer “des valeurs incomparables de la voix qui chante; d’y sensibiliser son attention; mieux, de la vivre, car elles n’existent qu’à chaud, independamment des concepts dans lesquels on tenterait de les saiser” (ZUMTHOR, 1987, p.17), voz essa cujo eco reverbera na variação das marcas por ela deixadas nos textos, que são um seu registro sempre parcial e fragmentário. [...] (MOREIRA, no prelo, p.5).

Tendo em vista estudos sócio-históricos como esse e contrariamente ao que fazem a maioria dos pesquisadores brasileiros, é possível criticar os preceitos do lachmannismo, defendidos por Spina (1977) e Azevedo Filho (1987), e, sob um ponto de vista reflexivo, desmistificar as possibilidades, levando-se em consideração os contextos sócio-históricos de produção das tradições textuais, principalmente aquelas do dito “Medievo”, de aplicação universal desses critérios críticos.

De início, esses manuais são depositários dos lugares-comuns críticos da filologia no Brasil e fornecem as etapas de operacionalização, no processo editorial, de fatura de uma edição crítica, até a apresentação do texto para a publicação. Deter-nos-emos nesses princípios, os quais o filólogo não pode perder de vista ao empreender a fatura de uma edição de tipo lachmanniano, assim como nas etapas metódicas para a consecução dessa edição, que são enumeradas previamente por Azevedo Filho (1987) em seu livro:

a) *Recensio*; b) *Collatio*; c) *Eliminatio codicum descriptorum*; d) Classificação estemática da tradição manuscrita (se houver) e da tradição impressa (textos não eliminados, após a *examinatio*); e)

Emendatio; f) *Constitutio textus*, após a *selectio*; g) Apresentação do texto reconstituído; h) Aparato de variantes (AZEVEDO FILHO, 1987, p.16).

O primeiro passo da *recensio* é a recolha de todo material existente, manuscrito e impresso, que se refere à obra a ser editada, para definição da forma como se ocorreu a sua transmissão, se direta ou indiretamente. Na primeira hipótese, a transmissão ocorre por meio de testemunhos “manuscritos, (autógrafos, idiográficos e apógrafos), textos datilografados e impressos”, sendo, portanto, essencial à crítica reconstrutiva. Já no caso da segunda, a obra se transmitiu por “citações ou traduções ou mesmo por comentários, alusões, imitações, glosas, paráfrases” (AZEVEDO FILHO, 1987, p.36). Pode haver *recensio fechada*, quando, no processo de transmissão, não houve contaminação entre os manuscritos, e, contrariamente, *recensio aberta*, nos casos em que ocorreu contaminação, sendo distintas as formas de o filólogo proceder frente a cada uma delas.

Os testemunhos coletados na *recensio* são confrontados na etapa seguinte, a *collatio*, a partir da eleição de um “exemplar de colação”, para definição de seus nexos ou filiação, cujo resultado será a eliminação daqueles testemunhos que são cópia de matrizes superviventes, procedimento crítico denominado *eliminatio codicum descriptorum*. Contudo, segundo Moreira (2011b) a separação entre um “texto” que se considera “melhor e mais completo” e os demais manuscritos confrontados deriva, de modo paradoxal, de uma comparação entre todos eles que se dá de forma incompleta, e o resultado obtido por meio dessa colação parcial, no que concerne ao estabelecimento das relações de parentesco entre os testemunhos colacionados, pode ser apenas equívoco, gerado pela incompletude da própria colação:

O próprio procedimento de adotar-se um testemunho de base, que seria eleito o exemplar de colação, por ser ele “o mais completo e estar em melhores condições”, implica que os locais de variação estabelecidos dependerão em larga medida de diferenças entre a “base” e os exemplares com ela colacionados, mas não de diferenças que poderiam surgir se fosse empreendida uma larga e minuciosa colação de todos os exemplares entre si, procedimento que pode com facilidade estabelecer falsos nexos entre os testemunhos [...] (MOREIRA, 2011b, p.119).

A *collatio* é uma análise de cunho material para determinação da anterioridade de um testemunho frente a outros. Nos casos de *recensio* fechada, o procedimento de reconstituição do texto genuíno será baseado na preponderância numérica de variantes textuais sobre as demais, critério “automático” e “externo”, sendo que, nos casos de “*recensio* aberta”, devem ser utilizados os critérios internos, que se relacionam ao “juízo crítico do editor”. Segue-se a apresentação de Spina (1977) dos procedimentos concernentes à *recensio* até a sua última fase:

Feita a distinção dos testemunhos coletados (testemunhos pertencentes à *tradição direta* e testemunhos pertencentes à *tradição indireta*), partimos em seguida para uma nova operação: a *collatio codicum* (no caso de manuscritos), ou a colação das edições (no caso da tradição impressa). Com ela iniciamos o confronto de todo o material atinente à tradição direta, confronto esse que é realizado em função de um manuscrito ou edição que se toma por base, chamado por isso ‘texto ou exemplar de colação’. A escolha desse exemplar de referência não deve ser aleatória: geralmente se elege o manuscrito mais completo, ou o que se considera bom; no caso do livro impresso, a última edição ou uma boa edição da obra. Desse confronto resultará o expurgo dos testemunhos inúteis (*eliminatio codicum descriptorum*), operação final da *recensio* (SPINA, 1977, p.98).

Os passos a serem seguidos até a última fase da *recensio*, tal como nos foram expostos por Spina (1977) e Azevedo Filho (1987), são apresentados também em *Fundamentos da Crítica Textual*, de Spaggiari e Perugi (2004) e *Introdução à Crítica Textual*, de Cambraia (2005), manuais citados anteriormente. Embora Cambraia (2005) discuta, ao final do seu livro, as novas possibilidades de edição que a tecnologia do computador permite, o núcleo do seu trabalho filológico é a sistematização de Spina (1977) e Azevedo Filho (1987) dos critérios metódicos formulados por Lachmann, que são mais relevantes e indispensáveis, pelo próprio caráter “científico” da crítica textual.

Dois critérios internos, ou seja, que dizem respeito aos casos em que não é possível a utilização do procedimento de seleção da lição genuína pela preponderância numérica de variantes, e nos quais é necessária a intervenção do juízo do editor, são centrais para os neolachmannianos: a *lectio difficilior* e o *usus scribendi*. O primeiro postula que as lições mais “difíceis” e complicadas devem ter preferência em relação às lições simples, que provavelmente se devem aos copistas. O segundo determina que “o

estilo do autor e da época” são, em extremo, decisivos na crítica reconstrutiva. Os dois conceitos são expostos por Azevedo Filho (1987), em seu manual:

O *usus scribendi* está centrado na utilização estilística da língua pelo autor e nas formas linguísticas de uma determinada época, enquanto a *lectio difficilior* vai explicar a origem da lição posterior, em geral banalizada ou trivializada, chamada assim *lectio faciliior*. Daí os princípios de que *lectio difficilior potior* e de que *lectio quae alterius originem explicat potior*, a despeito das exceções sempre possíveis (AZEVEDO FILHO, 1987, p. 45).

Para os lachmannianos, a *lectio difficilior* e o *usus scribendi* são procedimentos metódicos que mantêm a “cientificidade” do trabalho filológico, já que se constituem como recursos à disposição do editor quando este não pode mais se decidir frente às variantes indiferentes e quando a seleção mecânica, por critérios de dominância numérica, não são aplicáveis. No entanto, há contradições e equívocos gerados na utilização de ambos os critérios críticos, o que torna a “cientificidade”, defendida pelos filólogos primaciais, discutível. No que se refere, por exemplo, à *lectio difficilior*, os problemas para que seja operacionalizado esse procedimento são discutidos por Moreira (2010), em artigo que visa a demonstrar como algumas noções românticas estruturam esse conceito.

Moreira (2010) explicita a maneira como a definição desse procedimento crítico se uniformiza entre os filólogos brasileiros a partir das prescrições iniciais de Azevedo Filho (1987) e Spina (1977). Entretanto, o filólogo paulistano destaca as considerações de Cambraia (apud MOREIRA 2010), ao discutir a operacionalização da *lectio difficilior*, partindo de estudo realizado por Celso Cunha (apud MOREIRA 2010). Cambraia (apud MOREIRA 2010) faz a importante afirmação de que “‘o mais difícil’ não remete ou recupera necessariamente o que se pode denominar de o mais coerente poeticamente segundo prática situada historicamente” (MOREIRA, 2010, p.220). Logo, o uso desse procedimento metódico significa, quando aplicado mecanicamente e sem uma reflexão sobre a *consuetudo* poética própria de cada tradição a ser editada, em alguma medida, negligenciar o contexto histórico em que determinado texto existiu e foi partilhado.

Desse modo, Moreira (2010) deixa evidente que, para os que creem na operacionalização da *lectio difficilior*, “o estranhamento é condição de *poiesis*”

(MOREIRA, 2010, p.220). Essa noção romântica, o “estranhamento”, estrutura a aplicação desse procedimento metódico e também outro, o de *usus scribendi*, que o integra, direcionando a compreensão de muitos dos estudiosos que se filiam a essa corrente filológica.

A partir da crítica que Tavani direcionou aos seguidores de Joseph Bédier, Moreira (2010), por seu turno, ao criticar o filólogo italiano, demonstra a existência de uma tênue linha que demarca o limite entre um “erro evidente”, que deverá ser corrigido no manuscrito eleito, o *bon manuscrit*, e um “traço estilístico” genuíno, atribuível ao “gênio criador”. Os problemas que envolvem a noção de “erro evidente” iniciam-se, segundo Moreira (2010), pela falta de uma conceituação desse termo pelos defensores da edição de um único manuscrito, já que são imprecisas as considerações sobre a forma como um filólogo poderia identificá-lo. As críticas de Tavani são justas, segundo Moreira (2010), no entanto, algumas considerações sobre os conceitos de “erro” e “norma” que permitiriam a compreensão do equívoco bediérista não foram apresentadas como uma possível solução para esta problemática.

Portanto, uma lição pode flutuar de um extremo a outro, a depender da sua condição de autógrafo ou de cópia, o que se torna muito criticável nas proposições lachmannianas. O fundamento do critério crítico da *lectio difficilior*, suas contradições e a impossibilidade de sua aplicação, senão por intermédio da própria interpretação do filólogo, que decidirá entre o “erro evidente” e o “estilo autoral”, uma vez que não há provas de que houve por parte de um determinado copista a intenção de tornar a lição mais fácil, banalizando-a, são demonstrados no artigo mencionado.

Já o *usus scribendi*, critério metodológico que complementa a *lectio difficilior*, fundamenta-se na existência de um “estilo autoral e da época” passível de ser apreendido pelo filólogo no processo de “estabelecimento” do “texto genuíno”. No texto em que discute as contradições conceituais e metodológicas da estemática a partir do manual de Spaggiari e Perugi (2004), Moreira (2011b) demonstra os equívocos presentes na prescrição do *usus scribendi*:

[...] Quanto ao princípio de *usus scribendi*, se se resume ao “estilo”, “ou seja, aos padrões linguísticos e estéticos próprios à obra, ao autor e à época”, estabelece que há uma *langue* literária epocal, uma outra própria da “obra”, que, pensamos, deve-se entender aqui como “gênero”, e uma outra ainda mais particularizada, que é aquela do autor. Ora, as restrições ao modo historiográfico, de pensar os estilos

de época, explicitadas, dentre outros, por João Adolfo Hansen e Leon Kossovitch, problematizam a proposição fácil de que há, na história das práticas letradas da Europa do ocidente e do mundo americano, por exemplo, um maneirismo e um barroco, o que implica pensar, analogicamente, a existência da unidade do gênero e aquela do estilo individual, a ponto de se poder aplicar um princípio como o de *usus scribendi* (MOREIRA, 2011b, p. 121).

Os testemunhos tidos como relevantes no processo de recuperação do texto genuíno ou arquetípico, no caso de não se poder remontar àquele, são distribuídos em uma árvore genealógica conforme seus vínculos parentais, para realização de um complexo processo de busca do mesmo. Em outras palavras, o *stemma* é a parte da edição crítica em que os manuscritos são organizados de forma a demonstrar o tipo de transmissão histórica e as relações familiares, cujo objetivo é chegar, por meio da *restitutio textus*, ao “original perdido”. O tipo de transmissão do manuscrito é muito relevante nesse processo, segundo os autores em questão, pois quando direta ela pode ocorrer de quatro formas distintas: vertical, horizontal, transversal ou por contaminação. Na primeira possibilidade, um manuscrito simplesmente descende de outro; na segunda, o manuscrito descende de muitos outros, que fazem parte de uma mesma família (sincronicamente); e, na terceira, um manuscrito descende de outro, mas de distinto período histórico, diferente, por conseguinte, do ponto de vista temporal (diacronicamente); no último caso, um manuscrito apresenta lição de outra família.

Os testemunhos são representados na árvore de raízes intrincadas, por letras do alfabeto grego e romano. Convencionalmente, o “original perdido” é representado, no *stemma*, por um arquétipo ou protótipo, por necessidade “idealizado”, conquanto os filólogos lachmannianos o ajuízem “real”, que é indicado pela letra ômega. O arquétipo não se identifica necessariamente com o texto autoral, sendo no mais das vezes o texto matricial que deu origem aos testemunhos existentes ou que deu origem a uma tradição textual. À sua localização, entre o original perdido e as suas cópias existentes, deve-se a denominação de *codex interpositus*. As famílias manuscritas são representadas também por “subarquétipos”, outros *codices interpositi*, que também são para os lachmannianos códices outrora existentes, representados por “letras maiúsculas do alfabeto grego” (AZEVEDO FILHO, 1987, p. 45). E, finalmente, os manuscritos ainda existentes figuram logo em sequência, representados por “letras maiúsculas do alfabeto latino, quando códices membranáceos, e por minúsculas, do mesmo alfabeto, os códices cartáceos” (AZEVEDO FILHO, 1987, p. 45). Para os lachmannianos, o estema é

essencial, por representar genealogicamente os testemunhos existentes, partindo do arquétipo para expor os vários ramos que compõem a “tradição”.

A “teoria dos erros comuns” direciona o estema e determina a união dos manuscritos em uma mesma família ou a sua separação em famílias distintas. Os filólogos supramencionados distinguem entre “erros conjuntivos” e “erros separativos”. Os primeiros estabelecem um vínculo entre testemunhos, já que um erro presente no texto matricial aparecerá nos testemunhos que dele descendem. Contrariamente, os “erros separativos” excluem qualquer tipo de relação entre dois testemunhos, impossibilitando a sua união em uma mesma família. Em outras palavras, os erros do primeiro tipo são aqueles que determinam a união de mais de duas cópias, demonstrando dependência entre os copistas frente a uma mesma matriz; contrariamente, os do segundo tipo rechaçam qualquer tipo de vínculo entre os textos-cópias, evidenciando que há outros textos matriciais. É preciso salientar, então, que, para os lachmannianos, os erros estão na base da operacionalização de etapas críticas, como a da comparação dos manuscritos, com o fito de determinar os *codices descripti* para se realizar a posterior organização estemática dos testemunhos, a fixação da lição que se ajuíza a mais próxima do texto genuíno, e que servirá para a crítica literária e para a história literária. Embora preconize o critério de presença e ausência de erros, para Spina (1977), as relações de descendência também são determinadas pelo critério dos *loci critici*, lugares críticos. No entanto, Moreira (2011b) discute, em seu texto, a plausibilidade crítica desse procedimento, na constituição do estema, partindo das considerações presentes no manual publicado por Spaggiari e Perugi, já citado em nosso estudo. De acordo com o filólogo paulistano, a prescrição lachmanniana dos *loci critici* falha pela forma como uma passagem textual é definida como “crítica”, já que se determina a seleção aleatória de alguns “lugares” ou “passagens” no manuscrito e não se leva em consideração o estudo minucioso do texto em sua integridade, ou seja, não se empreende uma colação integral do manuscrito, para que os erros ditos “significativos”, que estejam em outras partes do manuscrito sob análise, sejam considerados na colação. Moreira (2011b) expõe ainda as falhas de conceituação do termo “crítico” nessa formulação, pois há uma contraditória associação, realizada por Spaggiari e Perugi, entre uma “colação incompleta” e a identificação dos “*loci critici*” nos manuscritos parcialmente colacionados. O estudioso expõe o problema como segue:

[...] Se há objeções ao estabelecimento com base em *loci selecti*, também as há no que respeita ao seu estabelecimento com base em *loci critici*. O que faz com que um trecho crítico seja crítico? Cremos que ele só pode ser crítico caso se tenha levado a termo uma colação completa de todo o texto, pois sua criticidade seria determinada pela probabilidade de, a partir dele, se estabelecer com segurança o *stemma codicum*. Nesse sentido, colação parcial e *loci critici* parecem contradizer-se, embora não o pensem assim Spaggiari e Perugi (MOREIRA, 2011b, p.118).

Este estudioso demonstra, outrossim, os equívocos metodológicos que há quando se dá início ao processo de colação dos manuscritos a partir do conceito “*loci critici*”, pois eles preexistem ao próprio procedimento de colação, quando deveriam surgir no momento em que esta etapa da crítica textual é posta em prática, o que, de acordo com Moreira (2011b), desacredita-a para muitos estudiosos devido as evidentes falhas em sua formulação. Desse modo, na terceira etapa da crítica textual lachmanniana, a estemática, a construção da árvore genealógica que representa as relações entre manuscritos fica comprometida por partir de procedimentos como os *loci critici*, dando origem a incongruências que são difíceis de sanar.

Spina (1977) e Azevedo Filho (1987) entendem a última etapa da crítica textual, a *emendatio*, como o conjunto de operações que visam a corrigir ou a emendar o texto. Segundo Segismundo Spina (1977), inicialmente, o editor realiza as operações de ordem paleográfico-interpretativa, tais como certas “modificações de escritura, solução de ligaduras” (SPINA, 1977), visando a adequar o texto à tradição impressa para torná-lo compreensível. Em seguida, realiza a correção propriamente, que pode ocorrer de duas maneiras: com a utilização dos códices da obra, *emendatio ope codicum*, caracterizada pelo princípio da preponderância numérica das variantes; ou de acordo com a intuição filológica do editor, *emendatio ope conjecturae*. Embora com importantes restrições, existem alguns “princípios universais”, herança da “tradição filológica clássica”, que devem ser seguidos pelo crítico, indicados para a primeira hipótese de correção, mas que podem, com exceção da terceira regra, ser estendidos para a segunda:

“a) *lectio antiquior potior*, b) *lectio melioris codicis potior*, c) *lectio plurium codicum potior*, d) *lectio difficilior potior*, e) *lectio brevior potior*, f) *lectio quae alterius originem explicat potior*. Tudo isso, evidentemente, em busca da melhor lição: *lectio melior potior* [...]” (AZEVEDO FILHO, 1987, p.17).

Para os casos de “*recensio* aberta”, a mesma “tradição filológica clássica” antecipa alguns passos importantes a serem seguidos no processo de correção do texto, como os que seguem:

a) *interpungere*, ou seja, pontuar adequadamente o texto [...]; b) *mutare*, ou seja, corrigir a troca de letras, responsável pela formação de palavras sem qualquer sentido no contexto frasal; c) *transponere*, ou seja, dispor as palavras noutra ordem, mais coerente com o sentido do texto e com a língua e o estilo do autor [...]; d) *delere*, ou seja, apagar ou suprimir palavras que aparecem no texto por interpolações prováveis de copistas; e) *supplere*, ou seja, completar possíveis lacunas num texto, geralmente motivadas por pequenos saltos ou descuidos de copistas e até do próprio autor (AZEVEDO FILHO, 1987, p.17).

A edição crítica finaliza com a “apresentação do texto criticamente estabelecido”. Existem princípios que regem a organização do texto nesse último momento do labor filológico, contudo, esses princípios gerais podem sofrer inflexões de toda sorte, a depender da instituição que patrocina a edição, ao público a que prioritariamente se destina, ao gênero do texto editado etc. Em ambos os manuais, os de Spina (1977) e Azevedo Filho (1987), que ora analisamos, prescreve-se que, anteriormente à apresentação do texto, deve haver uma introdução, e Spina (1977) descreve os “elementos” que a compõe como segue:

[...] a apresentação do texto é precedida por uma *Introdução*. Esta compreende: 1. *Elementos substantivos*, relacionados com as pesquisas realizadas e com os problemas e as operações da crítica textual: história do ms. ou mss., seu valor, suas inter-relações, sua classificação e formas de transmissão; determinação e análise das fontes (da tradição indireta), a árvore genealógica dos testemunhos (*stemma codicum*); informações minuciosas a respeito dos critérios adotados na *Recensio*, na *Emendatio* e na *collatio* (escolha do ms. base ou *texto da colação*, ou *edição de base*; e finalmente o aparato das siglas adotadas para determinar os códices (*conspectus siglorum*); 2. *Elementos adjetivos*, não decorrentes da crítica textual, mas necessários ou úteis para a inteligência do texto, sua importância estética e sua localização bibliográfica: a) *de ordem filológica*: informações sobre a ortografia do autor ou dos mss.; estudo fonético e morfológico do(s) ms. (s); apreciação do texto como documento de cultura; b) *de ordem literária*: problemas de autoria, de autenticidade [...] excursão a respeito da personalidade literária do autor; análise da

obra [...] c) *de ordem bibliográfica*: relação das edições do texto [...] d) *de ordem técnica*: exposição dos critérios adotados na transcrição do texto e na sua apresentação material (SPINA, 1977, p. 130-131, grifos do autor).

No Brasil, os manuais de Spina (1977) e Azevedo Filho (1987) constituem a base da maioria dos estudos e propostas editoriais. Raros são os estudos em que não é possível depreender a filiação aos ditos livros. Ao nos depararmos com as produções brasileiras de filologia e crítica textual, podemos observar que, em sua quase totalidade, elas se fundamentam nos livros anteriormente descritos, que constituem fontes de autoridade para o filólogo: ele deve iniciar pela *recensio*, em seguida percorrer o caminho da *collatio* e por último realizar a *emendatio*, para, ao final, apresentar o texto "definitivo" daquela "tradição", ou, no caso da crítica genética, analisar o percurso criativo do autor, para depreender, em meio às suas variantes, as escolhas que o levaram a dar a público aquele texto que representa sua "vontade". É dessa "inércia intelectual" que falaremos a seguir e exporemos alguns exemplos referentes aos "textos" "medievais" e "modernos", em propostas de edição de tipo crítica e de tipo genética.

Topa (1998), em seu livro, propõe a legibilidade da poesia atribuída a Manuel Inácio da Silva Alvarenga a partir de critérios metodológicos previamente sistematizados, como o de *usus scribendi*, por meio do qual será possível, sobretudo, a canonização da "obra" do poeta. Desse modo, o estudo proposto pôs em prática a divisão da crítica textual em três etapas: *recensio*, *collatio* e *emendatio*. O arrolamento dos testemunhos é realizado partindo daqueles que não apresentam equívocos quanto à autoria, pois foram publicados em vida do autor, até chegar àqueles que exigem uma análise mais detida para que se possa determinar como pertencentes ou não ao poeta mencionado, tais como aqueles que foram levados a público após sua morte ou que não chegaram a ser publicados pela impressão.

O estudioso afirma que, após o levantamento dos testemunhos, estes deveriam ser organizados segundo o ano em foram publicados. Além disso, no momento de transcrever os testemunhos, segundo ele, seria necessário garantir o respeito ao *usus scribendi* do autor e "às convenções da época", para não haver riscos de conspurcar a fidedignidade do texto. Portanto, torna-se escusado afirmarmos o quanto a proposição exposta, para a edição do texto de Silva Alvarenga, ampara-se em categorias da filologia que prevê o respeito ao desejo do autor, em sua "obra".

Para aqueles que se filiam à crítica genética, disciplina voltada para o estudo do “processo criativo artístico” (SALLES, 2008, P. 28), há uma correlação entre os rascunhos, os datiloscritos e os manuscritos autorais, que caracterizam as escolhas no processo de criação, e o “produto final” ou “o texto” dado a público pelo autor. Em outras palavras, a proposta de estudo frequentemente vincula os rascunhos, os manuscritos autorais a uma edição da obra, preferencialmente revisada pelo autor, já que certamente nela predominou a sua “última vontade”. Os geneticistas partem, muitas vezes, do texto representante da vontade autoral, porque, assim como para os lachmannianos, para eles “autenticidade” e “originalidade” são noções que estruturam o trabalho filológico.

Nos Anais do *IV Encontro do Manuscrito, Gênese e Memória*, produzido pela Associação de Pesquisadores do Manuscrito Literário (APML), por exemplo, vários resumos¹⁰ publicados expõem o tipo de concepção de crítica textual que baliza o estudo da retomada do “processo de gênese” autoral. A maioria dos estudos publicados nesse *Encontro* são devedores da sistematização dos procedimentos críticos realizada por Spina (1977) e Azevedo Filho (1987), como o demonstram alguns exemplos que exporemos a seguir.

De início, a conferência *Práticas de Edição: Onde está o autor?* trata das contradições geradas quando há uma multiplicidade de variantes autorais não concluídas, em meio às quais o estudioso de gênese textual deve determinar a que representa a “última vontade” do autor. Variantes redacionais nessas condições ou em situações de reedição autoral com alterações e modernizações dificultam a percepção,

¹⁰ Moreira (A. 1995), por exemplo, reatualiza a finalidade da crítica textual lachmanniana ao tratar dos problemas envolvidos no estabelecimento crítico de Lobo da Costa. Leonel (1995), ao apresentar os critérios metodológicos na fatura de uma edição crítica em perspectiva genética do livro, *Grande Sertão Veredas*, também repete esse “objetivo”. Logo, nesse estudo, os procedimentos a serem seguidos na produção da edição revelam o retorno ao critério de “genuinidade autoral” para o estabelecimento do texto: “A Equipe determinou como texto-base a última edição realizada em vida do autor, ou seja, a segunda, publicada pela José Olimpio em 1959. Mas esse texto, a ser reproduzido na edição da Collection Archives, se atende às exigências da edição crítica, significa, para a Equipe, o ponto de partida para o registro de variantes e notações gráficas, reunidas num mesmo aparato genético – crítico, realizado com rigor e com a clareza possível, tentando permitir ao leitor atento reconstituir cada um dos manuscritos”. (LEONEL, 1995, p.170). Lima (1995) repete o objetivo da edição crítica, tal como definida por Segismundo Spina (1977), em seu estudo. Desse modo, reproduzimos o excerto em que a autora corrobora a relação entre edição crítica e “genuinidade autoral”: “[...] Segismundo Spina ensina que organizar uma edição crítica consiste em “estabelecer um texto que se avizinhe o mais possível do original (...) restaurar a forma original da obra com o auxílio das normas da crítica textual [...]”” (LIMA, 1995, p. 196). Outros resumos reafirmam o objetivo do trabalho filológico na perspectiva defendida por Spina (1977) e Azevedo Filho (1987). Moraes (1995) trata da “vontade autoral” em seu resumo, assim como Verlangieri (1995) que reatualiza o conceito de “fidedignidade autoral”.

por parte do geneticista, do “texto” que constitui o “último desejo do autor”, esse é o argumento defendido por Duarte (1995), em seu texto, ao circunscrever suas considerações às noções de “autoria” e de “vontade autoral”, como demonstram as questões que direcionam o seu trabalho:

“[...] (1) o que será a vontade do autor no complexo de manuscritos genéticos de uma obra não terminada? (2) como proceder para editar o texto dessa obra? [...] num processo genético não encerrado, onde é que está o seu autor: no todo de que dispomos? Numa das partes desse todo?” (DUARTE, 1995, p. 336).

O que Duarte (1995) defende, no processo de análise dos manuscritos e impressos autorais, é a existência de uma única “vontade” de fixação, em alguns casos, e, por outro lado, de “vontades” que são substituídas por uma nova, cada vez que o autor resolve acrescentar, eliminar ou alterar algo do seu escrito. Nesse complexo processo de escrita do texto que se deseja levar ao público, o estudioso afirma que cada autor tem ainda em mente um leitor idealizado para a sua “obra”. Essas afirmações iniciais da conferência que pretende contribuir para a discussão a respeito da melhor forma de chegar à “última vontade autoral”, tendo em vista as muitas variantes autorais que fazem parte do processo de gênese de um texto, repetem categorias, já afirmamos, de um paradigma duvidoso quanto à sua validade, para muitas tradições textuais.

Logo, é a noção de “genuinidade” que fundamenta a exposição dos critérios metodológicos que devem embasar o trabalho de um estudioso da gênese textual, no caso de trabalhar com processos escriturais não finalizados. Duarte (1995) ratifica a necessidade de “limpeza” do “texto genuíno”, ou seja, de um processo de purificação, pelo qual este deve passar, já que, em sua concepção, faz parte da postura de um geneticista, quando da busca de entendimento do processo artístico de criação, “aceitar” as lições autorais tal como elas se apresentam:

[...] enquanto editor parto do princípio de que uma obra quando é congeminaada pelo seu autor tem um único objectivo, o de ser lida por outrem, e que esse objectivo, se consubstancia na forma que o autor lhe fixou no momento em que a deu como pronta para a publicação, forma esta que é o corolário lógico de todo o processo genético anterior; assim, limito-me a aceitar o texto que contém a derradeira vontade do autor, a limpá-lo das eventuais adulterações nele

perpetradas por uma tradição por vezes demasiado produtiva (quando modifica o texto voluntariamente) ou descuidada (quando lhe introduz ruídos), e guardo para outros fins, ou então limito-me a descrevê-las na introdução à edição, as informações que recolhi acerca da gênese do texto, no caso de existirem manuscritos autógrafos que a documentem; nestes termos, é minha convicção que toda a restante utilização destes materiais não é mister do editor crítico”(DUARTE, 1995, p. 337).

É, sobretudo, a respeito do processo de identificação da versão redacional que corresponde ao “último desejo do autor”, que Duarte (1995) está discutindo, em seu texto. Para ele, há uma postura de entendimento das várias redações autorais que se fundamenta na ideia de que há somente uma entre elas que corresponde ao “texto” que o autor objetivou levar a um público já idealizado. Essa postura deve ser a do geneticista. De acordo com ele,

[...] Munido destes modelos e destes instrumentos, e ainda doutros que eu possa fabricar tendo em conta os materiais de que disponho, poderei questionar o manuscrito, identificar campanhas de escrita e de correção, e definir a última fase de intervenção do autor, que é aquilo a que eu chamo o nível terminal daquele manuscrito – mas não forçosamente daquele texto, pois, repita-se, nunca saberemos se o texto nele presente teria continuação ou se viria, alguma vez, a conhecer a forma definitiva. Ou seja, não podendo dispor de dados objectivos que nos permitam identificar uma pluralidade de vontades, uma vez que qualquer correção autógrafa entre a escrita de primeiro jacto e o nível terminal do manuscrito representa sempre uma vontade que só deixa de o ser depois de substituída por uma nova vontade (DUARTE, 1995, p. 338).

Há, na Conferência, um questionamento sobre os conflitos enfrentados pelo geneticista que são gerados quando um determinado autor publica uma versão de sua “obra” que constitui uma “vontade de fixação”, e, no entanto, torna a publicá-la em seguida, com modificações e alterações, apresentando ao público uma versão revisada, atualizada. Nesses casos, Duarte (1995) interroga “onde começa e onde termina o processo de gênese textual? Que comportamentos editoriais deverá adoptar, nestas situações extremas, o crítico textual, esse eterno procurador de vontades alheias? (DUARTE, 1995, p.346).

Para ele, no estudo desse tipo de escritura inacabada, é necessário muito cuidado por parte do estudioso de gênese textual, para não conspurcar a “vontade expressa” do

autor, pois existem casos em que, justamente por não estar presente nas variantes do processo de escritura, ela se configura e se define como um desejo de “abandono”. O que podemos perceber nas conclusões a que chega o conferencista, é que não há uma “vontade” única, mas muitas vontades autorais que prevaleceram por um certo tempo até serem substituídas por uma nova, e ainda como se afigura complexa a tarefa de determinação dessas “vontades” em meio às variantes do autor, pois nem mesmo a publicação impossibilita as modificações e garante que não haverá necessidade da fixação de um novo texto, com base em novas decisões autorais. Desse modo, a noção de “última vontade autoral” se afigura como decisiva nas considerações apresentadas.

Nos *Anais do Encontro Gênese e Memória* de que falamos, alguns resumos publicados visam a expor considerações sobre o conjunto de apógrafos da *Clavis Prophetarum*. Entretanto, a maioria dos estudos parte de uma noção romântica da “subjetividade” do autor, com o intuito de empreender uma análise crítica de textos, cuja produção, recepção e transmissão ocorreram, como sabemos pelos estudos de João Adolfo Hansen, por exemplo, anteriormente à formulação da concepção romântica de autoria.

Mendes (1995), por exemplo, objetiva, a partir do estudo da “história da transmissão” da *Clavis Prophetarum*, discutir os fatores relacionados à escrita dos textos em latim, para tecer algumas considerações a respeito da “fixação do texto de Vieira”. Segundo ela, há dificuldades no trabalho filológico, no que diz respeito ao tipo de edição a ser realizada, por exemplo, devido ao caráter “fragmentário” dos textos, sobretudo, por se tratar de testemunhos “apógrafos e não controlados pelo autor” (MENDES, 1995, p. 140).

Em sua proposta é necessário estabelecer uma hierarquia entre os testemunhos sobreviventes para que o “estilo autoral” do Padre Vieira possa ser determinado, caso este, o “estilo autoral”, de fato exista e esteja presente no conjunto de manuscritos em estudo. Desse modo, há um *usus scribendi* a ser depreendido a partir dos manuscritos sobreviventes, como o demonstra a estudiosa ao tratar dos critérios a serem considerados no processo de tradução do texto:

[...] Tem que aspirar ao requinte dum texto de Vieira em português, ao seu *usus scribendi*, ao seu léxico e sintaxe. Não pode trair ou desmerecer da qualidade de escrita. Há que ter familiaridade com a prosa de Vieira e seus discursos, essencialmente os exegéticos e

futuroológicos, e ainda com a linguagem da teologia da época, com a história da religião e com as escrituras. [...] (MENDES, 1995, p.141).

Após tratar dos critérios a serem adotados no processo de tradução do texto de Vieira, Mendes (1995) defende a construção de um estema para demonstração das filiações entre os manuscritos, embora não creia que este procedimento seja capaz de expor a “história da transmissão”, devido à já mencionada fragmentação dos textos. A *collatio* deve iniciar-se, segundo ela, pela localização dos “lugares críticos”, *loci critici*, procedimento metódico cujos equívocos já foram demonstrados por Moreira (2010), em seu texto, como expusemos anteriormente. As considerações finais da autora referem-se aos aspectos que devem ser observados no processo de “estabelecimento do texto” do Padre Antônio Vieira. Portanto, semelhantemente aos estudiosos que anteriormente criticamos, Mendes (1995) fundamenta o seu trabalho nos conceitos de “intencionalidade” e “genuinidade autoral”.

É relevante afirmar que, contrariamente à perspectiva adotada por Mendes (1995), ao se debruçar sobre o mesmo conjunto de textos, Hansen (1995) propôs a sua legibilidade a partir do contexto histórico de sua produção, levando em consideração aspectos “teológicos” e “retóricos”. Descartando os conceitos românticos comumente aplicados aos textos seiscentistas e setecentistas, o estudioso defende a observação do contexto de produção e socialização dos textos da *Clavis Prophetarum*, atribuídos ao Padre Vieira. O excerto abaixo sintetiza a perspectiva defendida por Hansen (1995), no estudo dos textos seiscentistas e setecentistas:

[...] no trabalho de edição de texto, o tempo deve ser considerado como critério para se determinar historicamente o sentido de sua prática na representação do século XVII. Na origem mesma do texto, a concepção teológica do tempo determinava a sua forma como um comentário hermenêutico em que as categorias da enunciação eram outras, sendo talvez unilateral pensar que antes da dispersão atual, resultante da deformação produzida de fora sobre uma versão inicial que hoje se deveria repor, o texto segundo as noções naturalizadas e transhistóricas de autoria, unicidade e fechamento de originais da obra. Por exemplo, as categorias do juízo, aplicadas como as analogias de proporcionalidade e de proporção. Ou a especularidade de eventos e coisas da narrativa bíblica e não das palavras do texto. Também a escolha do latim eclesiástico e não do português evidencia-se como um ato performativo. Quero dizer, como um ato que deve apropriar-se do discurso como de uma representação em que a autoria – que não pode ser entendida nos nossos termos iluministas de autonomia

expressiva – emula a auctoritas divina de textos canônicos, repondo-se no consumo como voz anônima do costume (HANSEN, 1995, p. 127).

Para ele, o estudo desse tipo de “tradição” não deve prescindir da forma como, em seu tempo, ela existiu. Contrariamente, quando perspectivada do ponto de vista romântico, dá-se a descaracterização histórica da tradição, já que o contexto histórico em que a “tradição” se insere não é levado em consideração.

Retornando aos exemplos e problemas de apropriação do “velho paradigma” da crítica textual por muitos estudiosos dessa disciplina de configuração recente, a crítica genética - cuja introdução, no Brasil, se deu, segundo Salles (2007), por intermédio de Phillippe Willemart -, empreenderemos a análise do livro de Mendes (1998), em que esta propõe uma edição crítica, em perspectiva genética, do romance *As Três Marias*, de Rachel de Queiroz. Nesse livro, em que publica sua tese de doutoramento, a autora leva a termo o objetivo de realizar uma edição crítica e apresenta o texto conforme “a última vontade” da romancista. Desse modo, algumas considerações da estudiosa nos levam aos manuais que ora criticamos, pela reprodução de lugares-comuns críticos ou conceitos e critérios metodológicos lachmannianos, que foram reatualizados na análise do processo escritural de Rachel Queiroz e na posterior canonização do texto.

De início, tendo como texto de base a terceira edição do romance, ajuizada como a melhor edição, Mendes (1998) visa a relacionar o primeiro rascunho do dito romance ao último texto dado a público pela autora, tendo como fundamento uma clara noção de evolução do texto:

[...] Pretendi estender um fio, fazer uma ponte entre o primeiro texto, o rascunho, e aquele que, teoricamente, seria o último, porque não sofreria mais modificações por parte da autora, ou seja, o que ela deu por terminado, quando encaminhou os originais para publicação, passando a dividir com o leitor aquela “criatura” que era unicamente sua (MENDES, 1998, p. 17).

Na parte inicial do seu livro, são expostas considerações a respeito da correlação entre a obra e seu autor, com uma ênfase especial nos relatos sobre a vida de Rachel de Queiroz, em uma perspectiva biográfica. Já na análise do processo de “criação artística”, a geneticista recebeu contribuições da própria Raquel de Queiroz, na forma de relatos a respeito do seu processo de escritura, em especial dos que deram origem ao romance em estudo. Mendes (1998) expõe dois procedimentos utilizados na fatura da

edição: o primeiro é a utilização da terceira edição da obra, último texto dado a público, como texto de base, e, a segunda, é a utilização da “tipologia das rasuras” como critério de leitura dos dois manuscritos, um rascunho e um datiloscrito, em estudo.

Na segunda seção do livro, a estudiosa de gênese textual dedica-se à descrição das etapas da “criação em processo”, articulando, portanto, manuscritos autógrafos, biografia e relatos autorais a respeito do momento de escritura do romance. O primeiro autógrafo em análise, um rascunho, é minuciosamente descrito como aquele que iniciou o processo criativo e que fora alvo de modificações, rasuras, riscos, etc., por parte da escritora, nas sucessivas fases da criação:

Primeira lição, correspondente a um rascunho, a escrita corrida, de um só fôlego, com o lápis Faber nº 1, [...] de ponta fina. Nesta etapa, a autora, como ela própria diz, “possuída, atuada” pela história, sentido necessidade de passar rapidamente para o papel o que está criando, não tem muito tempo para a depuração do texto, vai escrevendo sem se preocupar com a paragrafação, ortografia e correções. O movimento da mão nem sempre acompanha a rapidez de criar. No entanto, há interrupções, pausas, momentos de perplexidade, usados para os desenhos marginais. [...] (MENDES, 1998, p.43-44).

O datiloscrito também passa por algumas alterações autorais até que a romancista consiga “expressar” sua “última vontade”. Logo, nessa fase de escritura, segundo a estudiosa, Rachel de Queiroz continua a agir em seu texto com o intuito de melhorá-lo. No entanto, muitas das lições presentes na versão do texto à máquina permanecerão na edição impressa, sobretudo no que diz respeito à sequência dos capítulos.

Na etapa seguinte, são explicitados os critérios utilizados na edição e as razões que levaram à escolha da terceira edição de *As Três Marias*, como texto de base da edição, a despeito das edições anteriores. A estudiosa parte dos pressupostos canonizados pela crítica textual no que se refere à primazia do último texto, que supostamente encerra as correções e modificações autorais. Assim, na exposição de tais critérios metodológicos, Mendes (1998) reafirma preceitos da filologia brasileira de não conspurcar as preferências autorais:

A partir desta decisão (de manter como base a terceira edição do romance), cabe ao editor crítico estabelecer o texto, corrigindo os erros óbvios, atualizando a grafia, de acordo com a norma vigente, sem, no entanto, alterar a pontuação, mantendo as preferências do autor em casos de formas variantes (MENDES, 1998, p. 60).

Ao expor o conceito de uma edição designada “crítica em perspectiva genética”, Mendes (1998) demonstra a filiação aos manuais que tradicionalmente fundamentam a crítica textual no Brasil, já que o fio condutor do seu estudo é o entendimento da “criação artística”, a partir de um “texto” que representa a “última vontade autoral”.

Depois de lidos os parágrafos em que apresentamos alguns dos conceitos fundamentais da filologia de base lachmanniana praticada entre nós, que se repetem de um livro a outro, de um artigo a outro, e que são o fruto, parece-nos, de uma voz profética, que não pode e não deve ser contraditada, resulta do exposto que a filologia brasileira e a crítica textual que nos é ensinada na universidade são reativas a mudanças e que só se pode autorizar uma edição crítica se se adere a esse paradigma canônico que opera a fatura de edições ditas “críticas”. Mas como uma edição pode ser crítica, se a crítica não incide, em nenhum momento, sobre o próprio paradigma?

Há, no entanto, maneiras outras de pensar a filologia e a crítica textual. Apresentaremos a seguir algumas dessas possibilidades, o que demonstra que fazer filologia e crítica textual não implica, por necessidade, aderir ao rigor de um método que se quer válido desde pelo menos meados do século XIX.

3. A Crítica Filológica Não-Lachmanniana e a Historicidade das Tradições Textuais

O objetivo do presente capítulo é demonstrar que o paradigma filológico oriundo dos escritos lachmannianos não é a única possibilidade viável de se fazer crítica textual. Embora os filólogos brasileiros que escreveram livros e artigos sobre o método filológico equalizem em seus escritos "crítica textual" e "crítica textual lachmanniana" como condição de cientificidade do labor crítico, pensamos que o esposar o método de Lachmann de forma acrítica, supondo-o pertinente para o tratamento de todas as tradições textuais, independentemente do tempo e espaço da sua produção, é subsumir todas as tradições a categorias e conceitos críticos que os modelizam sempre de uma mesma forma, produzindo resultados análogos, o que torna, por exemplo, os poemas homéricos quase que "contemporâneos", do ponto de vista da crítica filológica, da poesia de João Cabral de Melo Neto.

Estudar filologia e crítica textual implica, em primeiro lugar, refletir sobre a historicidade do método que se pretende esposar, analisar as condições históricas de sua produção e a tradição textual frente a que ele foi formulado, comparando-se esta com aquela com que o filólogo lida nos dias de hoje. Trata-se, em primeiro lugar, de tradições textuais oriundas de um mesmo tempo e lugar? Mas, e isso é importante, trata-se de tradições textuais pertencentes a um mesmo gênero poético? Já que sabemos que tradições textuais genericamente distintas não se baseiam, em termos de produção, circulação e recepção, nas mesmas práticas. Qual é a materialidade da comunicação que permitiu a participação da poesia a seu auditório ou público primeiro? É justamente por levar em consideração essas e muitas outras questões no momento de pensar a filologia e a crítica textual, que nos propomos escrever este segundo capítulo, que é, na verdade, um contraponto ao primeiro, pois se este tratou da reificação ou da esclerose do paradigma filológico de base lachmanniana, o segundo tem por objetivo, como dissemos na "Introdução", demonstrar que há condição de fazer crítica textual sem ter de se ater àquilo que preconizam os manuais de Spina (1977) e Azevedo Filho (1987), dentre outros.

Dentre os filólogos do século passado que envidaram enormes esforços para demonstrar que havia uma discrepância ou uma não-conformidade entre o método

filológico-crítico oriundo de Karl Lachmann e as tradições poéticas da “Idade Média”, a que ele era aplicado, sobressai a figura de Paul Zumthor, que, em décadas de estudo, conseguiu tornar patente como a *poiesis* dos séculos ditos medievais distava e muito daquela que hoje conhecemos e que as modalidades de partilha social da poesia “medieval”, em seus vários gêneros constitutivos, entre os séculos XI e XV, diferia da que hoje tomamos como natural.

Principiamos a leitura de textos de Paul Zumthor, mas não apenas dele, com o objetivo confessado de tornar patente como pesquisas em história literária e história da poética podem desmentir a universalidade da validade do método formulado por Karl Lachmann, ao evidenciar a sua inadequação, de um ponto de vista histórico, ao tratamento de tradições textuais a que ele se tem aplicado desde meados do século XIX.

Em oposição às perspectivas da crítica textual que se circunscreveram às noções de “originalidade” e “genuinidade” autorais, como afirma Moreira (2011a), os estudos zumthorianos estão voltados para os modos de existência da poesia que se produziu no “Medievo” e levaram em consideração, sobretudo, as “condições de possibilidade” de produção de poemas no espaço e no tempo. Eles também evidenciam, por meio da análise de “questões vitais”, de cunho sócio-histórico, diversos aspectos que desmitificam a verossimilhança de uma postura de busca do “fundamento” ou da “origem” em relação a textos que sobreviveram em manuscritos muito antigos, e comprovam a existência de um universo que disseminou os seus textos por intermédio prioritariamente da voz, voz essa que era base não apenas da publicação, mas também da produção, podendo-se falar de uma produtividade da voz. Sendo assim, este capítulo visa a discutir, sobretudo a partir dos estudos de Paul Zumthor e de Marcello Moreira, a forma “movente” de existência das “tradições poéticas do Medievo” e como essa característica histórica da produção, circulação e compartilhamento social da poesia chega até aos séculos XVII e XVIII.

Segundo Moreira (2011a), no que diz respeito às considerações zumthorianas sobre a poesia da “Idade Média”, a “voz”, o “corpo” e a “memória” são conceitos fundamentais no entendimento de um tipo de produção e “compartilhamento” da poesia que existiu, por um longo período, “na memória dos seus recitadores, cantores e trovadores” (MOREIRA, 2011a), e que, como tal, não é passível de “recuperação”, como defendem aqueles que acreditam na “originalidade” e “genuinidade” autorais desses textos. O que o filólogo tem em mãos são sempre ruínas e estas distam e muito da suposta origem que o labor filológico de base lachmanniana se esforça em recuperar.

O filólogo paulistano em questão destaca, por um lado as contribuições dos estudos de Paul Zumthor na comprovação da “variação” imanente à parte dos gêneros poéticos medievais, e, por outro lado, na demonstração do caráter interpretativo do trabalho filológico.

Nesse sentido, de acordo com Moreira (2011a), Zumthor formula o conceito de “movência” para explicar a maneira como os textos medievais existiram e foram, inicialmente, partilhados. A “movência” é capaz de definir transmissões textuais “cambiantes” ou marcadas pela “instabilidade”, cujo principal traço é a multiplicidade de versões:

[...] O conceito de *mouvance* foi, portanto, forjado para explicar a natureza cambiante dos textos “medievais”. O aspecto cambiante dos textos “medievais”, assim como se apresentam nas tradições textuais que chegaram até nós, será objeto da especulação zumthoriana, e o próprio conceito de *mouvance* será formulado para elucidar a relação entre a historicidade de inúmeros textos poéticos “medievais” e sua intrínseca variação (MOREIRA, 2011a, p. 136).

Esse conceito, segundo ele, “é, por conseguinte, uma interpretação verossímil da natureza cambiante de parte da poesia 'medieval' produzido na 'Baixa Idade Média” (MOREIRA, 2011a, p. 136). Estas primeiras considerações apontam para a necessidade de uma base necessariamente histórica no trabalho daqueles que se dedicam ao estudo filológico, pois Paul Zumthor “criticará justamente o idealismo de críticos textuais e a excessiva dependência da exegese textual filológica relativamente às teorias da edição, já que, sem a cogitação da necessidade de reistoricizar os conceitos” (MOREIRA, 2011a, p. 143) que operam a fatura de toda edição crítica, pode-se tomar como historicamente próprio aquilo que absolutamente não o é: se não estudamos o que se entendia, por exemplo, por autoria nos séculos XI e XII, no âmbito da poesia vernacular europeia, não correremos sério risco de desistoricizar a prática poética, pensando-a transistoricamente a partir do que hoje em dia se entende por "autoria"? Dessa forma, os estudos de Paul Zumthor, mesmo sem lhes fazer explícita remissão, acabam por impactar as práticas neolachamnianas e neobédieristas de fazer crítica textual, pois, quanto às primeiras, colocam em xeque a própria ideia matricial de "genuinidade", como demonstraremos à frente, pois criticam a ideia de "origem", e, quanto às

segundas, elidem o que se entende por *bon manuscript*, como se demonstrará neste capítulo.

A partir do estudo da “voz” nas tradições poéticas da “Idade Média”, Paul Zumthor demonstra que o universo histórico e sociológico em que essa poesia foi primeiramente “compartilhada” e a sua forma “performativa” estavam fundamentados, sobretudo, no “empenho do corpo”, no “movimento corporal” produzido nesse contexto de apresentação do poeta em performance, e que, como tal, não estão ao nosso “alcance” de forma totalizada, a não ser por uma produção discursiva de caráter histórico que reconstitua verossimilmente esse universo e prática performática: como dizia João Adolfo Hansen em conferência proferida na UESB em outubro de 2014,¹¹ o passado é uma ruína e ele só existe no discurso que o compõe e que é uma espécie de *embodiment* desse tempo ruído.

A despeito da constatação da “distância” que nos separa do “Medieval”, Paul Zumthor apresenta critérios que levam em consideração a forma de existência dos textos, partindo das singularidades de sua recepção inicial. Demonstra também que alguns dos conceitos que posteriormente foram formulados e aplicados, quando do estudo de muitas das canções medievais, desconsideraram as suas peculiaridades e deram continuidade a uma concepção linear e irrefletida dos estudos nessa área.

Hansen e Moreira (2013) corroboram essa afirmação e asseveram que o que define a prática e os critérios utilizados por muitos dos filólogos brasileiros é uma “inércia intelectual”, já que estiveram e ainda estão estagnados em conceitos e procedimentos críticos, que, por sua constante reiteração, se tornaram verossímeis no estudo e na fatura de edições críticas independentemente da especificidade histórica da tradição textual estudada e apropriada pela atividade filológica:

Mas como pôde ela, “a doutrina” neolachmanniana de que ora se fala ganhar a força inercial que ainda a mantém, não infensa, mas bem estabelecida em baluartes que a atualizam - tornam-na “atual” – ao aplicá-la invariavelmente a incontáveis “objetos”? Inércia de uma reflexão teórica que se materializa na reificação de procedimentos metodológicos presentes nos manuais que instruem os neófitos? Cremos que possa ser essa a explicação e não uma possível doutrina

¹¹ O professor João Adolfo Hansen proferiu a Conferência de abertura do *II Colóquio Retóricas, Poéticas & Preceptivas Artísticas*, realizado pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia- UESB e pelo Departamento de Estudos Linguísticos e Literários – DELL, nos dias 1 e 2 de Outubro de 2014, no campus do Município de Vitória da Conquista – BA.

que equivalesse a uma *natura naturalis* disciplinar (HANSEN & MOREIRA, 2013, p. 55).

Retornando à discussão sobre a contribuição dos estudos zumthorianos, por meio do escrutínio da “voz”, o estudioso em questão é conduzido à formulação de alguns conceitos para a inteligibilidade dos textos sobreviventes da Idade Média e à comprovação de que a “vocalidade” é constituinte da poesia medieval desde sua composição até o momento da “publicação”, e, sobretudo, quando esses dois processos ocorrem simultaneamente. Nesse sentido, a “publicação” estava ligada à realização de uma “performance” do texto poético, para uma “audiência”, sendo uma apresentação de natureza “singular”, devido à presença de diversos elementos que o medievalista denomina “corporeidade”, tanto do cantor ou recitador, quanto do auditório. Para além da demonstração do estado como provavelmente existiram os poemas medievais, Zumthor (2007) defende que todo “ato performático”, que implica o “compartilhamento” de um texto pela presença do performer, não é passível de repetição, quaisquer que sejam o tempo e o espaço de sua produção:

A performance é outra coisa. Termo antropológico e não histórico, relativo, por um lado, às condições de expressão, e da percepção, por outro, *performance* designa um ato de comunicação como tal; refere-se a um momento tomado como presente. A palavra significa a presença concreta de participantes implicados nesse ato de maneira *imediata*. Nesse sentido, não é falso dizer que a performance existe fora da duração. Ela atualiza virtualidades mais ou menos numerosas, sentidas com maior ou menor clareza. Elas as faz "passar ao ato", fora de toda consideração pelo tempo. Por isso mesmo, a performance é a única que realiza aquilo que os autores alemães, a propósito da recepção, chamam de "concretização" (ZUMTHOR, 2007, p. 25).

A noção de “performance” ou “teatralização” de um texto implica a presença do “corpo” e dos “elementos da corporeidade”, de que a voz é a principal:

[...] Qualquer que seja a maneira pela qual somos levados a remanejar (ou a espremer para extrair a substância) a noção de performance, encontraremos sempre um elemento irredutível, a ideia da presença de um corpo. Recorrer à noção de performance implica então a necessidade de reintroduzir a consideração do corpo no estudo da obra.[...] (ZUMTHOR, 2007, p. 38).

O estudioso, para nos dar uma ideia que nos é contemporânea de performance, fala de sua própria infância e refere episódio em que se teria encontrado face a face com um cantor popular, uma espécie de performer que incluía a si e ao auditório em seu espetáculo; o canto e a música, assim como o movimento do corpo que os acompanhava unia a todos em um tipo de mistério de tipo sacral, embora laico, pois a comunhão se dava pela “mística da voz” e de tudo o que a acompanhava: Segundo ele:

A canção do ambulante de minha adolescência implicava, por seus ritmos (os da melodia, da linguagem e do gesto), as pulsações de seu corpo, mas também do meu e de todos nós em volta. Implicava o batimento dessas vias concretas, em um momento dado; e durante alguns minutos esse batimento era comum, porque a canção o dirigia, submetia-o à sua ordem, a seu próprio ritmo. A canção tirava dessa tensão, portanto, uma formidável energia que, sem dúvida nem o pobre diabo do cantor nem eu, seguramente, aos doze anos, tínhamos consciência: a energia propriamente poética. Sem o saber, reproduzíamos, todos juntos, em perfeita união laica, um mistério primitivo e sacral. E esse mistério continua a se reproduzir incansavelmente hoje, a despeito da acumulação, em torno de nós, de "engenhocas" representando aquilo que, por antífrase, chamamos de progresso: a se reproduzir, cada vez que de um rosto humano, de carne e osso, tenso diante de mim com sua carga ou suas rugas, seu suor que peroleja nas têmporas, seu cheiro, sai uma voz que me fala. Renova-se então uma continuidade que se inscreve nos nossos poderes corporais, na rede de sensualidades complexas que fazem de nós, no universo, seres diferentes dos outros. E nessa diferença reside alguma coisa da qual emana a poesia (ZUMTHOR, 2007, p. 39).

A partir desse exemplo de sua infância e da apropriação de um artigo de Josette Féral (apud Zumthor 2007), em que este trata de várias noções de espaço, Zumthor (2007) defende a relevância desse aspecto em uma performance, bem como da identificação, por daqueles que farão parte de uma “dramatização”, das “intenções” daqueles que a produziram, sendo que a “condição necessária à emergência de uma teatralidade performancial é a identificação, pelo espectador-ouvinte, de um outro espaço; a percepção de uma alteridade espacial marcando o texto. Isto implica alguma ruptura com o "real" ambiente, uma fissura pela qual, justamente, se introduz essa alteridade” (ZUMTHOR, 2007, p. 41). Desse ponto de vista, há, além do espaço empírico, um outro que surgirá a partir da percepção do espectador, daquilo que se deseja apresentar ou que surgirá de uma “audição-performativa”. A conclusão a que se

pode chegar dessa noção de espaço, segundo Zumthor (2007), é que a performance possui sua “especificidade” e suas particularidades:

[...] Assim percebida a performance não é uma soma de propriedades de que se poderia fazer o inventário e dar a fórmula geral. Ela só pode ser apreendida por intermédio de suas manifestações específicas. Ela partilha nisso com a poesia (e sem dúvida a poética) um traço definidor fundamental (ZUMTHOR, 2007, p. 42).

O medievalista suíço afirma também que a performance assim definida e que se aproxima da noção de “rito”, juntamente com a poesia e a linguagem, na perspectiva que adota, não se vincula ao conceito de “origem”, tal como muitos a entendem.

A noção de performance foi, por muito tempo, compreendida pela relação com a oralidade e os gestos, entretanto, para além disso, ela é marcada por “manifestações específicas” que não são simples de serem retomadas em um tempo e espaço diferenciados, já que não é possível apreender na nossa duração esse tipo de apresentação ou “dramatização”, que se constitui como a realização de um “espetáculo”. Nesse sentido, Zumthor (2007) afirma que:

Na situação de oralidade pura, tal como pode observá-la um etnólogo entre populações ditas primitivas, a "formação" se opera pela voz, que carrega a palavra; a primeira "transmissão" é obra de um personagem utilizando em palavra sua voz viva, que é, necessariamente, ligada a um gesto. A "recepção" vai se fazer pela audição acompanhada da vista, uma e outra tendo por objeto o discurso assim performatizado: é, com efeito, próprio da situação oral, que transmissão e recepção aí constituam um ato único de participação, co-presença, esta gerando o prazer. Esse ato único é a performance. Quanto à "conservação", em situação de oralidade pura, ela é entregue à memória, mas a memória implica, na "reiteração", incessantes variações re-criadoras: é o que, nos trabalhos anteriores, chamei de *movência* (ZUMTHOR, 2007, p. 65, grifos do autor).

A partir da caracterização do “ato performático”, o estudioso em questão defende a existência de uma dimensão diferenciada, que permite àquele que participa do “espetáculo”, participar simultaneamente de “uma situação de enunciação”. Segundo ele:

A performance dá ao conhecimento do ouvinte-espectador uma situação de enunciação. A escrita tende a dissimulá-la, mas, na medida do seu prazer, o leitor se empenha em restituí-la. A "compreensão" passa por esse esforço. Conhece-se a abundante bibliografia que, a partir de Benveniste, tentou esclarecer (e às vezes obscureceu) a ideia de enunciação. Tomo-a aqui pelo ato ou a série de atos que operam a mediação entre as virtualidades da língua e a manifestação do discurso; entre a competência e a performance para usar os termos generativistas. A noção de enunciação leva a pensar o discurso como acontecimento (ZUMTHOR, 2007, p. 71).

De um ponto de vista sócio-histórico, o que estava em questão, segundo o medievalista, para aqueles que compunham os poemas, no caso Medieval, por exemplo, e para aqueles que iriam recebê-los, era a “teatralização”, um tipo de “publicação” por intermédio de uma apresentação que não mais ocorreria da mesma forma. Esse tipo de “publicação” é ignorado, frequentemente, pelos estudiosos, devido à comum associação entre publicação e escritura ou impressão, como o demonstrou Moreira (2011a). Nesse sentido, segundo Zumthor (2007), no que se refere ao contato entre a voz e a escritura, na Idade Média, a defesa de que a primeira desempenha uma função primordial no compartilhamento dos poemas, nesse caso, não significa descartar a presença da segunda e de sua função e relevância, mas destacar o papel da voz como forma primeira e essencial de comunicação e de publicação de um poema nesse período.

Segundo ele, houve casos em que o escrito estava à disposição do intérprete, e, sendo assim, embora a participação do poema ao auditório se dê de acordo com a modalidade performática, essa performance não produz o texto poético no momento em que ocorre, podendo o texto preexistir ao ato de sua apresentação ou de sua partilha social. Sabe-se que pesquisadores como Alfred Bates Lord, por exemplo, só consideram “oral” a poesia cuja apresentação por performance era concomitante ao ato de sua produção (LORD, 1938, p. 439), e, nesse sentido, haveria o problema de asseverar que a poesia é oral quando dela há registros prévios à performance. Os escritos poéticos medievais, como é o caso, por exemplo, de cadernos de jogral, em que se registrava o texto que auxiliava o poeta a rever temas próprios do poema a ser performado, o enredo etc., são, na verdade, uma espécie de *aide-mémoire*, pois a escritura se constitui como um recurso da memória, no caso da narrativa muito extensa, já que tanto o intérprete quanto o público estavam voltados para o que a voz e o “gesto” eram capazes de realizar. Nesse sentido, a compulsão do manuscrito era prévia à performance, mas não concomitante a ela. A expectativa criada para público e performer, segundo Paul

Zumthor, estava na “voz” daquele que se apresentava, independentemente da existência de um texto escrito, no exato momento de sua apresentação.

Sendo assim, para os que se dedicam ao estudo de textos antigos, cujo tempo e espaço de produção estão demasiadamente distantes, para serem apreendidos com clareza suficiente, não há possibilidade de renunciar às precauções, pois os riscos são grandes no que se refere à crença nas possibilidades de sua recuperação, ou melhor, da recuperação de sua dita genuinidade, já que não é possível esquecer as “condições” implicadas nesse trabalho. As tentativas de projeção de teorias editoriais em textos que foram produzidos em diferentes momentos históricos implica o risco de produzir resultados “reducionistas” e “circulares”, como afirma Moreira (2011a).

Conforme o filólogo citado, para tais textos, que foram “dramatizados”, a busca de critérios individuais de “criação”, e, conjuntamente, de unificação de muitas variantes em uma única lição, por exemplo, é considerada uma espécie de desvio histórico, já que a pluralidade das variantes indiferentes está a atestar que, diferentemente do que sempre se pensou, se fazem sentido, não podem ser consideradas simplesmente “erros”, não se podendo, também, sem prévio estudo da historicidade da prática poética medieval, reunir todas as variantes à unidade da lição sob a demanda de uma suposta “criação”. Ao determinar que os textos sobreviventes da Idade Média podem ser reestabelecidos, ou seja, “unificados” sob a rubrica do texto genuíno, os estudiosos que assim agem o fazem como quem passa por cima de discussões cujos resultados atestaram que a proposta mesma de redução da riqueza textual da tradição à unidade de lição é um anacronismo.

Segundo Zumthor (2007), a “performance” de um texto, bem como a apreensão pelo discurso histórico-filológico desse ato de transmissão em sua “realidade” não é algo que esteja ao alcance dos estudiosos como estão os demais objetos de estudo da ciência que se constituem em uma duração, mas que deixam atrás de si um registro. É verdade que as variantes textuais que formam uma tradição poética são em certa medida o rastro histórico da performance e a linearidade do texto, seu sintagma é um temporal, mas é preciso pensar em que medida a escritura interveio naquilo que fora performado. Essa complexidade inerente ao estudo de textos que tiveram a oralidade como elemento constitutivo deve-se à necessidade de correlacionar, para tornar a pesquisa maximamente produtiva, o ouvinte ao “leitor” e a performance à “leitura”, tal como compreendidas em sociedades letradas:

Da performance à leitura, muda a estrutura do sentido. A primeira não pode ser reduzida ao estatuto de objeto semiótico; sempre alguma coisa dela transborda, recusa-se a funcionar como signo [...] e todavia exige interpretação: elementos marginais, que se relacionam à linguagem e raramente codificados (o gesto, a entonação), ou situacionais, que se referem à enunciação (tempo, lugar, cenário) (ZUMTHOR, 2007, p. 75).

No caso da performance, a transmissão pressupõe o “empenho do corpo” de um “recitador”, “cantor” e do público que também constitui uma parte ativa da apresentação, o que explica a impossibilidade da recuperação do “ato performático”, tal como ele ocorreu em sua “realidade viva”. Sendo assim, a maneira performatizada como os textos passaram a existir é explicada por Zumthor (2007), com um termo do campo religioso, ou por envolver aspectos do que se define como a “carne”. O texto, por exemplo, que foi compartilhado primeiramente e por muitos séculos, na chamada Idade Média, não poderia ser recebido tal como o foi por seus primeiros ouvintes. O problema, segundo ele, é que ainda existem perspectivas de estudo com esse objetivo: ler textos e interpretá-los como se houvesse possibilidade de “reduzir” um tempo que não se encontra na duração, mas na “performance”, e que implica um outro tipo de distância, irrecuperável. Zumthor (1970) demonstra a relação colaborativa entre o intérprete e o seu público, relação completamente diversa do jeito como um indivíduo moderno ou contemporâneo realiza uma leitura individual de um livro:

Throughout the Middle Ages, literary works (with few exceptions) functioned in “theatrical” circumstances, as means of communication between a singer or reciter and an audience –not between an author identified as such and an individual reader. To a large extent, it is in consequence of a fundamental purpose that the author himself stands at distance, so to speak, from what He says. Thus, in spite of the subtlety it often shows, in spite of its relatively small diffusion, the medieval literary work is much more similar to our modern mass-media art than to a literature destined for individual and solitary consumption (ZUMTHOR, 1970, p. 817).¹²

¹² Durante a Idade Média, as obras literárias (com raras exceções) funcionaram em circunstâncias “teatrais”, como meio de comunicação entre um cantor ou recitador e uma audiência - não como um autor, identificado como tal, e um leitor individual. Em larga medida, isto é resultado do propósito fundamental de posicionar o próprio autor à distância, por assim dizer, do que ele diz. Portanto, a despeito da sutileza que isso muitas vezes demonstra e também de sua difusão relativamente pequena, a obra literária medieval é muito mais parecida com nossa moderna comunicação de massa do que com a literatura destinada ao consumo individual e solitário (ZUMTHOR, 1970, p.817, tradução nossa).

Desse modo, o que, sobretudo, objetivamos comprovar é que os estudos zumthorianos refletem de forma rigorosa sobre a prática lachamanniana, que, de alguma forma, tornou-se “insensível” aos avanços nos estudos de história e historiografia literárias, projetando sobre textos diversos, singulares em suas características de composição e de partilha, um mesmo método de edição, que os concebe, de certo modo, como indiferentes, por “exigirem” sempre os mesmos critérios metodológicos em seu estudo.

Para o medievalista em questão, a partir dos indícios históricos é possível afirmar que “o autor”, “o leitor”, “a leitura” e “o texto” medievais não correspondem ao que, muitos séculos posteriormente, estes termos significarão, por não haver equivalência entre dois universos completamente distintos, pois os leitores não recebem sempre de maneira uniforme o texto, muito menos ouvintes e leitores. Essa forma de compartilhamento da poesia, cujo instrumento, como afirmamos anteriormente, foi “a voz”, meio pelo qual ela foi também remanejada, uma vez que existiu numa situação de vocalidade, teve em vista “dois ouvidos”: o daquele que realiza a performance e o daquele que participa do “ato performático”, como espectador. Essa situação de performance permitiu a modificação, por parte desses primeiros “leitores”, do texto recebido, por apresentar uma estrutura que permitia, de maneira pouco dificultosa, alterações que deram origem ao número elevado de variantes, frequentemente descartadas, no processo de colação dos manuscritos, por serem consideradas desnecessárias para a fixação do texto autoral, como assevera Moreira (2011a). Desse modo, a “leitura”, tal como praticada na Idade Média, não corresponde, em nenhuma instância, às diversas perspectivas que a definem e que nos são conhecidas hodiernamente. A maneira como um texto era copiado nos *scriptoria* nos fornece um exemplo da dependência frente à vocalidade no período em questão:

[...] No entanto, a atividade desses homens da pena, orgulhosos de sê-lo, deixa para o ouvido e a voz um papel que pode ser determinante na constituição da escrita. As representações de copistas nas miniaturas valorizam quase sempre o ouvido. Em parte, escrever depende ainda da ordem da oralidade, e essa dependência, longe de se atenuar, torna-se manifesta depois de 1200: a cópia direta, sem a intermediação de um leitor, às vezes praticada numa época mais antiga, pouco convém a uma produção desde então relativamente acelerada. O *scriptor* recebe, em geral auditivamente, o texto a reproduzir. As grafias mesmo, e suas alterações, parecem implicar que ele interiorizava uma imagem das palavras mais sonora do que visual. Nos *scriptoria* onde se

mantinha o sistema antigo da *pronunciatio*, uma equipe escrevia por ditado; funcionava então, num primeiro momento, como receptora em situação oral-auditiva. [...] (ZUMTHOR, 1993, p. 102-103).

O olhar para o conjunto de textos, produzidos nesse período, deve levar em consideração algo que se torna patente a partir do estudo histórico–sociológico de Zumthor (1993): a “movência” que os caracteriza. O problema, segundo ele, é que muitos especialistas nas tradições poéticas medievais circunscreveram a discussão a respeito da oralidade medieval aos comentários sobre sua existência. É justamente nesse ponto que visa a demonstrar a maneira como, durante o período que compreende a “Idade Média”, uma cultura poética, baseada fundamentalmente “na voz” e “compartilhada” por ela, se desenvolveu.

Na parte inicial de *A Letra e a Voz*, há uma distinção entre três tipos de oralidade, que são capazes de explicar a relação entre o oral e o escrito na Idade Média. E, a forma de transmissão de textos, tal como ocorreu no Medievo, como soberania da voz, pode ser explicada a partir da noção de *oralidade mista* e de *oralidade segunda*:

Não há dúvida, entretanto, de que a quase totalidade da poesia medieval realça outros dois tipos de oralidade cujo traço comum é coexistirem com a escritura, no seio de um grupo social. Denominei-os respectivamente, oralidade *mista*, quando a influência do escrito permanece externa, parcial e atrasada; e oralidade *segunda*, - quando se recompõe com base na escritura num meio onde esta tende a esgotar os valores da voz no uso e no imaginário. Invertendo o ponto de vista, dir-se-ia que a oralidade mista procede da existência de uma cultura “escrita” (no sentido de “possuidora de uma escritura”); e a oralidade segunda, de uma cultura “letrada” (na qual toda expressão é marcada mais ou menos pela presença da escrita) (ZUMTHOR, 1993, p.18-19).

Nesse sentido, no Medievo, a poesia existiu como “texto vocalizado”, no caso, de predominância de uma *oralidade mista*, em que a voz tem o papel essencial no processo de transmissão e recepção do texto. Esse conceito é fundamental para explicar a flexibilidade dos textos medievais à alteração ou modificação. Ao tratar da maneira de apresentação de um texto, Zumthor (1993) afirma que:

[...] no interior de uma sociedade que conhece a escritura, todo texto poético, na medida em que visa a ser transmitido a um público, é

forçosamente submetido à condição seguinte: *cada uma* das cinco operações que constituem sua história (a produção, a comunicação, a recepção, a conservação e a repetição) realiza-se seja por via sensorial, oral-auditiva, seja por uma inscrição oferecida à percepção visual, seja - mais raramente - por esses dois procedimentos conjuntamente. O número das combinações possíveis se eleva, e a problemática; então, se diversifica. Quando a *comunicação* e a *recepção* (assim como, de maneira excepcional, a produção) coincidem no tempo, temos uma situação de performance (ZUMTHOR, 1993, p.19).

Sendo assim, para a compreensão da natureza de uma performance, os primeiros estudos desenvolvidos a respeito da existência de tradições textuais orais e estruturadas por temas e fórmulas são relevantes, assim como o papel desempenhado pelas teorias iniciais de Parry e Lord:

Para Parry, cuja teoria foi elaborada tendo em vista “epítetos homéricos” a fórmula era um grupo de palavras com estrutura métrica fixa, exprimindo uma certa ideia ou imagem nuclear. O poema épico organiza um sistema de fórmulas ligadas umas às outras por relações bastante complexas de equivalência, de complementaridade, de oposição, sejam elas semânticas ou funcionais. A maneira com que o poeta épico domina e explora este sistema constitui (aos seus próprios olhos e aos de seus ouvintes) um dos critérios que permitem julgar sua arte. Com Lord, seus alunos e opositores, a definição se atenuou e, em alguns pontos, tornou-se mais explícita. Atualmente, não se insiste tanto sobre a sequência léxica nem sobre os fatores estruturadores como prosódia, sintaxe ou a distribuição de termos-chave. Ao lado de fórmulas no sentido estrito, identificamos expressões formulares: ambas manifestam na superfície do discurso épico estruturas latentes que, mais do que qualquer aparência verbal, constituem o específico da epopeia. [...] (ZUMTHOR, 1997, p. 122).

A partir dos primeiros dados sobre o modo de existência e a estrutura das tradições orais, surgiram várias perspectivas de estudo, expostas e criticadas por Zumthor em *Introdução à Poesia Oral*. O estudioso em questão destaca que o uso das fórmulas se vincula sempre a uma “tradição”. Esta é a responsável pela determinação das “expressões formulares” a serem utilizadas pelo poeta no momento da composição de poemas:

As fórmulas existem em uma tradição, e não podem dela se dissociar. A tradição coletiva – tal cultura na condição de permanência histórica – retém uma quantidade mais ou menos considerável de fórmulas, disponíveis a todo momento para todo poeta imbuído de sua arte. Pode

acontecer que alguns delas, como ocorre com os traços dialetais, só tenham no terreno em questão uma área de difusão limitada: isto não altera absolutamente o rendimento do sistema. Outras fórmulas, próprias a um poeta particular, que às vezes as recebeu de um mestre, dependem de uma competência pessoal, durável, estável e repetitiva ao mesmo tempo. O estudo dos textos medievais sugeriu ainda uma distinção entre fórmulas “internas”, que aparecem apenas em um único poema, e “externas”, comuns a vários deles (ZUMTHOR, 1997, p. 123-124).

É significativo mencionar aqui o estudo de Marcello Moreira (2014, no prelo) de dois poemas atribuídos a Gregório de Matos e Guerra para demonstrar como foram produzidos a partir de um procedimento de composição denominado “técnica de combinação, encaixe e remanejamento”, que quer dizer “o aproveitamento de parte dos versos de uma dada composição poética em outra que se compõe posteriormente” (MOREIRA, 2014, no prelo, p.1). Esse procedimento compositivo, assim denominado pelo filólogo mencionado, deriva da reelaboração teórica de outros dois, definidos por Paul Zumthor (1984) *litany* e *overlaying*, próprios, segundo ele, de vários gêneros da poética medieval¹³.

Inicialmente, em seu estudo, Moreira (2014, no prelo) traz algumas informações a respeito dos poemas atribuídos a Gregório de Matos e Guerra, enfatizando que o *corpus* gregoriano produziu-se de forma diferenciada em relação aos manuscritos poéticos comumente produzidos no século XVII. O filólogo explicita tais diferenças nos parágrafos iniciais:

O *corpus* poético atribuído a Gregório de Matos e Guerra, reunido em manuscritos de tipo autoral na cidade da Bahia de fins do século XVII e durante toda a primeira metade do século XVIII, é um caso raro no campo de estudos literários dedicados ao século XVII. Na cidade da Bahia, assim como no Reino, pode-se dizer que a forma de circulação mais produtiva da poesia, quando já inscrita, se dava por meio de manuscritos miscelâneos e antologias de verso, sendo o cancionário de tipo autoral menos comum. [...] (MOREIRA, 2014, no prelo, p. 1-2).

O estudioso objetiva demonstrar a forma como os dois poemas desse “*corpus* textual autoral” foram compostos, destacando como estruturas recorrentes de tipo sintático, métrico, rítmico e rímico tornam o remanejamento de versos mais fácil,

¹³ ZUMTHOR, Paul. **The Impossible Closure of the Oral Text**. In: *Yale French Studies*, vol. 67, Concepts of Closure, 1984, pp. 25-42.

gerando variantes. Nesse sentido, destaca, no que diz respeito aos séculos XVI e XVII, a existência de uma cultura letrada distinta da nossa, em que a composição, a publicação e a recepção dos textos não correspondem ao que passarão a significar a partir do romantismo e demonstra também como a filologia do século XIX elaborou categorias críticas que são comumente aplicadas aos textos poéticos produzidos no século XVII, sem validade para explicar a diferenciada poética desse século. Moreira (2014, no prelo) detém-se na análise de variantes textuais que resultaram de um modo de existência “instável”, variantes essas que não podem ser entendidas pela aplicação do conceito simplificador de “erro”, que teria como objetivo reconduzir o múltiplo da variação ao uno da lição, como destaca em seu texto:

Um dos problemas com que o pesquisador se depara ao compulsar os cancioneiros de vária natureza, sejam miscelâneos ou autorais, é o grande número de variantes textuais, que se não podem tomar como simples erros de cópia ou como problemas de transmissão, tendência essa por longo tempo dominante nos estudos textuais brasileiros. [...] (MOREIRA, 2014, no prelo, p. 3).

O modo como alguns filólogos normalmente vinculam as mudanças ou variações que ocorrem nos poemas a “erros”, que devem ser rechaçados pelo editor, rechaço esse entendido como o objetivo próprio da crítica textual tradicional, que apregoa a busca do texto genuinamente autoral, é criticado acerbamente pelo filólogo paulistano, que diz ser esse procedimento de equalização entre erro e variante uma prática crítica, falta de ponderação e pertinência. Moreira (2014, no prelo) critica ainda a forma como a utilização irrefletida dos preceitos lachamnianos resulta no apagamento e na desconsideração da historicidade das tradições textuais:

Esse princípio metodológico, fundado na crença da unicidade do arquétipo ou do original, encontra seu corolário na própria definição dos fins visados pela filologia e a crítica textual, resumidos, de forma restritiva e limitada, a concentrar-se “no texto, para explicá-lo, restituí-lo à sua genuinidade e prepará-lo para ser publicado”. Basta dizer, para compreender os agravos que uma tal proposta editorial ocasiona ao muitos objetos de que se apropria, que no livro de Segismundo Spina não se discute em nenhum momento a historicidade do circuito de produção, circulação e recepção da poesia, em seus vários gêneros constitutivos, o que implica situá-la e ao circuito no tempo e no espaço, envidando-se enorme esforço concomitante para entender as

relações do propriamente linguístico com o bibliográfico e com práticas de produção da poesia que a fundam ainda, nos séculos XVI e XVII, no corpo e na voz. [...] (MOREIRA, 2014, no prelo, p. 3-4).

Sendo assim, o estudioso defende que há motivações históricas que podem explicar de forma mais verossímil as "mudanças" ocorridas nos textos de cada poema atribuído a Gregório de Matos e Guerra, por exemplo, que já foram detectadas pelos lachmannianos, mas que foram ao mesmo tempo mal interpretadas por eles. O que se propõe, então, é um olhar diferenciado para os poemas gregorianos que serão estudados:

Com o objetivo de demonstrar como a equalização de mudanças involuntárias e voluntárias sob uma mesma categoria crítica, "erro", é extremamente prejudicial a uma boa compreensão da poética de tempos idos, deter-nos-emos na análise de dois poemas pertencentes ao *corpus* poético atribuído a Gregório de Matos e Guerra; antes de nos determos na análise desses poemas, no entanto, leremos e problematizaremos um conjunto de textos críticos em que se discute a relação entre oralidade e escrita, fundamental para o objetivo que nos propusemos ao princípio deste estudo (MOREIRA, 2014, no prelo, p. 5).

O filólogo mencionado trata das conexões entre o oral e o escrito no tempo e espaço em que os manuscritos gregorianos foram produzidos, as quais não são simples de compreender, sendo, segundo ele, necessário retomar aos primeiros estudos de Parry e Lord, para, a partir deles, pensar e problematizar essas conexões. São retomados também de forma produtiva os resultados de pesquisa e os questionamentos de Zumthor e Finnegan, seja para compreendê-los como princípios heurísticos produtivos, seja para denegá-los, como o faz, por exemplo, com parte das conclusões a que chegara Ruth Finnegan.

Nesse sentido, os aspectos mais relevantes dos estudos de Lord sobre os "cantores do sul da Iugoslávia" - que se dedicavam à composição de poemas heroicos ao final do século XIX e princípios do XX -, e, também, sobre os poemas homéricos, estudos esses que dão continuidade àqueles iniciados por Parry, são sumariados em dois distintos momentos. O primeiro deles trata da "pausa" durante a performance de um cantor iugoslavo, em que se inquire se a pausa era aleatória ou se se dava de forma programática; as conclusões a que chega Lord, sumariadas por Moreira (2014, no prelo), são as que seguem:

[...] 1) As motivações externas de vária ordem levam o cantor a interromper seu canto em qualquer ponto da narrativa, não havendo, por necessidade, um *locum* ou ponto em que o discurso tenha de ser suspenso; 2) Como as causas externas são de caráter aleatório, o tempo de *performance*, antes de qualquer suspensão, é indeterminado; 3) Mesmo quando o poeta interrompe seu canto, ele o faz sem se ater à observância de unidades narrativas, já que há fórmulas para dar continuidade a um discurso interrompido, que se aplicam a qualquer ponto em que este tiver sido deixado de lado (MOREIRA, 2014, no prelo, p.7).

Às conclusões do estudo dessas tradições de cunho totalmente oral, Lord uniu outras, obtidas frente aos poemas homéricos, que já não partem da observação das performances de cantores em ação diante do pesquisador-observador, como no caso dos cantores iugoslavos; esse segundo momento de reflexão frente à *Ilíada* e *Odisseia* leva Lord à reflexão a respeito da intervenção da escritura no estudo de textos que provavelmente foram compartilhados, no passado, pelo menos em uma primeira situação de comunicação, sem ela. O que importa enfatizar, no entanto, é que, a despeito de os poemas homéricos terem sido legados à posteridade por meio da escritura, neles há cenas de cantores em performance, que podem fornecer informação sobre essa mesma prática, a da performance, o que possibilitaria ao pesquisador vislumbrá-la, mesmo que seja por intermédio do que se lhe opõe: a escritura. O excerto a seguir apresenta as conclusões da segunda análise empreendida por Lord, aquela respeitante à pausa no canto em poemas homéricos, conforme Moreira (2014, no prelo) no-lo expõe:

[...] 1) No fragmento em que Aquiles canta informalmente em sua tenda, é interrompido pelas chegadas de Ajax e de Odisseu, assim como Fêmio é interrompido por Penélope, que não pode tolerar seu canto, e a história de Demódoco é suspensa por Alcino, que nota a raiva de Odisseu frente ao canto sobre os eventos de Troia; essas interrupções de *performance*, segundo Alfred Bates Lord, permitiriam o estabelecimento do procedimento comparativo entre as duas tradições de cantos heroicos, caracterizadas por interrupções da *performance* de forma aleatória, o que permite ao pesquisador da poética dos aedos compreendê-la melhor por meio da observação e interpretação de uma poética que lhe é contemporânea, mas que teria em comum, com aquela com que é comparada, práticas e procedimentos próprios da composição de poemas narrativos oralizados.[...] (MOREIRA, 2014, no prelo, p. 7).

Pelo exposto, pode-se entender que as pesquisas levadas a termo por Lord foram capazes de detectar, em primeiro lugar, que os textos homéricos eram destinados à comunicação oral, em performance, e que havia a possibilidade de cotejá-los com outros poemas do mesmo gênero, praticados ainda no tempo em que ele, Lord, empreendeu sua pesquisa. A comparação entre poemas heroicos do sul da Iugoslávia e poemas homéricos permitiu ainda a Lord encontrar em ambas as tradições textuais procedimentos de composição que lhes eram comuns, como o recurso à fórmula e ao tema, como se lê a seguir:

[...] Alfred Bates Lord assevera que "os temas tendem a preservar uma certa unidade formal que é constituída por um longo período de uso", e que, quando se compreende essa "autossuficiência" do tema, não é difícil entender como surgem inconsistências em um dado poema. [...] Vejamos, agora, uma inconsistência na *Ilíada*: Em E 576, Pylaemenes é morto por Menelau; mais à frente, em outra seção do poema, N 658, o filho de Pylaemenes é morto e na procissão ou cortejo fúnebre que segue o herói defunto se vê o pesarosíssimo pai, que já morrera. Segundo Alfred Bates Lord, o tema do enterro do filho, em que, no cortejo fúnebre, se vê sempre o pai em luto, é tão recorrente, que o recurso ao tema acarreta a inconsistência, o que atestaria a oralidade dominante das tradições épicas homérica e do sul da Iugoslávia (MOREIRA, 2014, no prelo, p.9).

Em outra seção do texto de Moreira (2014, no prelo) são consideradas as afirmações de outra estudiosa comprometida com os problemas da relação entre oralidade e escritura, Ruth Finnegan, que tem se dedicado, sobretudo a propor um conceito de "oral"¹⁴ que especifique o que lhe seja efetivamente próprio; Ruth Finnegan produz uma divisão entre dois tipos de mundo, um "tipo A", que corresponde

¹⁴ Em seu texto, *How Oral is Oral Literature?* Finnegan expõe uma separação entre o que é propriamente oral e o que é escrito, como o excerto abaixo: At first sight, there is a clear and common-sense way in which to differentiate between oral and written literature: by reference to the society (or cultural context) in which it takes place. Literature is inevitably oral where all literary production, performance, and consumption-indeed all communication is fully oral and there is a total absence of literacy. An immediate dichotomy springs to mind here, one propagated both by 'conventional wisdom' and by the writings of classic sociologists, which helps to fill out this context for oral literature. The picture is of non-literate societies as small-scale and homogeneous, 'oral', dominated by tradition at least and probably also by religion and ascribed kinship, unself-conscious, perhaps more organic and close to nature than ourselves, and certainly untouched by mechanization, advanced technology, and mass culture. (I will call this type A.) Over against this, it is common to set the opposed type of society, our own: literate, dominated by the tradition of the written word; secular and rationalistic; oriented towards achievement and individual development; at the same time, highly mechanized, perhaps bound together by artificial rather than natural links, and with a well-developed technology (type B). In the former, oral literature naturally flourishes, in the latter written literature. (FINNEGAN, 1974, p. 51).

à oralidade sem contato com a escritura, e um “tipo B”, próprio da escritura e do letramento que se lhe associa, mundo esse "dominado pela escrita, secularizado e racionalista, voltado para as conquistas e o desenvolvimento individual, em que há o império da mecanização e da tecnologia” (MOREIRA, 2014, no prelo, p. 10). Segundo ele,

Diante da interpenetração de voz e escritura, com o objetivo de tornar produtiva a classificação da literatura como "oral", a despeito da presença da escrita em culturas em que a voz é um veículo dominante ou concorrente de publicação da poesia, Ruth Finnegan define "literatura oral" como o resultado de três condições, que seguem: 1) "modo de composição": contrariamente a Alfred Bates Lord, para quem a poesia oral era aquela em que a composição se dava concomitantemente à *performance* e em que os procedimentos compositivos dominantes seriam "fórmula" e "tema", [...] 2) "transmissão oral": esse tipo de publicação da obra significa tradicionalmente que a atualização da poesia se dá pela voz, [...] 3) "atualização por *performance*"[...] Ao considerar a importância relativa dos três critérios definidores de poesia oral que propõe, Ruth Finnegan hierarquiza-os do modo que segue: 1) "*performance*"; 2) "modo de composição"; 3) "transmissão oral" (MOREIRA, 2014, no prelo, p.12).

Os estudos de Finnegan não tornam impertinentes as considerações de Lord e também o que Zumthor disse a respeito da oralidade na poesia, já que este, por exemplo, retoma o que Finnegan asseverara sobre a oralidade para discutir se essa clivagem entre tipo A e tipo B era efetivamente pertinente pelo menos no que diz respeito aos séculos medievais. Segundo Moreira (2014, no prelo), o medievalista suíço chega às seguintes conclusões sobre a poesia oral:

[...] 1) os textos orais, conservados em larga medida pelo agenciamento da memória, são menos apropriáveis em sua totalidade do que os textos escritos, que se nos oferecem fixados em um suporte, e, por essa razão, é preciso deixar de lado a ideia de repetibilidade, que, se é válida para umas poucas tradições poéticas orais, não o é para a maioria, de que não pode ser um conceito definidor. [...] 2) a própria noção de *performance* não pode ser dissociada daquela de produção, e vice-versa. Nesse sentido, assim como para Alfred Bates Lord, a *performance* propriamente dita, em sociedades que conheceram a oralidade ou a vocalidade da poesia, não pode ser dissociada das práticas de composição, em que "memória" e "falsa reiterabilidade" desempenham funções centrais (MOREIRA, 2014, no prelo, p. 15).

Desse modo, Zumthor (apud MOREIRA 2014) estabelece uma diferenciação entre o papel da memória na “atualização de regras formulares e temáticas”, já que a “tradição da poesia oral não teria existência em si mesma, mas seria continuamente gerada por meio da memória daqueles que a vivem e que nela baseiam sua existência, geração essa fundada na atualização sempre permutável de regras formulares e temáticas” (MOREIRA, 2014, no prelo, p. 16) e o seu “enfraquecimento” pelo avanço da escritura. As páginas seguintes do artigo de Moreira (2014, no prelo) são dedicadas às considerações relativas às peculiaridades da tradição de Gregório de Matos e Guerra e ao modo como os poemas foram compostos na Bahia, nos séculos XVII e XVIII. Há uma longa seção sobre a maneira como uma cultura de composição, circulação e recepção da poesia, baseada na “performance”, se fazia presente a par de uma cultura fundada na escritura, ligada à burocracia e aos negócios. Mas a questão mais complexa do estudo em questão concerne à relação entre escritura e oralidade no âmbito da própria poesia. Segundo ele:

[...] É preciso ainda se perguntar em que medida gêneros fortemente ligados ao regime escritural, como sonetos, líras etc., eram lidos em silêncio em uma sociedade na qual o número de iletrados era majoritário; pode-se hipotetizar, para a Bahia de fins do século XVII até meados do século XVIII, o que Paul Zumthor propôs para o conjunto da poesia vernacular medieval, ou seja, uma dominância da voz e da *performance*, subsumindo nesta última a leitura em voz alta de obras que não se destinavam ao canto e que não se compunham oralmente? Cremos que sim. É verdade que a poesia atribuída a Gregório de Matos e Guerra só sobreviveu e só chegou até nós porque foi inscrita, em algum momento da história, em manuscritos de várias naturezas, como, por exemplo, em folhas volantes, reunidas posteriormente em códices miscelâneos, e em códices autorais; mas essa inscrição mesma era compreendida, no momento em que era feita, sempre de uma única maneira? A inscrição em folha volante tinha a mesma finalidade da composição de um grande cancionero autoral, quando, sabemos, a este último se atribuía a função, nos séculos XVII e XVIII, no mundo luso-brasileiro, de perenizar a memória e o *opus* de um poeta, como no-lo afirma o autor anônimo da *Vida do Excelente Poeta Lírico o Doutor Gregório de Matos e Guerra?* (MOREIRA, 2014, no prelo, p. 17-18).

Tendo em vista esses questionamentos, o filólogo fala da insuficiência dos documentos para que se possa ajuizar a respeito da maneira como a “audição” dos poemas ocorria. Mas essa falta de documentos não significa que se possa projetar

critérios preexistentes para encontrar os rastros autorais e chegar à lição genuína, como preconizam, por exemplo, os lachmannianos:

[...] o que não se pode fazer, no entanto, é pensar como desimportante a descontinuidade histórica entre a sua oralidade e os conceitos críticos, oriundos de um campo escriturário, com que propomos articular seu sentido; pode-se dizer que a "genuinidade" do neolachmannismo brasileiro é apenas um dos muitos conceitos com que se tenta articular unidade de expressão e unidade de sujeito, cuja mão se lê no *usus scribendi*, e que, ao fazê-lo, elide a possibilidade de compreender o múltiplo da tradição como a *remnant vocality*, ou, ainda, como uma variação escriturária cujo *Erlebnis* só tem sentido frente a textos previamente ouvidos e/ou lidos e a outros que estão por ouvir e/ou ler e cuja totalização é sempre incompletação. [...] (MOREIRA, 2014, no prelo, p. 19).

No caso dos poemas gregorianos, segundo ele, as didascálias se constituem como “índices” de que o poema deveria ser apresentado oralmente, em forma de “performance”. Moreira (2014, no prelo) destaca o papel desses índices, cujo objetivo é “suprir o poema com algo que lhe falta no momento em que circula fora do circuito comunicacional que tem a performance como centro” (MOREIRA, 2014, no prelo, p.19), no entendimento e na leitura crítica dos poemas:

[...] Uma coisa nós sabemos pela leitura dos poemas e didascálias presentes nos múltiplos manuscritos que os transmitiram: cada didascália, ao particularizar o sentido de um poema pela aposição de um referencial discursivo a que ele, o poema, faria, supostamente, remissão, encena esse poema como o faria o performer ao cantá-lo diante de um público, e, nesse sentido, é apenas a particularização de um discurso genérico como cena reconhecível pelo auditório, que, quando discreto, partilha as convenções da mimesis aristotélica e de sua verossimilhança: nesse sentido, como diria Paul Zumthor, "The referential force of the poem derives largely from its focusing upon the contact between the people bodily and together present at the performance"[...] (MOREIRA, 2014, no prelo, p. 19).

Já em *O Texto Movente*¹⁵, o estudioso das tradições poéticas seiscentistas e setecentistas visa a demonstrar como a composição com o recurso à litania ocorre. Sendo assim, Moreira (2014, no prelo) empreende a análise dos dois poemas por ele

¹⁵ MOREIRA, Marcello. **Texto Movente: Instabilidade Textual na Tradição de Gregório de Matos e Guerra**. (no prelo, 2014).

selecionados, que sobreviveu em vários manuscritos. No entanto, compara apenas duas variantes independentes, uma que figura no *Códice Lamego*, e outra, no *Florilégio da Poesia Brasileira*; a comparação objetiva demonstrar em que medida procedimentos de composição ligados à performance intervieram quando do remanejamento de que esses poemas foram objeto.

Segundo ele, a falta de compreensão filológica frente aos constantes e significativos remanejamentos pelos quais os poemas gregorianos passaram, tanto no que diz respeito às pequenas transformações quanto àquelas que fazem pensar se o texto ainda permanece como uma simples “variante”, pode ser vista, por exemplo, quando se lê Antonio Houaiss, que, ao estudar o conjunto de textos reconhecidos como de Gregório de Matos e Guerra, os interpreta a partir de categorias que lhes são estranhas. Partindo de uma perspectiva lachmanniana de fixação do texto autoral, Houaiss propõe critérios que possam, segundo ele, determinar os textos que, de fato, foram compostos pelo autor Gregório de Matos e Guerra, mas esses critérios são dessuetos, como os da *lectio difficilior*¹⁶ e do *usus scribendi*¹⁷, quando não se puder contar com a seleção da variante pelo predomínio numérico da lição. Sendo assim, Moreira (2014, no prelo) critica a postura do lexicógrafo em seu texto:

Para Antônio Houaiss, quem primeiro propôs uma edição crítica de tipo neolachmanniano do *corpus* poético atribuído a Gregório de Matos e Guerra, a fatura da tal edição demandaria uma "discussão colegiada crítica de autoria" (HOUAISS, 2006, P. 1277) com o objetivo de instituir o *corpus* poético realmente autoral, dele separando tudo aquilo que se devesse ao labor de outros poetas dos séculos XVI e XVII, com a possível e desejada identificação de autoria; ao mesmo tempo, ainda seria preciso, segundo Antônio Houaiss, identificar quais peças seriam "meras traduções" de poemas estrangeiros, quais seriam "glosas, pastiches, paráfrases, variações, de acordo com os cânones criadores do tempo" (HOUAISS, 2006, P. 1277), sem se questionar, na própria proposição, se é pertinente, no tempo da produção do *corpus* poético atribuído ao poeta baiano, falar, por exemplo, de "pastiche", ou, ainda, de uma "autoria" que implicaria reduzir a tradição de Gregório de Matos e Guerra a uma unidade de

¹⁶ MOREIRA, Marcello. **O Conceito “Lectio Difficilior”:** Problemas Para sua Operacionalização. In: [Atas] Semana de Filologia na USP (5: 2010: São Paulo) – Atas da V Semana de Filologia na USP, 26 a 30 de abril de 2010 (organizadores: Luiz Antonio Lindo e José Rodrigues Seabra Filho) – 2º ed. São Paulo: DLCV/ FFLCH-USP, 2010, p. 216-233..

¹⁷ MOREIRA, Marcello. **Uma Crítica a Spaggiari e Perugi.** In: Tágides: revista de Literatura, Cultura e Arte Portuguesa/ Programa de Pós – Graduação em Literatura Portuguesa. Departamento de Literatura Clássicas e Vernáculas. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo – n.1 (2011) – São Paulo: Lumme Editor, 2011b, p. 112-131.

expressão - correlata de uma unidade psicológica -, representada por um "resíduo irreduzível" (HOUAISS, 2006, P. 1277), ou seja, os textos sabidamente autorais, em que se fariam presentes as lições efetivamente autorais, selecionados ambos, textos e lições, pelos critérios operacionais, ora positivos, como o do predomínio numérico de variantes, ora judicatórios, como os do *usus scribendi* e da *lectio difficilior* (MOREIRA, 2014, no prelo, p. 2-3).

Uma postura como essa, segundo ele, deixa de considerar as motivações históricas, do ponto de vista de uma história da *poiesis*, que levaram aos remanejamentos textuais no período em que foram produzidos, sobretudo devido ao fato de os filólogos de base lachmanniana sempre transitoricizarem categorias do método de que são aderentes a toda e qualquer tradição textual que tenham sob os olhos, o que significa, em última análise, cumprir a prescrição de buscar sempre o “uno” e não considerar a “multiplicidade”. Segundo Moreira (2014, no prelo), uma análise de cunho histórico-historiográfico oferece melhores ferramentas para o entendimento das transformações pelas quais os poemas atribuídos a Gregório de Matos e Guerra passaram, e também de suas possíveis causas. Desse modo, o estudioso em questão afirma que:

[...] pode-se dizer que muitos dos poemas do *corpus* atribuído a Gregório de Matos e Guerra não conhecem a completitude, nem mesmo a da superunidade, já que esta, mesmo quando somatória, encontrar-se-ia falta por tudo aquilo que se perdeu, por tudo aquilo que virtualmente se concebe como um possível e por um porvir interrompido e abortado, pela história e pela caducidade de gêneros e práticas (MOREIRA, 2014, no prelo, p. 7).

Segundo ele, no caso da poesia gregoriana, houve remanejamentos de duas maneiras: por intermédio da “vocalidade” e pela “escritura”, aquela, correspondendo ao conceito de “oralidade mista”, e esta, ao de “oralidade segunda”, segundo os conceitos formulados por Zumthor (1993):

[...] É preciso enfatizar aqui que a prática de partilha da poesia pela voz na América portuguesa se situa na duração, e se constitui, como diria Paul Zumthor, como uma tradição em parte oral, ao tempo em que essa tradição se atualiza no presente da performance, ou seja, em uma transmissão oral (ZUMTHOR, 1993, p. 17). Mas essa oralidade convive com um forte regime escriturário, sobretudo nos estratos da

população do Recôncavo baiano ligados à burocracia estatal e ao negócio; grupos sociais ligados à escritura ou dela auferindo seus proventos convivem, no entanto, com largos estratos populacionais sem nenhum conhecimento dela, o que geraria o que Paul Zumthor chamou de "oralidade mista", "quando a influência do escrito permanece externa, parcial e atrasada" (ZUMTHOR, 1993, p. 18), e, ainda, de "oralidade segunda", "quando se recompõe com base na escritura num meio onde esta tende a esgotar os valores da voz no uso e no imaginário" (ZUMTHOR, 1993, p. 18). Na Bahia dos séculos XVII e XVIII, ambos os regimes de oralidade se deram concomitantemente e variaram de acordo com os estratos sociais, o sexo, os ofícios, dentre tantos outros elementos de clivagem a operar nesse recorte temporal (MOREIRA, 2014, no prelo, p. 4-5).

Um desses dois modos de compartilhamento pelos quais os poemas sofrem transformações de grande ou de pequenas proporções, a composição pela voz, pode ser mais bem determinada quando se analisa comparativamente os manuscritos que nos legaram variantes numerosas de um mesmo poema. Um dos modos de composição pela voz é denominado de “técnicas de encaixe e de combinação de versos preexistentes” (MOREIRA, 2014, no prelo, p. 5), ou seja, uma maneira de realizar uma “atualização” do texto que se constitui também como um meio pelo qual um poema é objeto de recomposição. Moreira (2014, no prelo), desse modo, discorre sobre o modo como tal “atualização” era realizada na Bahia, nos séculos XVI e XVII.

O filólogo supramencionado demonstra que esse tipo de composição em que há modificações na estrutura dos poemas e que permitiu o surgimento de diversas variantes de um mesmo texto não corresponde ao que Parry e Lord definiram como “estilo formular”, pelo fato de não corresponder também à divisão estanque entre tradições orais e tradições escritas. O critério da presença de fórmulas, tal como defendido por Lord, segundo ele, não determina, em sua perspectiva de estudo, a oralidade da poesia, sobretudo porque alguns dos poemas gregorianos conviveram com o oral e o escrito ao mesmo tempo:

Embora no *corpus* poético atribuído a Gregório de Matos e Guerra haja "*exact repetitions of words in a group in the same order, in the same position in the line*", como é o caso, por exemplo, de dois *incipit* de sonetos "Há coisa como ver um Paiaia" e "Há coisa como ver um Sor Mandu", não se poderia dizer que se trata de estruturação por aplicação de fórmula, tal como a concebe Alfred Bates Lord, pois, para ele, a fórmula e os procedimentos de formularização, em geral, são uma atestação ou prova de oralidade e sua presença excluiria a intervenção do regime escriturário em obras em que aqueles se

encontrariam presentes. Como já se disse, o soneto, embora pudesse ser lido em voz alta, não era um gênero associado ao canto, à música e em geral à *performance*. Esse pressuposto – o de que a fórmula é um indício seguro da oralidade de uma tradição poética - faz-se presente em pesquisas que tomaram para si as proposições sobre a produtividade específica da poesia oral tal como formuladas por Milman Parry e Alfred Bates Lord [...]. (MOREIRA, 2014, no prelo, p.8-9).

Moreira (2014, no prelo) aponta outras motivações históricas para a utilização de estruturas que se repetem nos poemas gregorianos:

[...] a modelização e a conseqüente reiteração de segmentos de verso ou de versos, como o citado exemplo do "Há coisa como ver [...]", incipit recorrente em sonetos satíricos do corpus poético gregoriano [...] implica reconhecer usos "autorizados" localmente, muita vez emulação de práticas ibéricas importadas para a Colônia, fundados na escritura e sem qualquer correlação necessária com a voz. É preciso empreender um estudo das variantes adiaforas numerosas presentes no *corpus* gregoriano, sobretudo daquelas que abundam em gêneros ainda ligados, nos séculos XVII e XVIII, à voz e à música, para se poder, por meio de uma análise comparativa desses textos, discutir, como o propusera Paul Zumthor, a relação muito complexa entre voz/música e escritura [...] (MOREIRA, 2014, no prelo, p. 8-9).

Para demonstrar a maneira como os poemas gregorianos em estudo foram compostos, Moreira (2014, no prelo) retoma aos tipos de composição de textos orais formulados por Zumthor (apud MOREIRA 2014) e apropria-se do tipo designado como "litania" para comprovar as recorrências de estruturas sintáticas que foram responsáveis pelo surgimento de “variações ilimitadas de um mesmo tema” (MOREIRA, 2014, no prelo, p.14) na tradição manuscrita em questão. Sendo assim, dentre os tipos de composição formulados por Zumthor (apud MOREIRA 2014), o de litania é importante na análise do poema atribuído a Gregório de Matos e Guerra, por elucidar um tipo de uso corrente nas produções poéticas seiscentistas e setecentistas:

No *corpus* poético atribuído a Gregório de Matos e Guerra, o primeiro tipo zumthoriano de modo de composição, a *litania*, faz-se presente no longo poema em décimas intitulado "Verdades do Autor", inscrito, por exemplo, no *Códice Lamego* do Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo, composto de trinta e duas estrofes. Pondo de parte a primeira delas, em que nos é apresentada a matéria do

poema, ou seja, "o cantar as verdades de todos sabidas, mas de muitos esquecidas", todas as demais consistem na "repetição indefinida de uma estrutura sintática e, em parte, também lexical, com algumas palavras sendo alteradas após cada repetição da estrutura de base para delinear-se uma sorte de progressão nesse deslizar para a frente e para trás", já que a reiteração da estrutura de base, verso após verso, nos transmite uma ideia de inércia que é, no entanto, dinamizada pela variação no âmbito lexical, o que tensiona a composição. (MOREIRA, 2014, no prelo, p.11-12).

Desse modo, a comparação entre a variante do *Códice Lamego* e a que se faz presente no *Florilégio da Poesia Brasileira* destina-se à demonstração de como as mudanças entre elas se devem à estrutura simples dos poemas, que permitem as modificações nos versos. O estudioso demonstra como a "litania", tipo de composição oral identificada por Zumthor (apud MOREIRA 2014), pode ser entendida como uma estrutura de tipo formular e se vincular ao conceito de Parry e Lord, mas não como um tipo de estrutura formular que exclua o vínculo com a escrita. Segundo ele:

[...] Pondo de parte por ora as pequenas variações que pode haver, sobretudo devido ao emprego de anástrofe, os esquemas estruturais apresentados são suficientemente simples para que sejam maximamente produtivos, já que atendem ao esquema métrico, rímico e rítmico do poema, e, sobretudo, à prescrição didascálica, que circunscreve a matéria do poema como o proferir verdades, atendo-se a umas poucas estruturas. Se pensarmos que o caráter formular da poesia oral, proposto por Parry e Lord, pode também ser concebido como uma estrutura discursiva em nível profundo, que é matriz gerativa de incontáveis variantes de superfície, pode-se propor que a *litany*, de Paul Zumthor, é, ao mesmo tempo, uma estrutura de tipo formular, o que o poema Gregório de Matos e Guerra confirma, sem dúvida. [...] (MOREIRA, 2014, no prelo, p. 14).

Desse modo, o filólogo expõe a forma como o recurso da litania, como "repetição indefinida de uma idêntica estrutura sintática, e, em parte, lexical, com algumas palavras modificadas a cada nova repetição com o objetivo de se delinear um tipo de progressão com recuos e avanços" (MOREIRA, 2014, no prelo, p. 22), constitui-se como um recurso de composição dos poemas gregorianos. Após expor três estrofes iniciais do poema mencionado, evidencia, ainda, como elas foram compostas pelo atendimento ao critério:

[...] a estrutura sintática recorrente é constituída basicamente de uns poucos tipos sintagmáticos, bastante simples, que se alternam nas estrofes de todo o poema, sendo o primeiro aquele em que há sujeito+verbo+objeto direto - podendo-se dar como exemplo três versos da segunda estrofe "os gatos furtam as cêas,/os barbeiros rasgam vêas,/e as padeiras fazem maça" -; o segundo, o constituído de sujeito+verbo de ligação+predicativo - de que é exemplo o verso "as tapuyas sam caterva", da quarta estrofe -; o terceiro, sujeito+verbo intransitivo+adjunto adverbial - de que são exemplo os versos "os doutos estam nos cantos,/os ignorantes na Praça,", pertencentes à segunda estrofe -; e o quarto, de sujeito+verbo intransitivo - de que é exemplo o verso "os namorados pacêam,", pertencente à quarta estrofe. Pondo de parte por ora as pequenas variações que pode haver, sobretudo devido ao emprego de anástrofe, os esquemas estruturais apresentados são suficientemente simples para que sejam maximamente produtivos, já que atendem ao esquema métrico, rímico e rítmico do poema, e, sobretudo, à prescrição didascálica, que circunscreve a matéria do poema como o proferir verdades, atendo-se a umas poucas estruturas (MOREIRA, 2014, no prelo, p. 26).

A variante do *Códice Lamego*, ao ser escrutinada, dá origem a estes resultados que, segundo o filólogo mencionado, demonstram como a repetição da mesma “estrutura rítmica e rímica” poderia originar muitas variantes de um mesmo verso. Tal característica também fica patente na comparação dessa variante com a que se encontra no *Florilégio da Poesia Brasileira*:

Caso nos atenhamos aos dois primeiros versos da estrofe, veremos que a lição impressa por Varnhagen difere da transmitida pelo *Códice Lamego*, pois enquanto neste último lemos "As ervas todas sam folhas,/e as lorangeiras dam frutas", no *Florilégio* temos "Toda a arvore tem folhas;/Pomares produzem frutas;". No primeiro verso, temos em *CL* sujeito+verbo de ligação+predicativo, enquanto no *Florilégio* temos sujeito+verbo+objeto direto, ou seja, uma variação adiafóra a partir da adoção dos mesmos esquemas sintagmáticos simples anteriormente elencados e que são empregados para a produção de variantes indiferentes nas várias versões do poema ora analisado, presentes tanto na tradição manuscrita quanto em sua seção impressa (MOREIRA, 2014, no prelo, p.29).

O outro recurso de composição de que Moreira (2014, no prelo) se apropria dos estudos zumthorianos, *overlaying*, que se define como, “‘técnica de combinação, encaixe e remanejamento’ de versos preexistentes com e entre outros que se compõem novamente” (MOREIRA, 2014, no prelo, p. 30) já mencionado anteriormente, e que, segundo ele, é relevante no entendimento da maneira como os poemas gregorianos, em

análise foram compostos, sobretudo o poema que figura no *Códice Asensio – Cunha*, exposto como um exemplo da utilização desse procedimento e onde são marcadas, pelo filólogo em questão, as “alormorfias” para que sejam identificadas. Sendo assim, o excerto abaixo expõe a maneira como o poema em análise constitui-se a partir desse recurso:

Como se pode ver, de um total de doze versos que são encaixados entre aqueles de outra composição, quatro se repetem identicamente, e outros oito sofrem remanejamento gerando-se pela prática do *remaniement* alomorfes que apresentam pequenas variações sintáticas, devidas muita vez ao recurso à anástrofe - "faz natureza mudanças" (62), "faz mudança a natureza," (160), "sem ter as potências d'águia." (62), "não tendo de águia as potências." (160) –, ou, ainda, variações lexicais, que são adequações de versos e estrofes a novo uso, em que se encenam matérias distintas, que implicam outras particularizações de sentido. [...] (MOREIRA, 2014, no prelo, p. 39).

A demonstração do modo como os textos eram compostos e como a estrutura simples facilitava suas transformações leva o estudioso a criticar, para textos dessa natureza, o vínculo com as perspectivas que consideram relevante o esforço para encontrar o texto genuinamente autoral, já que, ao invés disso, é possível perceber os processos de agenciamento pela voz e por outro lado pela escrita. Nessa cultura e no caso específico da composição e compartilhamento dos poemas de Gregório de Matos e Guerra, a “instabilidade” é uma característica do texto, que sofre agenciamentos diversos.

É possível mencionarmos aqui um outro artigo que também discute os conceitos formulados por Parry e Lord. Em estudo publicado em 1984, Bäuml discute algumas das aplicações da “teoria oral formular”, bem como a plausibilidade de sua aplicação em textos escritos, para os quais, especificamente, não foi composta, a partir de um ensaio de Lutz (apud BÄUML, 1984). Ele aponta algumas falhas dessa teoria, sobretudo, sua incapacidade para servir como fonte principal de explicação de tradições textuais várias, devido à falta de algumas definições. Desse modo, cabe realizar uma síntese desse artigo e confrontá-lo com as formulações zumthorianas sobre a poesia medieval, dada a importância dessa teoria como ponto de partida para a elucidação do modo de existência de textos medievais.

O estudioso em questão trata da aplicabilidade da teoria-oral-formular ou *teoria primária* inicialmente produzida por Parry e em seguida desenvolvida por Lord frente a tradições textuais oralmente compostas a partir da observação das apresentações de cantores iletrados do sul da Iugoslávia, como afirma em seu artigo. As adaptações dessa teoria, que resultaram no surgimento de outra corrente interpretativa, denominada *teoria secundária*, que une à perspectiva apenas oral, a perspectiva do texto escrito, e que, simultaneamente, tenta elucidar os problemas que envolvem a transposição de um método, construído a partir do contato com o empírico da performance dos cantores iugoslavos, aos textos poéticos medievais, que, a despeito de terem sido oralizados, foram objeto de fixação pela escrita, são importantes pontos a serem discutidos segundo ele. Ou seja, o que temos no caso dos poemas medievais são registros, escritos, inscrições, que, sabe-se, foram objeto de performance no passado, pois os próprios textos nos fornecem essa informação. Mas, e isso é importante, como falar de performance propriamente dita, de oralidade, de vocalidade etc., se o que temos e com que lidamos são inscrições? A teoria da oralidade da poesia foi produzida frente a um *corpus* de fato oral, os poemas heroicos dos cantores do sul da Iugoslávia e foram colhidos frente a situações de performance; mas é possível transpor os resultados dessa pesquisa de campo e empírica às textualidades medievais? Sabe-se que Paul Zumthor não se apropriou *ipsis litteris* da teoria da oralidade poética de Parry e Lord, mas a modelizou por várias vezes em várias retomadas dela. Ele, partindo da teoria de Parry e Lord, enfatiza – criticando-a - que apenas o critério da presença de uma fórmula ou de estruturas formulares não garante a distinção entre o oral e o escrito, já que a retomada constante de temas, por exemplo, de sequências lexicais, sintagmáticas, rítmicas, pode dar-se no âmbito da escrita, em gêneros ligados hoje em dia à escritura, mas oriundos da oralidade, como é o caso da quadra no âmbito da poesia de língua portuguesa. Textos que sobreviveram por meio de registros escritos, para que se possa dizer serem eles de base oral, têm de apresentar o que se convencionou denominar “índices de oralidade”.

Segundo Bäuml (1984) a segunda teoria é aquela que deve ser alvo de considerações por parte do medievalista, especialmente porque trata daquilo que chegou ao contato dos estudiosos, uma vez que, no que diz respeito, por exemplo, ao conjunto dos textos sobreviventes da Idade Média, o que restou, como corrobora o próprio Zumthor (1993), são apenas “indícios de vocalidade”, cujo modo de existência é possível apenas vislumbrar, já que não há como transpor a distância que existe no

tempo, entre os nossos meios de comunicação e uma “poesia vocal”, própria desses séculos passados.

Bäumli (1984) afirma que um dos princípios da “teoria primária”, estruturada nas observações das performances orais, é a impossibilidade de coexistirem juntas “tradições orais” e “tradições escritas”, já que tais tradições são “mutuamente exclusivas” segundo a teoria de Parry e Lord. Num ambiente cultural onde o modo de existência dos textos é oral, não pode haver textos que, na sua origem, pertencem ao modo escrito. Sendo assim, Bäumli (1984) expõe algumas características da teoria oral, descrevendo o que concerne à hipótese da teoria primária e o que concerne à secundária e ajuizando-as “mutuamente exclusivas”:

It may be useful at this point to recall the principal components of the theory: (1) the oral epic – and the theory concerns only the epic – is composed by illiterate singers; (2) it is composed of series of traditional narrative themes, i. e., thematic stereotypes; (3) these themes are lexically formulated by means of groups of words, lexical stereotypes, the principal components of which recur under the same metrical conditions, i. e., formulae and formulaic systems; (4) neither the themes nor the formulae are memorized as static elements but are adapted to the context as part of the tradition; (5) the traditions of oral and written composition are mutually exclusive; (6) “and oral text will yield a predominance of clearly demonstrable formulas, with the bulk of the remainder “formulaic”, and a small number of non-formulaic expressions [...] (BÄUML, 1984, p. 32).¹⁸

Como base nos estudos zumthorianos, é possível criticar essa afirmação de que há uma impossibilidade da convivência de textos pertencentes a tradições textuais escrita e oral, na medida em que houve um longo período na Idade Média em que os escritos conviveram com uma tradição mais antiga, baseada na performance oral dos textos, embora tais textos escritos não objetivassem um tipo de “leitura” em que a voz não correspondesse ao meio principal de partilha social da obra. Desse modo, no que

¹⁸ Pode ser útil, nesse momento, recordar os principais componentes da teoria: (1) a épica oral- e a teoria concerne somente à épica – é composta por cantores iletrados; (2) é composta de séries por temas narrativos tradicionais, isto é., estereótipos temáticos; (3) estes temas são lexicalmente formulados por meio de grupos de palavras, estereótipos lexicais, cujos os principais componentes se repetem de acordo com as condições métricas, isto é, fórmulas e sistemas de fórmulas; (4) nem os temas, nem as fórmulas são memorizadas como elementos estáticos, mas são adaptados ao contexto, como parte da tradição; (5) as tradições de composição oral e escrita são mutuamente exclusivas; (6) “e um texto oral renderá uma predominância de fórmulas claramente demonstráveis, com grande parte do restante sendo de tipo formular, e um pequeno número de expressões não – formulares (BÄUML, 1984, P. 32, tradução nossa).

concerne à relação entre um texto oral e um escrito, Zumthor (1993) afirma que a escritura, nos séculos X, XI, XII, XIII, XIV e até ao XV, não se desvincula de uma finalidade: a “performance”. Em uma sociedade regida pelos “atos vocais”, como era aquela dos séculos que compreendem a Idade Média, o escrito ocupa um lugar secundário, de subordinação, e se vincula à oralidade:

Uma forma qualquer de oralidade precede a escritura ou então é por ela intencionalmente preparada, dentro do objetivo performático. Esses dois casos podem combinar-se. Pelo menos, a escritura sempre interpõe seus filtros. Essencialmente, ela constitui um processo de *formularização*. [...] Contudo, mais ou menos todos os textos que nos foram transmitidos pelos séculos anteriores ao XIII ou mesmo XV, alguns mais tardiamente ainda, estão assim marcados. [...] Outro filtro: a ausência, antes do século XIV, de toda ideia de coerência textual na composição dos manuscritos. [...] A ideia que fazemos da "obra" não coincide com sua realidade no manuscrito (ZUMTHOR, 1993, p. 109).

Para Bäuml (1984) é necessário compreender a presença das estruturas formulares e das fórmulas, no contexto dessa poesia, a partir das funções que foram por elas desenvolvidas e o objetivo de seu uso como “aumento de redundância semântica”, em textos apresentados ou performatizados: um número maior de estruturas formulares e de fórmulas é capaz de restringir o sentido de um texto que será alvo de performance. O entendimento da fórmula como função, segundo ele, permite, no caso da primeira teoria, no momento da apresentação por parte do intérprete ou cantor, encaminhar ou “direcionar” ao sentido visado aqueles que ouvem e participam da performance:

[...] It is clearly the function of the formula as a traditional, recurring, lexically variable, rhythmically/metrically organized, semantically stable unit which is important. In this respect it is helpful to follow the suggestion of Joseph A. Russo and regard various types of formulae in relationship with each other: the exact repetition, the formula with one and with two varying components, and the purely grammatical-syntactic formula, all of which rest on the common denominator of the rhythmical structure representing the principle of regularity basic to all types. The formula can thus be regarded as a means for the dynamic structuring of a variety of texts, unencumbered by the objection that evidence derived from decasyllabic verse is not transferable to Beowulf, the Nibelungenstanza, or the hexameter. But it is still a question of analogous manifestations in different texts-manifestations which do not necessarily indicate an analogous process

of composition, nor do they necessarily indicate a process limited to composition (BÄUML, 1984, p. 35).¹⁹

Nesse sentido, ao discutir, na perspectiva da recepção, a diferença entre os graus de indeterminação de textos que foram compartilhados oralmente, por uma performance, e, por outro lado, aqueles que foram recebidos por intermédio da escritura, o autor afirma que os primeiros possuem um menor grau de indeterminação, contrariamente àqueles que foram fixados pela escrita. Essa distinção é corroborada por Zumthor (1993) em seu texto:

[...] O texto escrito, uma vez que subsiste, pode assumir plenamente sua capacidade de futuro. Já o texto oral não pode, pois está muito estritamente subjugado pela exigência presente da performance; em compensação, ele goza da liberdade de mover-se sem cessar, de ininterruptamente variar o número, a natureza e a intensidade de seus efeitos. Nesse sentido, pode-se, nos textos dos séculos XII e XIII que usam o estilo formular, considerar este uma marca de arcaísmo - mas um arcaísmo mantido, na prática de numerosos poetas, pelo sentimento que eles tinham das próprias exigências da voz performancial (ZUMTHOR, 1993, p. 193).

Desse modo, ambos os autores afirmam que a amplitude maior de sentido pertence aos textos que foram fixados pela escritura, na perspectiva da recepção por parte do público leitor, já que, nesse caso, o performer ou intérprete não desenvolve nenhum papel relevante no processo de transmissão, e, desse modo, não circunscreve o sentido possível do texto pelo ato de performance.

Um outro problema vislumbrado por Bäuml (1984) diz respeito à possibilidade de, por meio dos resultados obtidos quando da aplicação das duas teorias, determinar quando o texto é oral e, de forma opositiva, quando é “literário”. Sabe-se que a teoria da

¹⁹ [...] É evidente que a função da fórmula como uma unidade tradicional, organizada de forma recorrente, lexicalmente variável, ritmicamente/metricalmente estável, é importante. A este respeito é útil seguir a sugestão de Joseph A. Russo e considerar vários tipos de fórmulas em relação umas com as outras: a repetição exata, a fórmula com um e com dois componentes variáveis, e a fórmula puramente sintático – grammatical, as quais repousam sobre um denominador comum da estrutura rítmica, representando o princípio da regularidade, base para todos os tipos. A fórmula, portanto, pode ser considerada como uma forma de estruturar dinamicamente uma variedade de textos, sem a objeção que é, evidentemente, derivada do verso decassílabo que não é transferível para um Beowulf, (uma estrofe de o Anel dos Nibelungos) Nibelungenstanza ou o hexâmetro. Mas ainda é uma questão de manifestações análogas em diferentes textos – manifestações que não indicam necessariamente um processo análogo de composição, nem necessariamente indicam um processo limitado de composição (BÄUML, 1984, p. 35, tradução nossa).

poesia oral de Parry e Lord preconizava que o texto oral tinha por necessidade de apresentar estruturas temáticas e formulares para que sua vocalidade se tornasse manifesta. Cria-se que o número massivo de estruturas temáticas e formulares presentes em um poema evidenciavam o modo oral de sua composição e que a pesquisa quantitativa, nesse caso específico, era significativa do ponto de vista interpretativo. Paul Zumthor demonstrou, no entanto, como vimos, que a ideia de também determinar a origem de um texto pela análise do número de fórmulas nele presentes é considerada equivocada sob muitos aspectos, pois a formularização é recurso que pode estar presente em gêneros letrados dissociados da voz, conquanto não se duvide que em certa medida remetam a ela como uma possível *arché* procedimental.

Bäumli (1984) afirma que essa tentativa de distinguir entre o oral e o literário descende da aplicação indiscriminada de uma teoria produzida especialmente para dar conta da interpretação da oralidade da épica iugoslava, já que se a tentou aplicar a textos de gêneros distintos e produzidos em tempos e espaços outros; frente às tradições em que se tentou aplicar a teoria da oralidade da poesia formulada por Parry e Lord, alguns filólogos principiaram a discutir os limites entre oralidade plena e literariedade e as formas históricas de imbricação dessas duas modalidades de partilha social da poesia. É preciso pensar que o uso de temas e fórmulas quando da composição de poemas narrativos, por exemplo, pode dar-se no âmbito de uma oralidade plena, mas pode também dar-se quando esses poemas narrativos heroicos passam ao regime da escritura, sendo o recurso a tema e fórmulas uma característica do costume genérico, o que implica a necessidade de um extremo cuidado quando se afirma serem os temas e fórmulas indícios seguros da oralidade. Desse modo, há também diferenciações, conforme os gêneros, entre as funções desempenhadas pelas fórmulas, no caso da teoria primária e também no caso da teoria secundária, por envolverem modos de composição e recepção distintos.

Uma solução para esse impasse poderia ser vislumbrada no conceito de “texto transitório”; no entanto, há dificuldades na delimitação do que seria a transitoriedade de que se fala ou que se propõe, pois ela poderia significar, segundo Bäumli (1984), diferentes coisas, muitas delas inconciliáveis. Por exemplo, um texto é composto pela escritura, mas é publicado por meio da voz e é recebido auditivamente: ele pertence a um regime escriturário ou está ligado à oralidade? Um texto pode ser publicado em situação de performance, e, portanto, pode ser composta na medida mesma em que é cantado; esse texto, no âmbito da recepção, pode ser objeto de imediata inscrição,

escrito esse que passa a seguir a circular e a tornar pública uma obra: novamente, quais os limites entre regime escriturário e regime de oralidade? Segundo Bäuml (1984):

But quite apart from this, the concept of the "transitional text" obscures the complexity of the problem by appearing to solve it without actually doing so. For, though a text is a product of one type of composition, it is not subject to one type of reception: an orally composed text can be heard in performance, it can be written down and read, or it can be written, memorized, and heard. Is a "transitional text," therefore, to be thought of as a formulaic text composed in writing, a formulaic text recited from memory, or an orally composed formulaic text written down in order to be read? And what transition does it represent: from oral composition to written transmission, from oral composition to memorization, or from hearing to reading? And is "written transmission" limited to the physical form in which a text is transmitted—for example, writing or does it include the entire process of transmission and thus extend to the reading or reciting of a written text aloud? (BÄUML, 1984, p. 38).²⁰

Supõe-se que a presença em grande número de estruturas formulares é determinante da explicação de uma gênese oral dos textos poéticos e que, contrariamente, quando o número de formulas é menor, pode-se afirmar que sua origem é seguramente escrita. Como já discutimos acima, a presença de temas e fórmulas não é garantidora da origem oral de textos poéticos, embora seja um indício que assim pode ser interpretado verossimilmente, quando há informação que robore a prática da performance e da partilha social da poesia pela voz. Bäuml (1984) defende a fórmula como sinônimo de “regularidade” rítmica, sintática, semântica. Quando trata das duas teorias, *primária* e *secundária*, destina uma crítica à forma como comumente são apropriadas, sem análise do tempo e espaço de produção da tradição poética que se pretende subsumir a uma dessas duas teorias. De forma semelhante, Zumthor (1993) afirma que os estudos de Parry e Lord foram comumente utilizados para uma “caça às

²⁰ Ademais, o conceito de “texto transitório” obscurece a complexidade do problema por aparentar resolve-lo, sem realmente fazê-lo. Embora um texto seja um produto de um tipo de composição, ele não é sujeito a um tipo de recepção: um texto composto oralmente pode ser ouvido em performance, pode ser lido e escrito, ou ele pode ser escrito, memorizado, e ouvido. É um “texto transitório”, portanto, para ser pensado como um texto formular composto por escrito, um texto formular recitado de memória, ou um texto formular oralmente composto e escrito para depois ser lido? E que transição isso representa: De composição oral para transmissão escrita, de composição oral para memorização, ou de audiência para leitura? E é “transmissão escrita” limitada à forma física na qual um texto é transmitido - por exemplo, escrito ou inclui todo o processo de transmissão e, dessa forma, se estende à leitura ou recitação de um texto escrito em voz alta? (BÄUML, 1984, p. 38, tradução nossa).

fórmulas” e para a afirmação pura e simples de que, na Idade Média, haveria textos baseados na oralidade, porque formulares em alguma medida. A sua crítica destinada a vários estudos, nesse sentido, deve-se ao fato de não avançarem além da observação de que há oralidade no Medievo, porque foram capazes de identificar temas e fórmulas nas poesias sob escrutínio. Já no que respeita à existência de “modelos” diferenciados de discurso para textos orais e para textos escritos, Zumthor (1993) corrobora as afirmações de Bäuml (1984), dizendo que:

Por um lado o “modelo” dos textos orais é mais fortemente concreto do que o dos textos escritos: os fragmentos discursivos pré-fabricados que ele veicula são mais numerosos, mais organizados e semanticamente mais estáveis. Por outro lado, no interior de um mesmo texto ao longo de sua transmissão, e de texto a texto (em sincronia e diacronia), observam-se interferências, retomadas, repetições provavelmente alusivas: trocas discursivas que trazem a impressão de uma circulação de elementos textos migrantes, que a todo instante se combinam a outras composições provisórias. [...] (ZUMTHOR, 1993, p. 190).

O outro ponto em que ambos convergem diz respeito à relevância de se considerar o “horizonte de expectativa”, em relação às análises dos diversos tipos de oralidade e também na disseminação dos textos escritos. Segundo Bäuml:

It is, however, not only a question of interpreting "literary" texts on the basis of characteristics which are seen as means for the construction of a horizon of expectation and the consequent guidance of reception, but also of an interpretation of these characteristics and this horizon as socio-historical indices. For the two types of transmission, oral and written, are social functions, and as such are associated with social values (BÄUML, 1984, p. 43).²¹

Zumthor (1993) ainda corrobora a afirmação de Bäuml (1984) segundo a qual apenas a utilização das teorias primária ou secundária não é suficiente para resolver os complexos problemas de tradições textuais, como as da Idade Média. O maior

²¹ É, no entanto, não apenas uma questão de interpretar textos “literários” com base em características que são vistas como meio para a construção de um horizonte de expectativa e a consequente orientação de recepção, mas também da interpretação dessas características e deste horizonte como índices sócio-históricos. Uma vez que, os dois tipos de transmissão, oral e escrito, são funções sociais, e como tais estão associadas aos valores sociais (BÄUML, 1984, p. 43, tradução nossa)

problema, segundo o medievalista suíço, é a adoção de perspectivas, no caso do conjunto da poesia trovadoresca, estritamente ligadas ao aspecto dominante de cada uma dessas teorias, em detrimento de uma busca de entendimento que se baseasse em considerar, gênero a gênero, práticas e costumes poéticos capazes de elucidar muitas questões filológicas e textuais:

[...] A vocalidade deve ser considerada globalmente, e toda argumentação fundada sobre um único gênero de observação ou limitada a um só nível de análise não leva muito longe. Um conceito como o de estilo "oralizante" é circular: a argumentação corre o risco de voltar, em conclusão, a seu pressuposto. Todo texto medieval é "oralizante". Ademais, a intenção expressa de um autor, motivada pelas necessidades de uma difusão num meio de oralidade dominante, pôde, a todo o momento, em certas obras compostas por escrito, indicar fortemente tendências que, alhures, eram mais difusas. [...] (ZUMTHOR, 1993, p. 191).

Em outras palavras, ambos os estudiosos determinam a incapacidade da “teoria oral” para explicar, em sua amplitude, todos os problemas dos textos medievais sobreviventes. Segundo Zumthor (1993):

Donde a insuficiência, por estreiteza excessiva, da "teoria oral" (como a chamavam, nos anos 70, em países anglo-saxônicos e germânicos), da qual A. B. Lord foi por muito tempo o mestre incontestado. Baseada nos trabalhos de Tatlock (a partir de 1923) e de Parry (1928 e depois 1930) consagrados à epopeia antiga, e nos de Murko (em 1929) sobre os *guslari* iugoslavos, a teoria definiu um modo de expressão que foi denominado "estilo formular" e que, em seu estado primeiro, ela considerava próprio da epopeia, quando esta era objeto de transmissão oral (ZUMTHOR, 1993, p. 191).

As “expressões formulares”, segundo Bäuml (1984), não constituem estruturas aleatoriamente criadas, que seriam responsáveis pela enorme ampliação no que se refere ao aspecto semântico, mas estruturas que possuem “regularidade”, sequências que provém de uma tradição longa. Sendo assim, o uso constitui uma “citação de uma autoridade”, algo que também é defendido por Zumthor (1993) em seu estudo:

[...] De contornos mais ou menos estáveis, mas sempre (ainda que contextualmente) identificáveis, a unidade formular funciona como uma citação de autoridade. Ela remete a um texto social, virtual, mas incontestável, palavra tradicional e pública, constituindo um plano de referência que é substituível e que, de fato, no mais das vezes, substitui um "real" mal perceptível que, em performance, não nos interessa, a menos que o aceitemos. Tal é, em seu fundamento, a operação que se designa então, dissimulando seus efeitos, pelo termo culto *repraesentatio* (ZUMTHOR, 1993 p.196, grifos do autor).

Desse modo, o importante, segundo Zumthor, é que “não existe um inventário das "fórmulas" que estiveram em uso entre os séculos IX ou X e o século XV. Mas não é menos certo que foram inúmeras” (ZUMTHOR, 1993, p. 196). Há, na Idade Média, um mundo em que as vozes são “vivas” e constituem o principal mecanismo de comunicação.

No entanto, segundo Bäuml (1984), no que se refere ao público e no caso de uma “leitura em voz alta” ou de uma recitação de memória, de um texto, a “expectativa do público” está no texto como “reprodução de um modelo imaginado, considerado canônico”, porque nele as virtualidades da superunidade genérica se fazem presentes e o autorizam:

[...] And in the case of a reading aloud or the recitation of a memorized text, the expectation of the public is based on the text as a reproduction according to a model. In this instance, the performer or reader is no longer the formulator of the text, but, by his very performance, a commentator upon it. A reading or memorized recitation is therefore guided by an expectation that compares it not only to prior readings and recitations, but to an imagined model which is regarded as canonical (BÄUML, 1984, p. 39).²²

Em se tratando da relação conflituosa entre a “vocalidade” e a escritura, Zumthor (1993) afirma que, pelo “poder” que emana da primeira, sediada na voz e na performance, toda a autoridade é atribuída à sua “ação”, contrariamente à força que posteriormente provirá da leitura (silenciosa) do livro. Sendo assim, é de algo que está ligado ao corpo e o envolve que o medievalista trata ao falar de “texto performatizado”:

²² [...] E no caso da leitura em voz alta ou da recitação de memória de um texto, a expectativa do público está baseada no texto como reprodução de acordo com um modelo. Neste caso, o performer ou leitor já não é o formulador do texto, mas, por sua própria performance, um comentarista dele. A leitura ou recitação de memória é, portanto, guiada por uma expectativa que o compara não apenas à leituras e recitações anteriores, mas também a um modelo imaginado, considerado como canônico (BÄUML, 1984, p. 39, tradução nossa).

[...] o que se propõe à atenção é o aspecto corporal dos textos medievais, seus modos de existência como objetos da percepção sensorial: aspecto e modos de existência que, após tantos séculos, realçam para nós “esse tipo de memória, sempre em recuo, mas prestes a intervir para fazer ressoar a língua, quase à revelia do sujeito que a teria como que aprendido de cor”, como escreveu soberbamente Roger Dragonetti (ZUMTHOR, 1993, p. 21).

Os procedimentos utilizados para elucidar os “efeitos” da “vocalidade”, na Idade Média, demonstram sua preocupação com a distinção entre o tempo “outro” em que a poesia existiu e foi “transmitida”, e o tempo, bem posterior, em que os estudos se debruçam sobre o que sobreviveu dessa cultura.

Zumthor (1993) destaca o papel dos “índices de oralidade”, considerados os mecanismos que provam que o destino dos textos era serem cantados. Estes “índices” deixam de ter sentido nos textos, se não forem pensados como parte de uma canção, que envolve danças e outros “gestos”, frente a uma audiência. A sua investigação comprova o estatuto de “vocalidade” da poesia Medieval. Eles constituem um dos indícios de que esses textos eram destinados à “apresentação” pública. O excerto a seguir expõe o conceito de “índice de oralidade”, conforme o pensamento zumthoriano:

Por “índice de oralidade” entendo tudo o que, no interior de um texto, informa-nos sobre a intervenção da voz humana em sua *publicação* - quer dizer, na mutação pela qual o texto passou, uma ou mais vezes, de um estado virtual à atualidade e existiu na atenção e na memória de certo número de indivíduos. O índice adquire valor de prova indiscutível quando consiste numa notação musical, duplicando as frases do texto sobre o manuscrito. [...] (ZUMTHOR, 1993, p. 35, grifos do autor).

Segundo ele, os “índices” constituem uma prova incontestável de que o texto em questão se destina ao canto. Sendo assim, quando um determinado poema apresenta índices de exortação ao canto ou sua designação como canção, grandes são as chances de que sua primeira transmissão tenha ocorrido de forma vocal:

A ambiguidade da situação só é menor se o texto poético antigo nos foi transmitido com uma notação musical. Esta constitui realmente, de forma irrecusável, uma prova de oralidade. Ela autoriza uma reconstituição parcial da performance: é desta forma que os discos, algumas vezes excelentes, gravados por diversos medievalistas

musicológicos até G. Le Vot, nos permitem *ouvir* as canções de vários trovadores mais ou menos contemporâneos do *Roland*. O efeito de distância temporal e de opressão sensorial é fortemente atenuado. Entretanto, ele não desaparece: a prova são as querelas de escola, relativas à interpretação das melodias (ZUMTHOR, 1997, p.62, grifos do autor).

Ao analisar os índices de “vocalidade”, pode-se ler entre eles as linhas melódicas que acompanham os textos poéticos e desse modo se torna evidente que cada canção não tinha apenas uma melodia que lhe era correspondente, mas várias. Estes elementos fazem sentido apenas quando lidos como parte da cultura vocal, pois no interior do manuscrito as expressões que exortam às ações vocais não possuem nexo ou coerência se não forem pensadas como parte da “vocalidade” de que dependem. Os dados expostos por Zumthor (1993) demonstram a grande quantidade de canções para que ainda há melodias, a despeito de a maioria se ter perdido: “- número de poetas em questão: trovadores 450, *trouvères* duzentos; - número de canções conservadas: trovadores 2500, *trouvères* 2 mil; - conservadas com melodia: trovadores 250, *trouvères* 1500”. (ZUMTHOR, 1993, p. 36, grifos do autor).

Em *Les Marques du Chant*²³, o estudioso afirma que os indícios da existência de um mundo dominado pela oralidade não são insignificantes e são capazes de demonstrar a transmissão e recepção da poesia em forma de canção. Eles comprovam a permanência, durante um longo período, de conjuntos de cantigas que sobreviveram por intermédio de recursos vocais:

De ces diverses et indirects manières, ce que nous suggèrent les textes ce sont, sinon les dimensions, du moins l'ordre de grandeur de l'univers vocal que constitue cette poésie. Plus encore: un certain nombre d'entre eux apportent la preuve (certes, toujours contestable) de la permanence de cet univers, de la stabilité qu'il assura, dans la longue durée, à l'oeuvre, en elle-même si fugace, de la voix chantante. On ne saurait en effet douter de l'existence, durant les siècles médiévaux, de traditions poétiques chantées, nombreuses et vivaces: archaïques et originelles ou de formation plus récent peut-être de provenance parfois lointaine. On peut ainsi – cela découle des considérations qui précèdent – tenir pour assurée la diffusion par le chant des épopées hagiographiques ou guerrières durant deux ou trois siècles [...] (ZUMTHOR, 1987, p. 13).

²³ ZUMHTOR, Paul. **Les marques du chant**. Le point de vue du philologue. Revue de Musicologie, T. 73, No. 1 (1987), pp. 7-18. Published by: Société Française de Musicologie. Stable URL: <http://www.jstor.org/stable/928909>. Accessed: 16/06/2014 14:07

Sendo assim, a presença de palavras e expressões que remetem ao estatuto de canção constitui uma confirmação de que estes textos eram produzidos para serem cantados. “Canto”, “canção”, “melodia” comprovam o regime oral de publicação da poesia e o valor atribuído às canções:

[...] Ainsi, quarante-sept fois dans le *Guillaumrne de Dôle* de Jean Renart. Trente et une fois, la citation est annoncée par chanter ou chanson, chansonnette; quatre fois par combinaison de l'un de ces mots et de vers, ce qui, impliquant distinction entre texte et melodie, atteste plus fermement l'existence propre, sinon la precellence, de celle-ci; trois fois son et une fois note, termes signifiant, eux aussi, <<melodie>> . Procédé récurrent, à fonction forte car déterminant l'une des dimensions du roman. [...] (ZUMTHOR, 1987, p. 10).

O medievalista afirma que são inúmeros os exemplos de textos que portam tais “índices” de que eram destinados ao canto e à apresentação com danças. A presença de expressões que designam o texto como “cantiga” ou “canção”, dentre muitos outros, são parte da demonstração de que o texto constituía-se de elementos diversos nessa cultura. Os dados demonstram a flexibilidade dos textos que, na sua estrutura, eram acompanhados frequentemente de notações diferenciadas, várias para um mesmo texto. A forma como os textos “apresentam” os índices evidencia sua “modalidade vocal-auditiva”:

Existem outros tantos apelos aos valores vocais, que emanam da própria textura do discurso poético. Às vezes índices externos os confirmam, extratos de documentos anedóticos, relacionando-se a um ou vários textos e evocando-os em termos tais que o caráter vocal de sua “publicação” se destaca (ZUMTHOR, 1993, p. 41).

Desse modo, os textos medievais sobreviveram por um longo período na “memória dos interpretes”, o que possibilitou, também, junto com muitos outros fatores históricos, a “proliferação” de variantes:

[...] Recorreremos de preferência à longa duração que transcorreu entre a época na qual viveram os poetas e a data dos mais antigos manuscritos: além de dois séculos, se não três, para a maioria dos trovadores anteriores à Cruzada dos Albigenses. Tudo se passa como se os amadores e os copistas do século XIV, inversamente, tivessem

considerado que uma época da sua história poética viva chegasse ao fim com o século XIII. Ora, qual teria sido nesse vazio de escritura o modo de existência dos textos? Os movimentos de intertextualidade - de intervocalidade - de uma a outra dessas centenas de canções? Um livro recente de Gruber baseia implicitamente nesse fato uma interpretação global e "dialética" do *trobar*. Outros veem seu efeito na *movência* generalizada da canção: 40% daquelas que vários manuscritos nos conservaram comportam variantes significativas. [...] (ZUMTHOR, 1993, p. 52, grifos do autor).

Textos que existiram nessas condições sócio-históricas de memorização por performance representam um obstáculo nas análises daqueles que desejam encaixá-los em teorias à sua disposição, como a de base lachmanniana, pois são uma dificuldade, ou deveriam sê-lo, já que sua compreensão histórica é a denegação da pertinência da teoria com que se deseja encapsulá-los.

A escritura existiu subordinada à oralidade. Sua primazia se restringiu a pequenos grupos, já que uma maioria não era capaz de escrever e ler, de tal forma que a comunicação fosse realizada por esse meio. Sendo assim, a escritura se desenvolve vinculada à voz. O escrito, muitas vezes, dependia da oralidade para preencher um lugar na comunicação, um modo de comunicar-se que dependia de um "ato vocal" para se tornar compreensível para uma maioria. De acordo com Zumthor (1993):

Assim, o que se encontra profundamente posto em questão é a relação tríplice estabelecida a partir e a propósito do texto - entre este e seu autor, seu intérprete e aqueles que o recebem. Conforme os lugares, as épocas, as pessoas implicadas, o texto depende às vezes de uma oralidade que funciona em zona de escritura, às vezes (e foi esta sem dúvida a regra nos séculos XII e XIII) de uma escritura que funciona em oralidade (ZUMTHOR, 1993, p.98).

Zumthor (1993) demonstra o que significa escrever para essa sociedade e as dificuldades que essa atividade implica. Os copistas tinham uma "liberdade" significativa para intervir e modificar os textos, sobretudo, pela forma "oral-auditiva" como ocorria com o ditado, vulnerável às falhas de memória e outras contingências diversas:

[...] a linguagem que o manuscrito fixa continua a ser, potencialmente, a da comunicação direta. A escrita, salvo exceções, constitui-se por contágio corporal a partir da voz: a ação do copista é "tátil", segundo a terminologia mcluhaniana; e a nebulosa ideológica que gravita ao redor é mais próxima do tipo "tribal" que do nosso. Donde, para a

maioria dos homens desse tempo, a pouca pertinência das distinções (para nós importantes) entre autor, escrevente e intérprete. Nesse ponto, seria tentador interpretar como um reconhecimento tardio a confusão constante que, no fim da Idade Média, faziam entre os termos *autor* e *ator*. O “autor” é o avatar laicizado do elocutor divino, *Ditactor* da Escritura; avatar cujas primeiras manifestações, ainda esporádicas, aparecem durante a segunda metade do século XII, embora por longo tempo ainda o “autor” continue a ser o intérprete na performance de uma poesia que, presença total, não precisa declarar sua origem. Daí uma espécie de atemporalidade do texto; uma suspensão dos efeitos (estes, também, evidentes a nossos olhos) de distância histórica entre a gênese da obra poética e cada uma das suas realizações. [...] (ZUMTHOR, 1993, p. 103- 104).

É preciso compreender a distância entre a leitura dos modernos e contemporâneos e a “leitura” medieval, pois a habilidade para ler não era algo comum a todos naquele contexto histórico. As diferenças ficam patentes, pelo fato, por exemplo, de que as inúmeras dificuldades para ler, nesse período, eram resolvidas pela “leitura em voz alta”:

A leitura era a rinação de uma sabedoria. Na decifração, as condições materiais da grafia colocavam quase um problema distinto para cada palavra, percebida ou pelo menos identificada (talvez não sem dificuldade) como uma entidade separada. Apenas a articulação vocal permitia resolvê-lo na prática. A leitura envolvia assim um movimento do aparelho fonador, no mínimo batimentos da glote, um cochicho, mais. Comumente a vocalização, geralmente em voz alta. Os testemunhos dessa prática são ininterruptos, desde o século V até o século XVI. [...] (ZUMTHOR, 1993, p. 105).

Quanto aos intérpretes, que são responsáveis pela apresentação teatralizada do texto, há também obstáculos ao entendimento de suas especificidades por meio dos manuscritos ou documentos que nos restaram. Aquele que apresenta um texto frequentemente se confunde com o autor, pela sua liberdade em relação ao texto que leva ao público: a flexibilidade, a estrutura simples e repetitiva das canções leva às alterações, à composição de diversas variantes de um mesmo texto, inicialmente composto:

O texto é só uma oportunidade do gesto vocal: e o autor desse gesto serviria mais a meu propósito se não fosse quase impossível captá-lo, na sombra dos séculos [...]. Os documentos, pelo menos, não faltam inteiramente e permitiram a sábios como Faral ou Menéndez Pidal

esboçar o retrato falado de várias espécies de cantores, recitadores, atores, leitores públicos aos quais (salvo raras exceções) a sociedade medieval confiou a transmissão e a “publicação” de sua poesia (ZUMTHOR, 1993, p. 55).

Para o estudioso em questão, há uma penetração dos termos que fazem referência aos intérpretes desde os cantores germânicos e um aumento do número de referências àqueles cuja função era concretizar um “teatro” das cantigas. Independentemente de suas peculiaridades, os intérpretes podem ser unidos na mesma categoria daqueles que detêm a “voz poética” ou pela função semelhante que “desempenham”, por realizarem algo que era comum nesse período, no que diz respeito ao compartilhamento do texto: o “espetáculo”. Zumthor (1993) afirma que:

O antigo espanhol, é certo, distingue dos tocadores de instrumentos *os juglares de boca* ("jograis de boca"). No curso das páginas seguintes, são eles e seus similares que subsumo com o nome *intérpretes*; retenho assim seu único traço comum, pertinente para mim, a saber: que são os portadores da voz poética. Junto-os àqueles que, clérigos ou leigos, praticavam de maneira regular ou ocasional a leitura pública; nenhuma dúvida de que, para seus auditórios, muitos dentre eles mal se distinguiam, até o século XIV pelo menos, dos "jograis" ou menestréis do mesmo calibre. O que os define juntos, por heterogêneo que seja seu grupo, é serem (analogicamente, como os feiticeiros africanos de outrora) os detentores da palavra pública; é, sobretudo, a natureza do prazer que eles têm a vocação de proporcionar: o prazer do ouvido; pelo menos, de que o ouvido é o órgão. O que fazem é o *espetáculo* (ZUMTHOR, 1993, p. 56-57, grifos do autor).

Zumthor (1993) demonstra, pelo estudo das funções desempenhadas pelos cantores, recitadores e leitores públicos, que as questões relativas à unicidade autoral nascem muitos séculos após a transmissão e recepção das cantigas trovadorescas e, portanto, não estiveram presentes no pensamento do homem desse espaço sócio-histórico:

[...] Em contrapartida, pouco lhes importava a questão frequentemente colocada pelos medievalistas dos anos 1900: que distinção fazer entre autor e intérprete? Onde situar um e outro? Nos termos mais banais, a interrogação resumia-se em saber se, quando e como o “jogral” foi, também, poeta. [...] tanto mais que o anonimato da maioria dos textos

indica a que ponto a sensibilidade medieval nessas matérias, na ausência de qualquer noção de propriedade intelectual, diferenciava-se da nossa. Deslocaríamos hoje a ênfase e perguntaríamos qual ação o intérprete pode exercer sobre a poesia; de que maneira intervém na economia própria e no funcionamento do dizer poético. [...] (ZUMTHOR, 1993, p. 70).

As vozes daqueles que realizam uma apresentação de textos poéticos se equipara à dos religiosos da Igreja, pela sua força e autoridade, numa sociedade dominada pela voz em ação. Seu estatuto é o mesmo, pela força que há na vocalidade dos intérpretes, evidenciada pelos diversos documentos analisados, dos textos sagrados, ambos portadores fundamentais do *ethos* da sociedade medieval, bastando pensar, por exemplo, no papel das canções de gesta na difusão dos valores cavaleirescos e na sua importância para a constituição do *ethos* cortesão e guerreiro para se ter uma ideia da centralidade da voz poética nessa sociedade. Zumthor (1993) destaca a importância dos agentes da poesia tanto nos momentos complexos de guerras e combates quanto nas festas; seu papel é tão essencial, que muitos reis pagavam altos valores pela sua presença nas comemorações. Embora o domínio, no que diz respeito à “palavra-força”, pertença aos representantes da Igreja, já que de suas vozes emana tamanha “autoridade” no período que se denomina Idade Média, há uma função incomparável em seus efeitos que é desenvolvida pelos intérpretes de poesia. O poder decisório das vozes da Igreja é comparado à dos reis e maiores representantes desse período, mas no limite demarcado para a análise zumthoriana, não é apenas essa voz “reguladora” que se ouve, outras vozes também se erguem. Desse modo, fica patente a existência de “múltiplas vocalidades” e vozes nesse contexto (ZUMTHOR, 1993, p.80).

Sendo assim, o início do desenvolvimento da cultura escrita não constitui o fim daquela tradição que, por um tempo muito longo, existiu sem o seu apoio. A transição da “voz” à escritura implica mudanças em muitos aspectos culturais, segundo Moreira (2011). Por isso, quanto ao tipo de relação que a escritura desenvolveu com a voz, Zumthor (1993) a define como “conflituosa” e “contraditória” muita vez:

Em vez de uma ruptura, a passagem do vocal ao escrito manifesta uma convergência entre os modos de comunicação assim confrontados. O par voz/escritura é atravessado por tensões, oposições conflitivas e, com o recuo do tempo, mostra-se muito frequentemente aos medievalistas como contraditório. [...]. (ZUMTHOR, 1993, p.114).

A relação essencial e que se põe em questão, a respeito do texto, ocorre entre três elementos: o autor, seu intérprete e o público e, nesse contexto, a escritura desempenha um papel secundário, “funcionando em oralidade”; os problemas de decifração, por exemplo, que se apresentam aos copistas só poderiam ser resolvidos por meio da voz. Zumthor (1993) afirma que a escritura, para tornar-se legítima e assegurar sua supremacia, teve de aproximar-se da voz, como um outro lado desta, uma vez que constitui, na sociedade medieval, uma entidade em que não é possível “comunicar-se”, mas apenas “reconhecer-se”, já que “ a voz é o *Outro* da escritura; para fundar sua legitimidade, assegurar a longo prazo sua hegemonia, a escritura não deve reprimir de cara esse outro, mas primeiro demonstrar curiosidade por ele e aproximar-se até os limites marcados por um censor invisível”. (ZUMTHOR, 1993, p. 121, grifos do autor). Sendo assim, a escrita, segundo o autor, possui um ritmo diferente daquele desenvolvido pela transmissão oral de uma mensagem; há entre essa e aquela uma discrepância temporal, já que, contrariamente à transmissão escrita, o ato comunicacional pela voz não é diferido.

Portanto, o medievalista suíço afirma que categorias como “originalidade” e “genuinidade” de um texto medieval fazem parte de um contrassenso, pois as reflexões históricas e as pesquisas desenvolvidas invalidam tais noções, visto que o período dito “medieval” caracteriza-se por uma tradição complexa e diversa na qual a voz se sobrepõe ao escrito e cria uma rede de variantes textuais que torna a reconstituição de um poema uma atividade inverossímil:

É assim que perdem toda substância tanto o mito positivista das ‘fontes’ quanto uma série de noções provindas de nossa prática clássica da escritura: estabilidade do texto, autenticidade, identidade - e todas as metáforas estereis de nossas ‘histórias literárias’, como origem, criação, destino de uma obra; evolução, apogeu, decadência de um gênero... e, sem dúvida, a imagem paternal do autor. Imprimir um texto medieval (como somos forçados – felizmente - a fazer) comporta um contra-senso histórico que as prudências editoriais não podem simplesmente corrigir. Na noção de texto autêntico (a mais perversa e ainda vigorosa, apesar dos periódicos questionamentos), perdura um pensamento teológico, relativo (paradoxalmente) à tradição da *Palavra* de Deus. Toda vez que uma pluralidade de manuscritos nos permite controlar sua natureza, a reprodução do texto nos aparece fundamentalmente como reescritura, reorganização, compilação (ZUMTHOR, 1993, p. 148-149, grifos do autor).

A natureza “oralizante” das cantigas medievais constitui a negação, do ponto de vista histórico, de alguns conceitos que lhe são comumente aplicados. A consequência é que aquelas vertentes da crítica textual que se levantam em defesa de textos supostamente autênticos ou originais, para esse período, incorrem em um equívoco em suas análises. Contra a imagem de um “autor gênio”, há também a observação de que o indivíduo encontra-se diluído no coletivo, na sociedade medieval, de tal maneira que não há possibilidade de distinguir entre os valores dos indivíduos e aqueles que pertencem a todos. A crença na existência de características individuais de criação, em um universo como esse, torna-se contraditória, se as demonstrações sócio-históricas forem levadas em consideração. Segundo Zumthor (1970):

Most medieval works are anonymous. When we are able to detect something of an author’s personality, our information seldom reaches further than his name, roughly his chronological position, and supposed cultural environment. This fact is not totally accidental or without general significance. We hardly distinguish the part played by the individual in the formation of the literary work; probably it had little value in the opinion of medieval people. The work is entirely “objectified” its “subject” (the author’s subjectivity) has dissolved in the course de time, not only because time has slipped away, but because in some way the author’s individuality was not an essential factor of the work (ZUMTHOR, 1970, p. 817)²⁴.

A partir da constatação, de que, na Idade Média, não é possível tratar do “autor” no sentido hodierno atribuído a essa palavra, são desmitificadas também as possibilidades de se remontar aos aspectos ditos autorais que poderiam explicar ou auxiliar na interpretação de uma obra, como muitos ainda pensam ser pertinente:

Any kind of autobiography is thereby unthinkable. Even alluding to events which pertained to a personal life is almost impossible; by entering into the universe of poetry, these events

²⁴ A maioria das obras medievais é anônima. Quando somos capazes de detectar algo da personalidade do autor, nossa informação raramente atinge algo mais do que seu nome, do que a sua posição cronológica e do seu suposto ambiente cultural. Este fato não é totalmente acidental ou sem significância geral. Nós dificilmente distinguimos o papel desempenhado pelo indivíduo na formação da obra literária, provavelmente isso tinha pouco valor na opinião das pessoas medievais. A obra é inteiramente “objetivada,” seu “sujeito” (a subjetividade do autor) foi dissolvido no curso do tempo, não apenas porque o tempo passou, mas porque de alguma maneira, a individualidade do autor não era um fator essencial na obra (ZUMTHOR, 1970, p. 817, tradução nossa).

change their nature; they lose any connection with their original status, and cannot be interpreted any more as elements of a particular existence (ZUMTHOR, 1970, p. 817)²⁵.

É preciso destacar que os conceitos de obra, texto e poema, expostos por Zumthor (1993), se inserem ainda mais no universo da vocalidade de uma produção completamente diversa da que hoje temos, no sentido de que a fixação pela escritura do texto demandava, para a sua leitura, o “empenho do corpo”:

- Obra: o que é poeticamente comunicado, aqui e agora – texto, sonoridades, ritmos, elementos visuais; o termo compreende a totalidade dos fatores da performance;
- texto: sequência linguística que tende ao fechamento, e tal que o sentido global não é redutível à soma dos efeitos de sentidos particulares produzidos por seus sucessos. [...]
- poema: o texto (e, se for o caso, a melodia) da obra, sem consideração aos outros fatores da performance (ZUMTHOR, 1993, p. 220).

A “obra” não é uma unidade fechada ou o produto final do labor de um “autor”, que a criou pela exteriorização de sua genialidade, mas se configura, nessa sociedade, como o “audível e visível” (ZUMTHOR, 1993, p. 220). A obra se constitui pelo aspecto lexical e pelos aspectos ligados à “vocalidade” que a modulam e se define como tal pela sua apresentação ou pela performance que implica. A performance, por sua vez, tem caráter dinâmico e a obra envolve essa “ação”, por isso, não poderia se configurar somente como o escrito. Zumthor (1993) afirma que:

A performance é o jogo, no sentido mais grave, senão no mais sacral, desse termo: segundo as definições que dele deram antropólogos, psiquiatras ou filósofos, de Buytendijk e Huizinga a Kujawa, Scheuerl, Schechner-Schuman e Fink. Espelho; desdobramento do ato e dos atores: além de uma distância gerada por sua própria intenção (muitas vezes marcada por sinais codificados), os participantes veem-se agir e gozam desse espetáculo livre de sanções naturais [...] (ZUMTHOR, 1993, p. 240).

²⁵ Qualquer tipo de autobiografia é, assim, impensável. É quase impossível. Mesmo com alusões a eventos relacionados à vida pessoal, ao se adentrar no universo da poesia, esses eventos perdem sua natureza, eles mudam qualquer conexão com o seu estatuto original e, não podem ser interpretados mais como elementos de uma existência particular (ZUMTHOR, 1970, p. 817, tradução nossa).

No estudo de tradições poéticas cuja característica principal é serem os “restos” de traços culturais que já não são passíveis de reestabelecimento em sua totalidade, mas apenas de serem vislumbrados pelos indícios de sua natureza e de sua forma de existência, pela análise de cunho antropológico e etnológico, Zumthor (1993) propõe que atentemos para “tempo, lugar e ocasião social da performance” (ZUMTHOR, 1993, p. 151). A filologia que crê ser possível empreender a crítica de paradigmas críticos, que são aplicados acriticamente a toda e qualquer tradição textual, principia sua atividade laboral pela confrontação sistemática entre método e tradição com o objetivo expresso de verificar o grau de congruência entre ambos. A historicidade da tradição, a especificidade histórica de sua poética e retórica e gramática etc, implica, se necessário, denegar a aplicabilidade das categorias metódicas que têm por objetivo enformá-la a partir de fora, produzindo dela uma imagem que a própria tradição não reconheceria se pudesse ver-se. A tarefa da crítica textual que queremos fazer é criticar a própria crítica filológica, tomando-a como objeto primeiro da reflexão. A leitura de textos de Paul Zumthor e de outros autores que estudaram a *poiesis* da Idade Média demonstra que a história da poética, das práticas de composição, das materialidades da comunicação, pode fornecer elementos que permitam o empreendimento de uma filologia que se quer sempre nova, porque autorreflexiva, capaz de se dar ao trabalho de formular novos métodos de acordo com as exigências históricas da tradição com que se labora.

4. A Crítica Filológica e sua Inércia Paradigmática

Retomaremos neste capítulo às conclusões a que chegamos nos dois capítulos anteriores, pois se visa a discutir a partir de agora como a filologia de base lachmanniana praticada no Brasil só opera a partir de um conjunto fixo de conceitos e categorias, que formam o "Método" que nos é apresentado por Spina (1977) e Azevedo Filho (1987) em seus livros.

Como já demonstrado anteriormente, a filologia de base neolachmanniana praticada entre nós tem como seu principal princípio crítico aquele da "genuinidade", que implica conceber quaisquer tradições textuais como sendo passíveis de redução a um texto único, aquele que representaria a última vontade consciente de seu autor. Essa redução ou esse processo de subtração opera a tradição a partir da identificação de "erros", e, também, a partir da identificação dentre as variantes daquela julgada "genuína". Todo esse esforço filológico empreendido tem como único fim reduzir o campo do discurso para que por meio dessa redução se possa criar uma unidade de "expressão" que equivaleria a uma unidade de "sujeito", sonho de toda a filologia de base lachmanniana. Se se realiza uma unidade no campo do discurso por meio do método crítico-filológico, que sempre espera (tem esperança) de poder chegar ao original ou ao menos ao arquétipo, não é de espantar que toda filologia praticada fora desses moldes, o de base lachmanniana, seja considerado a-científico e não-metódico por parte dos aderentes ao método de Karl Lachmann.

Se todo empreendimento disciplinar tem como finalidade, antes de se apropriar de qualquer objeto que lhe seja pertinente, verificar as condições de "cientificidade" do próprio método, ou seja, se o método é o primeiro objeto do escrutínio que ele se propõe realizar, todo método, por conseguinte, que se considere acabado, ou seja, perfeito, que se se aproprie de todo e qualquer objeto sem considerar, a cada nova apropriação, a propriedade da própria apropriação, por quaisquer razões ou motivações, peca frente à cientificidade que sempre se propôs. É o que ocorre com o método filológico de base lachmanniana praticado entre nós: ele opera as tradições textuais de que se apropria sempre a partir dos mesmos conceitos e das mesmas categorias críticos e é inconcebível que essa operacionalização possa ter propriedade se se considera, por exemplo, a mudança paradigmática no campo dos estudos históricos durante todo o século XX. Se a

história é uma disciplina histórica e se sofreu, durante o século passado, a mais intensa e extensa mudança paradigmática jamais vista, como a filologia, que é também uma disciplina histórica, pôde, por outro lado, manter-se infensa a esse conjunto de mudanças, se as reflexões sobre a historicidade de tudo o que é objeto da história – e nesse conjunto se inclui a própria história – acaba por necessidade por incluir entre esses objetos a própria filologia? Os filólogos, e não apenas os brasileiros, dissociaram, por muito tempo e ainda o fazem, a filologia do campo historiográfico, campo esse que tem por meta discutir a todo instante a relação entre objetos da arte histórica e sua específica historicidade. Quando a filologia de base lachmanniana praticada no Brasil nos ensina um método e diz, como o faz Antônio Houaiss, que é a mesma para todas as tradições textuais com que labora, ela assevera, ao mesmo tempo, que independentemente da historicidade de cada tradição textual a ser editada, o método crítico-filológico atende a essa historicidade: mas como pode fazê-lo se as tradições textuais com que lida são tão diversas, se não se baseiam nos mesmos princípios gramaticais, retóricos e poéticos? Uma nova filologia deveria, em primeiro lugar, partir de considerações sobre a poética (*poiesis*), para, em seguida, estudar detidamente procedimentos retóricos e gramaticais, princípios generativos da poesia – oral versus escrito, com todas as modelizações intermediárias possíveis -, modalidades de audiência e de leitura com possíveis intervenções e remanejamentos do texto poético, sendo o texto, no caso dos poemas ligados à vocalidade, tecido pela voz, a despeito de ter sido capturado pela escrita em algum momento de sua história, sendo preciso, portanto, estudar a performance, o canto, os princípios de composição em performance, sempre variáveis no tempo e no espaço, e como ela interage com a escritura. A poética de cada tradição e sua historicidade específica é que devem nortear o filólogo a elaborar um método que atenda às especificidades dessa tradição textual, mas não o contrário, como tem sido feito entre nós.

Sendo assim, levando em consideração a aceitabilidade de um suposto caráter “científico” da filologia e com o intuito de demonstrar o modo como a crítica textual de tipo lachmanniana se afigura como um velho paradigma que se mantém como válido para muitas tradições textuais, e, por outro, como houve uma “revolução” nesse campo de estudos que deu origem a um novo paradigma, mais pertinente por levar em consideração o contexto sócio-histórico em que determinadas tradições textuais existiram, empreendemos uma síntese do livro de Thomas Kuhn (1975), *A Estrutura*

*das Revoluções Científicas*²⁶, para apreender o modo como este estudioso concebe a configuração de um campo científico, que passa por mudanças, transformações ou rupturas e se reorganiza com o passar do tempo.

Kuhn (1975) propõe-se a demonstrar a configuração da mudança no campo científico, tornando evidente aquilo que é comum às ciências quando elas passam por transformações de perspectiva e são compelidas a se reestruturarem. O seu intento é discutir o estatuto daquilo que se denomina de "científico", a partir de descobertas e experiências na historiografia da Física. Desse modo, o que nos é apresentado por Kuhn (1975) é um modelo de inteligibilidade da mudança estrutural na ciência. Nesse sentido, ao apresentar um conjunto de conceitos que definem a forma como a ciência se desenvolve, ele visa a expor a “estrutura” das mudanças ou “revoluções científicas”. A “Estrutura” se explica por algumas formulações, como, por exemplo, a de paradigma, fundamental em sua teoria, na unificação de um campo de estudo.

Na parte inicial de *A Estrutura das Revoluções Científicas*, expõe algumas das características dos paradigmas, conceito este que, como anteriormente dissemos, constitui a base da sua teoria do desenvolvimento de uma ciência e que são “as realizações que, durante algum tempo, fornecem problemas e soluções modelares para uma comunidade de praticantes de uma ciência.” [...] (KUHN, 1975, p. 13).

De acordo com ele, os paradigmas possuem uma estrita relação com a ciência normal, que se compõe pelos princípios de um determinado conjunto de estudos que, por sua vez, são, geralmente, apresentados em manuais, cuja finalidade é expor essas regras para os praticantes daquela ciência. Os manuais trazem todas as “leis” de uma ciência, bem como suas principais aplicações, que são os exemplos a serem seguidos e, ainda, os principais questionamentos a serem feitos no seu interior. Na parte inicial do seu livro afirma que:

[...] ciência normal significa a pesquisa firmemente baseada em uma ou mais realizações científicas passadas. Essas realizações são reconhecidas durante algum tempo por alguma comunidade científica específica como proporcionando os fundamentos para a sua prática posterior. Embora raramente na sua forma original, hoje em dia essas realizações são relatadas pelos manuais científicos elementares e avançados. Tais livros expõem o corpo da teoria aceita, ilustram muitas (ou todas) as suas aplicações bem sucedidas e comparam essas

²⁶ KUHN, Thomas S. A. **Estrutura das Revoluções Científicas**. São Paulo: Perspectiva, 1975.

aplicações com observações e experiências exemplares. [...] (KUHN, 1975, p. 29).

Conforme a citação acima, a ciência normal tem um compromisso em ditar as normas que serão seguidas pelos seus adeptos ou para aqueles que desenvolvem pesquisas no seu âmbito. São os ditames daquilo que é correto no interior de uma dada “ciência” e aquilo que não o é. O fazer ciência se dá pelo seguimento das regras e pela resolução dos casos com que cada pesquisador lida a partir do que elas permitem. São muitos os exemplos da historiografia da Física, apresentados por Kuhn (1975): “A *Física* de Aristóteles, o *Almagesto* de Ptolomeu, os *Principia* e a *Óptica* de Newton, a *Eletricidade* de Franklin, a *Química* de Lavoisier e a *Geologia* de Lyell” (KUHN, 1975, p. 30, grifos do autor). Estes exemplos têm duas qualidades em comum: “suas realizações foram suficientemente sem precedentes para atrair um grupo de partidários” e “suas realizações eram suficientemente abertas para deixar toda espécie de problemas para serem resolvidos pelo grupo redefinido de praticantes da ciência” (KUHN, 1975, p. 30). Por conseguinte, a ciência normal tem como o seu núcleo um paradigma, conforme essa definição, do qual não pode se desvincular. Kuhn (1975) afirma que

Daqui por diante deverei referir-me às realizações que partilham essas duas características como “paradigmas”, um termo estreitamente relacionado com “ciência normal”. Com a escolha do termo pretendo sugerir que alguns exemplos aceitos na prática científica real- exemplos que incluem, ao mesmo tempo, lei, teoria, aplicação e instrumentação – proporcionam modelos dos quais brotam as tradições coerentes e específicas da pesquisa científica. [...] (KUHN, 1975, p. 30).

Os paradigmas são as “unidades” básicas de continuidade da ciência normal. A partir de sua formulação e reconhecimento por partes dos principais aderentes no interior dessa ciência, os estudos que se seguirem deverão dar continuidade ao seu modo de operacionalização e os riscos de que tais cientistas, iniciados nesse sistema de regras e preceitos, se distanciem do modelo e passem a utilizar outros procedimentos metodológicos, são poucos:

[...] O estudo dos paradigmas, muitos dos quais bem mais especializados do que os indicados acima, é o que prepara basicamente

o estudante para ser membro da comunidade científica determinada na qual atuará mais tarde. Uma vez que ali o estudante reúne-se a homens que aprenderam as bases de seu campo de estudo a partir dos mesmos modelos concretos, sua prática subsequente raramente irá provocar desacordo declarado sobre pontos fundamentais. Homens cuja pesquisa está baseada em paradigmas compartilhados estão comprometidos com as mesmas regras e padrões para a prática científica. Esse comprometimento e o consenso aparente que produz são pré-requisitos para a ciência normal, isto é, para a gênese e a continuação de uma tradição de pesquisa determinada (KUHN, 1975, p. 30-31).

Um paradigma aparece a partir das diversas discussões, experiências e constatações anteriores e das antigas convicções que se tornaram indiscutíveis no centro dos estudos de uma determinada área que ainda não está sistematizada como ciência, e que, para uma parte significativa daqueles que estão desenvolvendo pesquisas, ainda é o fundamento que apresenta a direção a ser seguida. Desse modo, até o momento em que um paradigma surge para unir os estudos em torno de um núcleo, o que há é uma multiplicidade de estudos, marcados por perspectivas, conceitos, categorias e procedimentos metódicos diferenciados, é essa multiplicidade se extingue em prol de um mesmo modo de ver e produzir conhecimento que se define como “científico”.

Em consequência, Kuhn (1975) ressalta que, no âmbito da ciência normal, não há contradições ou “divergências”, pois estas só existem enquanto não há um modelo que as resolva, tornando-se única a direção para os adeptos ou para os cientistas que trabalham. Nesse sentido, “para ser aceita como paradigma, uma teoria deve parecer melhor que suas competidoras, mas não precisa (e de fato isso nunca acontece) explicar todos os fatos com os quais pode ser confrontada” (KUHN, 1975, p. 38). Um critério importante, para que um novo campo científico surja e seja reconhecido como tal, é a existência de eventos passados de onde ele “nasceu” e que possam ser observados de forma retrospectiva, pois, “se não se tem o poder de considerar os eventos retrospectivamente, torna-se difícil encontrar outro critério que revele tão claramente que um campo de estudos tornou-se uma ciência” (KUHN, 1975, p. 42).

Um paradigma, segundo ele, “une um grupo”, pois se constitui como “um modelo ou padrão aceito” (KUHN, 1975, p. 43), que representa uma mudança operada pelo cientista e não se compara aos conhecimentos até então adquiridos, de tal modo que a sua formulação não poderá mais se repetir. O surgimento da ciência normal significa, para os cientistas, que o modo como deverão proceder em seu labor já está dado pelos preceitos e procedimentos do paradigma do qual não podem, se desejarem

manter-se no âmbito da ciência, se desvencilhar. Sendo assim, a ciência normal deve fornecer a direção para todos os estudiosos, que, por sua vez, devem se ater aos seus preceitos:

[...] A maioria dos cientistas, durante toda a sua carreira, ocupa-se com operações de limpeza. Elas constituem o que chamo de ciência normal. Examinado de perto, seja historicamente, seja no laboratório contemporâneo, esse empreendimento parece ser uma tentativa de forçar a natureza a encaixar-se dentro dos limites preestabelecidos e relativamente inflexíveis fornecidos pelo paradigma. A ciência normal não tem como trazer à tona novas espécies de fenômeno; na verdade, aqueles que não se ajustam aos limites do paradigma frequentemente nem são vistos. Os cientistas também não estão constantemente procurando inventar novas teorias; frequentemente mostram-se intolerantes com aquelas inventadas por outros. [...] a pesquisa científica normal está dirigida para a articulação daqueles fenômenos e teorias já fornecidos pelo paradigma (KUHN, 1975, p. 45).

Nesse sentido, a noção de paradigma é apresentada como o meio pelo qual o conhecimento se torna científico, porque uno. Para isso, a ciência normal tem o compromisso de resolver algumas questões empíricas, “para articular a teoria do paradigma, resolvendo algumas de suas ambiguidades residuais e permitindo a solução de problemas para as quais ela anteriormente só tinha chamado a atenção” (KUHN, 1975, p. 48). É relevante destacar que, para Kuhn (1975), as leis postuladas pelos paradigmas são “constantes universais”. No contexto da ciência normal, as preocupações dos cientistas estão relacionadas apenas à manutenção das regras conforme o paradigma e à “determinação do fato significativo, harmonização dos fatos com a teoria e articulação da teoria” (KUHN, 1975, P.55). Se pensarmos na filologia tradicional que escrutinamos nos capítulos anteriores, a função do filólogo é semelhante a essa no que diz respeito à manutenção dos critérios e procedimentos, que já estão dados nos manuais, assim como os exemplos de operacionalização, restando ao filólogo a exata aplicação, conforme o conhecimento que recebeu em relação à maneira como um filólogo deve proceder.

Para tornar mais claro o modo como a ciência normal funciona, Kuhn (1975) afirma ter partido de exemplos da observação e da experiência, que foram elencados para a demonstração da operacionalização de seu modelo. Na verdade, o compromisso maior dos cientistas normais é com a “resolução de quebra-cabeças”, ou dos problemas

cuja solução já se encontra, de alguma forma, presente no paradigma e que, portanto, não exige destes estudiosos a formulação de novos conceitos ou teorias, mas apenas a conformação ao que já foi “descoberto” e sistematizado.

A primeira qualidade da ciência normal torna evidente o caráter normativo, pois fala do seu compromisso em reproduzir resultados idênticos e do seu distanciamento da produção de “novidades”, pois Thomas Kuhn (1975) suspeita que “talvez a característica mais impressionante dos problemas normais da pesquisa que acabamos de examinar seja seu reduzido interesse em produzir grandes novidades, seja no domínio dos conceitos, seja na dos fenômenos” (KUHN, 1975, p. 57). Não se trata, conclui-se, de uma formulação “inesperada” capaz de surpreender os membros do grupo, nem a formulação de hipóteses ou teorias, nem ainda a formulação de novos paradigmas, mas de “algo que os outros estudiosos da mesma ciência fossem capazes de prever.” (KUHN, 1975, p. 58). À vista disso, é interessante destacar aquilo que constitui o resultado satisfatório de uma pesquisa ou resolução de questões:

“resolver um problema da ciência normal é alcançar o antecipado de uma nova maneira. Isso requer a solução de todo o tipo de complexos quebra-cabeças instrumentais, conceituais e matemáticos. O indivíduo que é bem sucedido nessa tarefa prova que é um perito na resolução de quebra-cabeças. O desafio apresentado pelo quebra-cabeça constitui uma parte importante da motivação do cientista para o trabalho” (KUHN, 1975, p. 59).

Os quebra-cabeças não exigem, por parte do cientista, uma reflexão crítica do método adotado para resolvê-lo, apenas requerem que ele descubra os “lugares de cada peça”. Nesse sentido, a constituição de um paradigma também se afigura como a eleição dos problemas que serão resolvidos enquanto ele vigorar como a fonte de soluções das questões em um campo científico:

Já vimos que uma comunidade científica, ao adquirir um paradigma, adquire igualmente um critério para a escolha de problemas que, enquanto o paradigma for aceito, poderemos considerar como dotados de uma solução possível. [...] Assim, um paradigma pode até mesmo afastar uma comunidade daqueles problemas sociais relevantes que não são redutíveis à forma de quebra-cabeças, pois não podem ser enunciados nos termos compatíveis com os instrumentos e conceitos proporcionados pelo paradigma (KUHN, 1975, p. 60).

Desse modo, a ciência normal expõe a única alternativa de trabalho para os seus seguidores. Uma alternativa que se demonstra mecânica pela ausência de qualquer meio de exploração dos problemas existentes para além da delimitação dada, devido também à ausência do critério de reflexão crítica, uma vez que o caminho para a resolução destes é apontado pelo paradigma:

Consideremos agora um outro aspecto, mais difícil e revelador, do paralelismo entre os quebra-cabeças e os problemas da ciência normal. Para ser classificado como quebra-cabeça, não basta a um problema possuir uma solução assegurada. Deve obedecer a regras que limitam tanto a natureza das soluções aceitáveis como os passos necessários para obtê-la. Solucionar um jogo de quebra-cabeça não é, por exemplo, simplesmente ‘montar um quadro’ (KUHN, 1975, p. 61).

Quanto ao modo como a ciência normal faz funcionar os pressupostos ditados pelo paradigma, é interessante notar que os problemas com os quais se envolve já estão previstos dentro dos conceitos e categorias que fazem parte do seu círculo de desenvolvimento, como afirma Kuhn (1975):

A existência dessa sólida rede de compromissos ou adesões – conceituais, teóricas, metodológicas e instrumentais – é uma das fontes principais da metáfora que relaciona à ciência normal à resolução de quebra-cabeças. Esses compromissos proporcionam aos praticantes de uma especialidade amadurecida regras que lhes revelam a natureza do mundo e de sua ciência, permitindo-lhes assim concentrar-se com segurança nos problemas esotéricos definidos por tais regras e pelos conhecimentos existentes (KUHN, 1975, p. 65 - 66).

Isso significa, em grande medida, que o cientista mobiliza os conceitos e procedimentos a partir do que lhe foi “revelado” pelo “mundo” do qual faz parte. Essa unidade no pensar e no operar os conceitos é gerada pelo paradigma. Ele mantém e direciona o estatuto científico do campo de estudo em questão:

[...] Embora obviamente existam regras às quais todos os praticantes de uma especialidade científica aderem em um determinado momento, essas regras não podem por si mesmas especificar tudo aquilo que a

prática desses especialistas tem em comum. A ciência normal é uma atividade altamente determinada, mas não precisa ser inteiramente determinada por regras. É por isso que, no início deste ensaio, introduzi a noção de paradigmas compartilhados, ao invés das noções, pressupostos e pontos de vista compartilhados como sendo a fonte de coerência para as tradições da pesquisa normal. As regras, segundo minha sugestão, derivam de paradigmas, mas os paradigmas podem dirigir a pesquisa mesmo na ausência de regras (KUHN, 1975, p. 66).

Kuhn (1975) argumenta que as características dos paradigmas são fáceis de serem apreendidas pelos iniciantes na área de estudo, permitindo que eles “aprendam” a ciência com rapidez. O físico em questão cita o exemplo do historiador, seus documentos e o modo como lida com eles para comprovar sua tese. Segundo ele:

A investigação histórica cuidadosa de uma determinada especialidade num determinado momento revela um conjunto de ilustrações recorrentes e quase padronizadas de diferentes teorias nas suas aplicações conceituais, instrumentais e na observação. Essas são os paradigmas da comunidade, revelados nos seus manuais, conferências e exercícios de laboratório. Ao estudá-los e utilizá-los na prática, os membros da comunidade considerada aprendem seu ofício. Não há dúvida de que além disso o historiador descobrirá uma área de penumbra ocupada por realizações cujo status ainda está em dúvida, mas habitualmente o núcleo dos problemas resolvidos e das técnicas será claro. Apesar das ambiguidades ocasionais, os paradigmas de uma comunidade científica amadurecida podem ser determinados com relativa facilidade (KUHN, 1975, p. 67-68).

O que eles, os iniciantes, necessitam saber é a configuração da ciência normal e o paradigma que a rege, pois “quem quer que tenha tentado descrever ou analisar a evolução de uma tradição científica particular terá necessariamente procurado esse gênero de princípios e regras aceitos” (KUHN, 1975). Isso se deve ao modo como o paradigma, como anteriormente dissemos, é capaz de tornar uma multiplicidade de possibilidades de operacionalização uma perspectiva unitária:

Os cientistas nunca aprendem conceitos, leis e teorias de uma forma abstrata e isoladamente. [...] esses instrumentos intelectuais são, desde o início, encontrados numa unidade histórica e pedagogicamente anterior, onde são apresentados juntamente com suas aplicações e através delas. Uma nova teoria é sempre anunciada juntamente com suas aplicações a uma determinada gama concreta de fenômenos naturais; sem elas não poderia nem mesmo candidatar-se à aceitação científica. [...] (KUHN, 1975, p. 71).

A estabilidade da ciência normal começa a sofrer algum tipo de desarmonia quando se inicia a ocorrência de “anomalias”, que resultam da consciência dos cientistas de que há problemas, indagações etc., que não foram “assimilados” e, conseqüentemente, não se adequaram ao “esperado”, em relação aos pressupostos já formulados no paradigma:

A descoberta se inicia quando começa a consciência da anomalia, isto é, com o reconhecimento de que, de alguma maneira, a natureza violou as expectativas paradigmáticas que governam a ciência normal. Segue-se então uma exploração mais ou menos ampla da área onde ocorreu a anomalia. Esse trabalho somente se encerra quando a teoria do paradigma for ajustada, de tal forma que o anômalo se tenha convertido no esperado. A assimilação de um novo tipo de fato exige mais do que um ajustamento aditivo da teoria. Até que tal ajustamento tenha aprendido a ver a natureza de um modo diferente - o novo fato não será considerado completamente científico (KUHN, 1975, p. 78).

A ocorrência de uma “anomalia” de difícil resolução levará a ciência normal a se defender e tentar articulá-la aos preceitos. De acordo com Kuhn (1975), a transformação da anomalia em elemento próprio do campo científico é um esforço empreendido para que, conforme esse processo, o incômodo seja assimilado e permaneçam os ditames paradigmáticos, como anteriormente à sua aparição:

Ao assegurar que o paradigma não será facilmente abandonado, a resistência garante que os cientistas não serão perturbados sem razão. Garante ainda que as anomalias que conduzem a uma mudança de paradigma afetarão profundamente os conhecimentos existentes. O próprio fato de que, frequentemente, uma novidade científica significativa emerge simultaneamente em vários laboratórios é um índice da natureza fortemente tradicional da ciência normal, bem como da forma completa com a qual essa atividade tradicional prepara o caminho para sua própria mudança (KUHN, 1975, p. 92).

Quando os esforços para assimilar uma anomalia são inúteis, o campo científico está na eminência de passar por uma alteração paradigmática, já que adentrará em um período de “crise”. Esse conceito é fundamental na explicação kuhniana da mudança na “estrutura das revoluções”. A “crise” exigirá uma transformação de todos os pressupostos anteriormente aceitos e confirmados por um conjunto de experiências e

exemplos. Nesse caso, como o demonstra o excerto abaixo, um fenômeno como esse resultará na “emergência de um novo paradigma”:

Examinemos agora um terceiro e último exemplo – a crise da Física do fim do século XIX – que abriu caminho para a emergência da teoria da relatividade. Uma das raízes dessa crise data do fim do século XVIII, quando diversos estudiosos da Filosofia da Natureza e especialmente Leibniz, criticaram Newton por ter mantido uma versão atualizada da concepção clássica do espaço absoluto. Esses filósofos, embora nunca tenham sido completamente bem sucedidos, quase conseguiram demonstrar que movimentos e posições absolutos não tinham nenhuma função no sistema de Newton. [...] foram bem sucedidos ao sugerir o atrativo estético considerável que uma concepção plenamente relativista de espaço ou movimento teria no futuro. Tal como os primeiros copernicanos que criticaram as provas apresentadas por Aristóteles no tocante à estabilidade da Terra, não sonhavam que a transição para um sistema relativista pudesse ter consequências do ponto de vista da observação. Em nenhum momento relacionaram suas concepções com os problemas que se apresentavam quando da aplicação da teoria de Newton à natureza. Consequentemente, suas concepções desapareceram com eles, durante as primeiras décadas do século XIX já então dispendo de uma relação muito diversa com a prática da Física (KUHN, 1975, p. 100).

Kuhn (1975) fala sobre a necessidade de que as “crises” ocorram para que haja revoluções no campo científico, já que elas se afiguram como “uma pré-condição necessária para a emergência de novas teorias” (KUHN, 1973, p. 107). Segundo ele, uma mudança só ocorre quando aparecem as anomalias e as crises que apontarão um novo caminho no desenvolvimento da ciência, já que, em caso contrário, não há alteração no campo da ciência normal, se as indagações, questões e problemas são facilmente assimilados:

[...] o nosso exame da rejeição de um paradigma revelará de uma maneira mais clara e completa: uma teoria científica, após ter atingido o status de paradigma, somente é considerada inválida quando existe uma alternativa disponível para substituí-la. [...] decidir rejeitar um paradigma é sempre decidir simultaneamente aceitar outro e o juízo que conduz a essa decisão envolve a comparação de ambos os paradigmas com a natureza, *bem como* sua comparação mútua. (KUHN, 1975, p. 107-108, grifos do autor).

As crises têm como função, no interior da ciência normal, tornar fraca a capacidade do paradigma na resolução dos quebra-cabeças. Sendo assim, um paradigma deixará de ter o mesmo sucesso ao se defrontar com questões que não se encaixam em um processo costumeiro, utilizado pelos cientistas. Segundo Kuhn (1975):

[...] a crise, ao provocar uma proliferação de versões do paradigma, enfraquece as regras de resolução de quebra-cabeças da ciência normal, de tal modo que acaba permitindo a emergência de um novo paradigma. Creio que existem apenas duas alternativas: ou bem as teorias científicas jamais se defrontam com um contra-exemplo, ou bem essas teorias se defrontam constantemente com contra-exemplos (KUHN, 1975, p. 110-111).

A “emergência de um paradigma novo” significa uma reconstrução da área de estudos a partir de novos princípios, reconstrução que altera algumas das generalizações teóricas mais elementares anteriormente tidas como indiscutíveis, bem como os de seus métodos e procedimentos metodológicos. Esse “novo” que resultará de uma revolução científica recebe a denominação kuhniana de “ciência não normal”. As revoluções científicas, principal conceito defendido por Kuhn, em seu livro, são “aqueles episódios de desenvolvimento não – cumulativo, nos quais um paradigma mais antigo é substituído por um novo, incompatível com o anterior. [...] (KUHN, 1975, p. 125). Estes “episódios” ocorrem quando o paradigma vigente torna-se inapto para resolver algum problema que se apresentou à ciência normal, como afirma o físico americano:

[...] as revoluções científicas iniciam-se com um sentimento crescente, também seguidamente restrito a uma pequena subdivisão da comunidade científica, de que o paradigma existente deixou de funcionar adequadamente na exploração de um aspecto da natureza, cuja exploração fora anteriormente dirigida pelo paradigma (KUHN, 1975, p. 126).

Ao mostrar-se incapaz de resolver esse “aspecto da natureza”, o paradigma demonstra uma vulnerabilidade que permitirá a formulação de novos conceitos e procedimentos que farão parte de um “novo” modo de ver e agir no âmbito daquela ciência. O excerto a seguir apresenta o modo como ocorre uma espécie de embate entre o velho e o novo paradigmas:

[...] a escolha entre paradigmas competidores coloca comumente questões que não podem ser resolvidas pelos critérios da ciência normal. A tal ponto- e isto é significativo, embora seja apenas uma parte da questão - que quando duas escolas científicas discordam sobre o que é um problema e o que é uma solução, eles inevitavelmente travarão um diálogo de surdos ao debaterem os méritos relativos dos respectivos paradigmas. Nos argumentos parcialmente circulares que habitualmente resultam desses debates, cada paradigma revela-se-á capaz de satisfazer mais ou menos os critérios que dita para si mesmo e incapaz de resolver aqueles ditados pelo seu oponente visto que nenhum paradigma consegue resolver todos os problemas que define e posto que não existem dois paradigmas que deixem sem solução exatamente os mesmos problemas, os debates entre paradigmas sempre envolvem a seguinte questão: quais são os problemas que é mais significativo ter resolvido? [...] (KUHN, 1975, p. 144).

Partindo dessa constatação em relação ao modo como os defensores de paradigmas empreendem uma disputa quanto à resolução dos problemas mais relevantes da ciência, Kuhn (1975) afirma que eles fazem parte de “mundos” diferentes. A mudança paradigmática representa, então, uma transformação da concepção de “mundo”. E no interior de cada um desses “mundos”, o cientista se restringe à visão proposta:

[...] O cientista não pode apelar para algo que esteja aquém ou além do que ele vê com seus olhos e instrumentos. Se houvesse alguma autoridade superior, recorrendo à qual se pudesse mostrar que sua visão se alterara, tal autoridade tornar-se-ia a fonte de seus dados e nesse caso o comportamento de sua visão tornar-se-ia uma fonte de problemas (tal como o sujeito da experiência para o psicólogo). A mesma espécie de problema surgiria caso o cientista pudesse alterar seu comportamento do mesmo modo que o sujeito das experiências com a forma visual. [...] (KUHN, 1975, p. 149).

O argumento de Kuhn (1975) é que “embora o mundo não mude com uma mudança de paradigma, depois dela o cientista trabalha em um mundo diferente”. (KUHN, 1975, p. 157). Sendo assim, a transformação de “mundos” representada pela mudança paradigmática é exemplificada por um caso na astronomia:

[...] A própria facilidade e rapidez com que os astrônomos viam novas coisas ao olhar para objetos antigos com velhos instrumentos pode fazer com que sintamos tentados a afirmar que, após Copérnico, os astrônomos passaram a viver em um mundo diferente. De qualquer modo, suas pesquisas desenvolveram-se como se isso tivesse ocorrido (KUHN, 1975, p. 152).

O mais interessante é que Thomas Kuhn atribuirá a mudança paradigmática ao “gênio” de Galileu, por exemplo. Para ele, as mudanças ocorrem por intermédios de sujeitos que possuem genialidade para transformar o “mundo” daquela ciência. Essa perspectiva será alvo de crítica pelos estudiosos da filosofia da ciência. Para eles, um indivíduo não pode ser o responsável pelas transformações da ciência normal. Enfim, o aspecto relevante em nossa discussão é a concepção de gênio estar presente em sua explicação da mudança de perspectiva paradigmática. Segundo ele:

Por que ocorreu essa alteração de visão? Por causa do gênio individual de Galileu. Sem dúvida alguma. Mas note-se que neste caso, o gênio não se manifesta através de uma observação mais acurada ou objetiva do corpo oscilante. Do ponto de vista descritivo, a percepção aristotélica é tão acurada como a de Galileu. Quando este último informou que o período do pêndulo era independente da amplitude da oscilação (no caso das amplitudes superiores a 90°), sua concepção do pêndulo levou-o a ver muito mais regularidade do que podemos atualmente descobrir no mesmo fenômeno. Em vez disso, o que parece estar envolvido aqui é a exploração por parte de um gênio das possibilidades abertas por uma alteração de paradigma medieval (KUHN, 1975, p.154).

Sendo assim, Galileu seria um “gênio” pela sua capacidade de percepção das possibilidades de transformação do paradigma, assim como o foi Aristóteles. Há um estatuto próprio para esses agentes de mudança pelas possibilidades que eles enxergam a partir das pequenas lacunas deixadas pelo paradigma em crise. Desse modo, o “cientista que abraça um novo paradigma é como o homem que usa lentes inversoras. Defrontado com a mesma constelação de objetos que antes e tendo consciência disso, ele os encontra, não obstante, totalmente transformados em muitos de seus detalhes.” (KUHN, 1975, p. 156-157).

A “mudança” não significa, segundo Kuhn (1975), o reconhecimento de que todos os adeptos da ciência normal estavam errados ou de que o paradigma é inválido, mas de que houve uma nova “iluminação” naquele campo de estudos, de tal modo que,

para aquele que fez a descoberta, parece que não haveria outro modo, mais coerente e condizente, de se pensar. O físico americano descreve as reações dos cientistas diante transformação do campo paradigmático:

[...] Nesse caso, os cientistas falam frequentemente de “vendas que caem dos olhos” ou de uma “iluminação repentina” que “inunda” um quebra- cabeça que antes era obscuro, possibilitando que seus componentes sejam vistos de uma nova maneira – a qual, pela primeira vez, permite sua solução. Em outras ocasiões, a iluminação relevante vem durante o sonho. Nenhum dos sentidos habituais do termo “interpretação” ajusta-se a essas iluminações da intuição através das quais nasce um novo paradigma. Embora tais intuições dependam das experiências, tanto autônomas como congruentes, obtidas através do antigo paradigma, não estão ligadas, nem lógica, nem fragmentariamente a itens específicos dessas experiências, como seria o caso de uma interpretação. Em lugar disso, as intuições reúnem grandes porções dessas experiências que, a partir daí, será gradativamente ligado ao novo paradigma e não ao velho (KUHN, 1975, p. 158).

Desse modo, a perspectiva kuhniana atribui essa “mudança de mundos” ao próprio cientista. Isso significa que um indivíduo é capaz de encontrar, quando um determinado paradigma se encontra em crise e é vitimado por anomalias que não foram assimiladas no interior da ciência normal, caminhos que levem à mudança estrutural no campo científico. Desse modo,

As operações e medições que um cientista empreende em um laboratório não são “o dado” da experiência, mas “o coletado com dificuldade”. Não são o que o cientista vê – pelo menos até que sua pesquisa se encontre bem adiantada e sua atenção esteja focalizada -; são índices concretos para os conteúdos das percepções mais elementares. Como tais, são selecionadas para o exame mais detido da pesquisa normal, tão- somente porque parecem oferecer uma oportunidade para a elaboração frutífera de um paradigma aceito. As operações e medições, de maneira muito mais clara do que a experiência imediata da qual em parte derivam, são determinadas por um paradigma. A ciência não se ocupa com todas as manifestações possíveis no laboratório. Ao invés disso, seleciona aquelas que são relevantes para a justaposição de um paradigma com a experiência imediata, a qual, por sua vez, foi parcialmente determinada por um mesmo paradigma. Disso resulta que cientistas com paradigmas diferentes empenham-se em manipulações concretas de laboratório diferentes. [...] (KUHN, 1975, p. 162).

Como o intuito de tornar mais inteligível o modo como se opera a transformação dos preceitos e experiências paradigmáticos de uma ciência, Kuhn (1975) expõe uma metáfora: a do pato e do coelho. Essa metáfora visa a tornar evidente a maneira como um aspecto compreendido de uma determinada forma, com base na experiência, passará a ser visto de outro modo, totalmente incongruente com o anterior:

[...] O pato-coelho mostra que dois homens com impressões na retina podem ver coisas diferentes; as lentes inversoras mostram que dois homens com impressões de retina diferentes podem ver a mesma coisa. A psicologia fornece uma grande quantidade de evidência no mesmo sentido e as dúvidas que dela derivam aumentam ainda mais quando se considera a história das tentativas para apresentar uma linguagem de observação efetiva. Nenhuma das tentativas atuais conseguiu até agora aproximar-se de uma linguagem de objetos de percepção puros, aplicável de maneira geral. [...] Elas pressupõem, desde o início, um paradigma, seja na forma de uma teoria científica em vigor, seja na forma de alguma fração do discurso cotidiano; tentam então depurá-lo de todos os seus termos não – lógicos ou não – perceptivos (KUHN, 1975, p. 162-163).

As revoluções que representam essa mudança de concepção de mundo, no entanto, passam despercebidas pela maioria dos cientistas. Elas tornam-se, por um tempo, “invisíveis”, porque enfrentam a “montagem” dos quebra-cabeças da ciência normal e a resistência dos seus adeptos:

[...] Mas é claro que a maior parte das ilustrações, que foram selecionadas por sua familiaridade são habitualmente consideradas, não como revoluções, mas como adições ao conhecimento científico. Poder-se-ia considerar qualquer ilustração suplementar a partir dessa perspectiva e é provável que o exemplo resultasse ineficaz. Creio que existem excelentes razões para que as revoluções sejam quase totalmente invisíveis. Grande parte da imagem que os cientistas e leigos têm da atividade científica criadora provém de uma fonte autoritária que disfarça sistematicamente – em parte devido a razões funcionais importantes – a existência e o significado das revoluções científicas. Somente após o reconhecimento e a análise dessa autoridade é que poderemos esperar que os exemplos históricos passem a ser plenamente efetivos. [...] (KUHN, 1975, p. 173-174).

O problema da “invisibilidade das revoluções” é, sobretudo, relevante, pois é algo que se identifica à história da filologia brasileira: os estudos que evidenciam a

inviabilidade dos procedimentos lachmannianos passam despercebidos aos aderentes do modelo de fatura de uma edição crítica proposto por Lachmann.

Prosseguindo nossa síntese da *Estrutura das Revoluções Científicas*, há um capítulo dedicado aos manuais como fontes dos preceitos e procedimentos metodológicos de que todo cientista iniciante necessita para realizar os seus estudos. Como em nossa dissertação empreendemos, como já anteriormente dissemos, uma leitura crítica dos dois principais manuais da crítica textual neolachmanniana, suas considerações são imprescindíveis para compreendermos o papel de tais livros para um campo de estudos que se concebe como “científico”. Os manuais são fundamentais para a ciência normal porque eles tornam dispensável o exercício da busca de fontes documentárias sobre a história, os conceitos e categorias e as experiências que a definem. Kuhn (1975) atribui aos manuais a qualidade de fontes de autoridade de determinado campo de estudos, pelo fato de serem eles os detentores dos preceitos científicos. Segundo ele,

Quando falo de fonte de autoridade, penso sobretudo nos principais manuais científicos, juntamente com os textos de divulgação e obras filosóficas moldadas naqueles. Essa três categorias [...] possuem uma coisa em comum. Referem-se a um corpo já articulado de problemas, dados e teorias e muito freqüentemente ao conjunto particular de paradigmas aceitos pela comunidade científica na época em que esses textos foram escritos. Os próprios manuais pretendem comunicar o vocabulário e a sintaxe de uma linguagem científica contemporânea. As obras de divulgação tentam descrever essas mesmas aplicações numa linguagem mais próxima da utilizada na vida cotidiana. E a filosofia da Ciência, sobretudo aquela do mundo de língua inglesa, analisa a estrutura lógica desse corpo completo de conhecimentos científicos. [...] Todas elas registram o resultado estável das revoluções passadas e desse modo põem em evidência as bases da tradição corrente da ciência normal. [...] (KUHN, 1975, p. 174).

Os manuais deveriam ser reescritos quando da ocorrência de uma revolução científica, para expor as mudanças pelas quais o campo de estudos passou e que transformaram a direção que até então se considerava a melhor nessa área de pesquisa, no entanto, a sua reescrita costuma ignorar tais episódios importantes da história da ciência e apresentar, dentre as mudanças, apenas àquelas que são de interesse de uma parte do grupo:

No cap. 1 observamos que uma confiança crescente nos manuais ou seus equivalentes era invariavelmente concomitante com a emergência do primeiro paradigma em qualquer domínio da ciência. No capítulo final deste ensaio, argumentaremos que a dominação de uma ciência amadurecida por tais textos estabelece uma diferença significativa entre o seu padrão de desenvolvimento e aquele de outras disciplinas. No momento, vamos simplesmente assumir que, numa extensão sem precedentes em outras áreas, os conhecimentos científicos dos profissionais, bem como dos leigos, estão baseados nos manuais e em alguns outros tipos de literatura deles derivada. Entretanto, sendo os manuais veículos pedagógicos destinados a perpetuar a ciência normal, devem ser parcial ou totalmente reescritos toda vez que a linguagem, a estrutura dos problemas ou as normas da ciência normal se modifiquem. Em suma, precisam ser reescritos imediatamente após cada revolução científica e, uma vez reescritos, dissimulam inevitavelmente não só o papel desempenhado, mas também a própria existência das revoluções que os produziram. A menos que tenham experimentado pessoalmente uma revolução durante sua vida, o sentido histórico do cientista ativo ou do leitor não – especializado em literatura de manual englobará somente os resultados mais recentes das revoluções ocorridas em seu campo de interesse (KUHN, 1975, p. 175).

Desse modo, Kuhn (1975) demonstra como os manuais constroem uma história da ciência por meio da eliminação ou modificação de alguns acontecimentos, e também, por acréscimo de outros, segundo o ponto de vista do paradigma. O excerto a seguir, é importante, pelo fato de descrever o modo como os manuais são escritos e reescritos e a que tipo de expectativa sua escrita corresponde:

[...] os manuais começam truncando a compreensão do cientista a respeito da história de sua própria disciplina e em seguida fornecem um substituto para aquilo que eliminaram. É característica dos manuais científicos conterem apenas um pouco de história seja um capítulo introdutório, seja, como acontece mais freqüentemente, em referências dispersas aos grandes heróis de uma época anterior. Através dessas referências, tanto os estudantes como os profissionais sentem-se participando de uma longa tradição histórica. Contudo, a tradição derivada dos manuais, da qual os cientistas sentem-se participantes, jamais existiu. Por razões ao mesmo tempo óbvias e muito funcionais, os manuais científicos [...] referem-se somente àquelas partes do trabalho de antigos cientistas que podem facilmente ser consideradas como contribuições ao enunciado e à solução dos problemas apresentados pelo paradigma dos manuais. Em parte por seleção e em parte por distorção, os cientistas de épocas anteriores são implicitamente representados como se tivessem trabalhado sobre o mesmo conjunto de problemas fixos e utilizado o mesmo conjunto de cânones estáveis que a revolução mais recente em teoria e metodologia científica fez parecer científicos. Não é de admirar que os manuais e as tradições históricas neles implícitas tenham que ser

reescritas após cada revolução científica. Do mesmo modo, não é de admirar que, ao ser reescrita, a ciência apareça, mais uma vez, como sendo basicamente cumulativa (KUHN, 1975, p. 175-176).

Há, segundo ele, uma consequência para o modo como as ciências são apresentadas nos manuais que se refere à impressão de que o campo científico é “cumulativo e linear”, ou seja, de que as descobertas dão sempre continuidade aos conhecimentos anteriores e não rompem com aquilo que, no passado, se considerou fundamental para os estudiosos. Para o estudioso, “ao disfarçar essas mudanças, a tendência dos manuais a tornarem linear o desenvolvimento da ciência acaba escondendo o processo que está na raiz dos episódios mais significativos do desenvolvimento científico.” (KUHN, 1975, p. 177-178).

Os manuais tornam os episódios de mudanças das ciências parte do processo de montagem de quebra-cabeças, que não afetam o paradigma em vigor, pelo contrário, corroboram o seu poder na resolução de questões e problemas, tornando “as revoluções invisíveis”, como afirma:

[...] Essas distorções tornam as revoluções invisíveis; a disposição do material que ainda permanece visível nos textos científicos implica um processo que, se realmente existisse, negaria toda e qualquer função às revoluções. [...] O manual sugere que os cientistas procuram realizar, desde os primeiros empreendimentos científicos, os objetivos particulares presentes nos paradigmas atuais. Num processo frequentemente comprado à adição de tijolos a uma construção, os cientistas juntaram um a um os fatos, conceitos, leis ou teorias ao caudal de informações proporcionado pelo manual científico contemporâneo (KUHN, 1975, p. 178).

Há um problema nessa questão da escrita dos manuais que expõem o modo cumulativo como a ciência cresceu, que se refere ao fato das “gerações anteriores ocuparam-se com seus próprios problemas, com seus próprios instrumentos e cânones de resolução. E não foram apenas os problemas que mudaram, mas toda a rede de fatos e teorias que o paradigma dos manuais adapta à natureza” (KUHN, 1975, p.178-179).

Desse modo, para o estudioso em questão, a maneira como os cientistas que se interessam por uma determinada área irão compreendê-la sofre a influência dos manuais. Um exemplo de “revolução científica” que Kuhn (1975) apresenta visa a demonstrar, justamente, a importância do reconhecimento de que houve um rompimento

na ciência e de que há uma nova direção, que por sua vez, é apresentada por um dos agentes desse campo de estudo e que não pode ser negligenciado em sua descoberta e contribuição. De acordo com ele,

[...] Boyle foi líder de uma revolução científica que, ao modificar a relação do “elemento” com a teoria e a manipulação químicas, transformou essa noção num instrumento bastante diverso do que fora até ali. Nesse processo modificou tanto a Química como o mundo do químico. Outras revoluções, incluindo a que teve seu centro em Lavoisier, foram necessárias para dar a esse conceito sua forma e função modernas. Mas Boyle proporciona um exemplo tanto no processo envolvido em cada um desses estágios como do que ocorre com esse processo quando o conhecimento existente é incorporado a um manual científico. Mais do que qualquer outro aspecto da ciência, esta forma pedagógica determinou nossa imagem a respeito da natureza da ciência e do papel desempenhado pela descoberta e pela invenção de seu progresso (KUHN, 1975, p. 181).

Chegando os capítulos finais de seu livro, Kuhn (1975), ao discordar de Karl Popper quanto ao método do “falsificacionismo lógico”, afirma que, inevitavelmente, no momento em que dois paradigmas disputam espaço, há sempre embates e concorrência, pois “os proponentes de paradigmas competidores discordam seguidamente quanto à lista de problemas que qualquer candidato a paradigma deve resolver. Seus padrões científicos ou suas definições de ciência não são os mesmos” (KUHN, 1975, p. 188).

O físico em questão define a visão de cada paradigma concorrente como “incomensurável”, uma noção que será, posteriormente, alvo de críticas, por parte dos estudiosos da filosofia da ciência. A incomensurabilidade está relacionada à inexistência de qualquer tipo de contanto entre os paradigmas em questão:

[...] os proponentes de paradigmas competidores praticam suas atividades em mundos diferentes. [...] Isso não significa que possam ver o que lhes aprouver. Ambos olham para o mundo e o que olham não mudou. Mas em algumas áreas vêem coisas diferentes, que são visualizadas mantendo relações diferentes entre si. É por isso que uma lei, que para um grupo não pode nem mesmo ser demonstrada, pode, ocasionalmente, parecer intuitivamente óbvia a outro. [...] Precisamente por tratar-se de uma transição entre incomensuráveis, a transição entre paradigmas em competição não pode ser feita passo a passo, por imposição da Lógica e de experiências neutras. Tal como a

mudança da forma (Gestalt) visual, a transição deve ocorrer subitamente (embora não necessariamente num instante) ou então não ocorre jamais (KUHN, 1975, p. 190).

No processo de mudança paradigmática, caracterizado por tais disputas, é comum, segundo ele, uma persistente resistência dos adeptos da ciência normal que enxergam, no antigo paradigma, a saída para os problemas que estão acostumados a solucionar. Sendo assim, buscam a todo custo diminuir o impacto de uma tal “revolução” que ameaça a sua estabilidade no desenvolvimento do campo de estudos. De acordo com Kuhn (1975):

[...] A resistência de toda uma vida, especialmente por parte daqueles cujas carreiras produtivas comprometeu-os com uma tradição mais antiga da ciência normal, não é uma violação dos padrões científicos, mas um índice da própria natureza de pesquisa científica. A fonte dessa resistência é a certeza de que o paradigma antigo acabará resolvendo todos os seus problemas e que a natureza pode ser enquadrada na estrutura proporcionada pelo modelo paradigmático. Inevitavelmente, em períodos de revolução, tal certeza parece ser obstinação e teimosia e em alguns casos chega realmente a sê-lo. Mas é também algo mais. É essa mesma certeza que torna possível a ciência normal ou solucionadora de quebra-cabeças. É somente através da ciência normal que a comunidade profissional de cientistas obtém sucesso; primeiro explorando o alcance potencial e a precisão do velho paradigma e então isolando a dificuldade cujo estudo permite a emergência de um novo paradigma (KUHN, 1975, p. 191-192).

Nesse sentido, o que caracteriza a ciência é a escolha inicial de um paradigma que, posteriormente, será substituído por outro que resolve, de forma indiscutivelmente melhor, as questões elementares de tal campo de estudos. A não substituição de um paradigma que já não consegue resolver os problemas apresentados pela ciência por outro que melhor o faça configura-se como um estado que não pode ser considerado científico, uma vez que “rejeitar um paradigma sem simultaneamente substituí-lo por outro é rejeitar a própria ciência” (KUHN, 1975, p. 110).

O paradigma antigo começa a perder a credibilidade frente aos cientistas, quando suas resoluções para os problemas já não são mais vistas sem equívocos, como o era anteriormente. Algumas condições, no entanto, são necessárias para que uma revolução ocorra no interior de uma ciência:

[...] se um novo candidato a paradigma tivesse que ser julgado desde o início por pessoas práticas, que examinassem tão – somente sua habilidade relativa para resolver problemas, as ciências experimentariam muito poucas revoluções de importância. Junte-se a isso os contra – argumentos gerados por aquilo que acima chamamos de incomensurabilidade dos paradigmas e as ciências poderiam não experimentar revoluções de espécie alguma (KUHN, 1975, p. 198).

Para o americano, há casos de cientistas que, pela sua resistência ao novo paradigma, entram em um processo que configura um comportamento a-científico, uma vez que, os procedimentos antigos que adotam já não respondem às questões mais importantes naquele campo de estudos:

[...] Embora o historiador sempre possa encontrar homens – Priestley, por exemplo – que não foram razoáveis ao resistirem por tanto tempo, não encontrará um ponto onde a resistência torna-se ilógica ou acientífica. Quando muito ele poderá querer dizer que o homem que continua a resistir após a conversão de toda a sua profissão deixou *ipso facto* de ser um cientista (KUHN, 1975, p. 200, grifos do autor).

O conceito de ciência, na perspectiva progressista de Kuhn (1975), está relacionado a esse tipo cíclico de mudança, que é necessário para a continuidade da área em desenvolvimento. Segundo ele,

[...] o termo ciência está reservado, em grande medida, para aquelas áreas que progridem de uma maneira óbvia. Mais do que em qualquer outro lugar, nota-se isso claramente nos debates recorrentes sobre a cientificidade de uma ou outra ciência social contemporânea. Tais debates apresentam paralelos com os períodos pré-paradigmáticos em áreas que atualmente são rotuladas de científicas sem hesitação. O objeto ostensivo dessas discussões consiste numa definição desse termo vexatório. [...] (KUHN, 1975, p. 202.).

Já os problemas que envolvem as prescrições expostas nos manuais, cujo objetivo é demonstrar como se procede cientificamente em uma determinada área, são mais simples, segundo o estudioso em questão, no caso da “História, Filosofia e Ciências sociais”, já que, justamente nessas áreas do conhecimento, eles possuem maior relevância em comparação com as que fazem parte do campo das ciências exatas:

[...] Em História, Filosofia e nas Ciências Sociais, a literatura dos manuais adquire uma significação mais importante. Mas, mesmo nessas áreas, os cursos universitários introdutórios utilizam leituras paralelas das fontes originais, algumas sobre os “clássicos” da disciplina, outras relacionadas com os relatórios de pesquisas mais recentes que os profissionais do setor escreveram para seus colegas. Resulta assim que o estudante de cada uma dessas disciplinas é constantemente posto a par da imensa variedade de problemas que os membros de seu futuro grupo tentarão resolver no correr do tempo. Mais importante ainda, ele tem constantemente frente a si numerosas soluções para tais problemas, conflitantes e incomensuráveis - soluções que, em última instância, ele terá que avaliar por si mesmo (KUHN, 1973, p. 207).

Os manuais são importantes, justamente, por substituírem a pesquisa documental, a respeito da disciplina: os iniciantes encontram, de forma sintética e simples, as principais informações sobre o campo disciplinar que visam a ingressar, estando, portanto, dispensados da atividade de buscar fontes de informações a seu respeito: “Por que deveria o estudante de Física ler, por exemplo, as obras de Newton, Faraday, Einstein ou Schrödinger, se tudo que ele necessita saber acerca desses trabalhos está recapitulado de uma forma mais breve, mais precisa e mais sistemática em diversos manuais atualizados?” (KUHN, 1973, p. 208).

No que diz respeito aos objetivos da ciência normal, por exemplo, o cientista está preparado e tem à mão aquilo de que necessita para executar seu trabalho. Segundo Kuhn (1975):

[...] Mas para o trabalho científico normal, para a resolução de quebra-cabeças a partir de uma tradição definida pelos manuais, o cientista está equipado de forma quase perfeita. Além disso, está bem equipado para uma outra tarefa – a produção de crises significativas por intermédio da ciência normal. [...] (KUHN, 1975, p. 208).

Sendo assim, contrariamente ao momento em que o paradigma resolve tranquilamente os problemas da ciência normal, no caso de uma “revolução” há um rompimento no encaminhamento dessa ciência, que seguirá novas perspectivas. Esse processo é familiarizado com os acontecimentos da história de uma ciência e passa a ser visto como continuidade desta:

[...] Quando a comunidade científica repudia um antigo paradigma, renuncia simultaneamente à maioria dos livros e artigos que o corporificam deixando de considerá-los como objeto adequado ao escrutínio científico. A educação científica não possui algo equivalente ao museu de arte ou a biblioteca de clássicos. Daí decorre, em alguns casos, uma distorção drástica da percepção que o cientista possui do passado de sua disciplina. Mais do que os estudiosos de outras áreas criadoras, o cientista vê esse passado como algo que se encaminha, em linha reta, para a perspectiva atual da disciplina. Em suma, vê o passado da disciplina como orientado para o progresso. Não terá outra alternativa enquanto permanecer ligado à atividade científica (KUHN, 1975, p. 209).

Portanto, Kuhn (1975) define o desenvolvimento da ciência como “evolucionário”, já que cada novo paradigma é inigualável ao anterior na resolução dos problemas de um campo científico:

[...] Qualquer concepção da natureza compatível com o crescimento da ciência é compatível com a noção evolucionária de ciência desenvolvida neste ensaio. Uma vez que essa noção é igualmente compatível com a observação rigorosa da vida científica, existem fortes argumentos para empregá-la nas tentativas de resolver multidão de problemas que ainda perduram (KUHN, 1975, p. 216).

O físico americano supramencionado notou a necessidade de explicitar alguns conceitos de sua teoria que visa a explicar a “estrutura” daquilo que muda na ciência. Desse modo, apresentou um *Posfácio* (1969)²⁷, com o intuito de tornar menos rigorosas as regras que definem o modo como ocorrem as transformações científicas. Nesse pequeno texto, visa a tornar claros conceitos, como o de paradigma, e torná-lo menos rígido, justamente, para demonstrar sua operacionalidade. Sua tentativa, então, recaí, sobretudo, nas “dificuldades” do conceito de paradigma, que deve ser separado de um outro conceito, o de comunidade científica. Desse modo, sua finalidade é “explicar o que ocorre quando se busca paradigmas examinando o comportamento dos membros da comunidade científica previamente determinada” (KUHN, 1975). Segundo ele,

[...] “paradigma” é utilizado em dois sentidos diferentes. De um lado indica toda constelação de crenças, valores, técnicas, etc..., partilhadas

²⁷ KUHN, Thomas S. A. **Estrutura das Revoluções Científicas**. São Paulo: Perspectiva, 1975.

pelos membros de uma comunidade determinada. De outro, denota um tipo de elemento dessa constelação: as soluções concretas de quebra-cabeças que, empregadas como modelos ou exemplos, podem substituir regras explícitas como base para a solução dos restantes quebra-cabeças da ciência normal [...] (KUHN, 1975, p. 218).

De início, Kuhn (1975) faz uma distinção entre os paradigmas e a estrutura da comunidade: “um paradigma é aquilo que os membros de uma comunidade partilham e, inversamente, uma comunidade científica consiste em homens que partilham um paradigma.” (KUHN, 1975, p. 219). No entanto, o estudioso americano reitera o papel crucial desenvolvido pelo paradigma na definição do fazer científico:

[...] O que muda com a transição à maturidade não é a presença de um paradigma, mas antes a sua natureza. Somente depois da transição é possível a pesquisa normal orientada para a resolução de quebra-cabeças. Em vista disso, atualmente eu consideraria muitos dos atributos de uma ciência desenvolvida [...] como consequências de aquisição de um tipo de paradigma que identifica os quebra-cabeças desafiadores, proporciona pistas para a solução e garante o sucesso do praticante realmente inteligente. Somente aqueles que tiram encorajamento da constatação de que seu campo de estudo (ou escola) possui paradigma estão aptos a perceber que algo importante é sacrificado nessa mudança (KUHN, 1975, p. 223).

Um campo do saber é definido como científico, desse modo, pela existência de um paradigma que direciona um número de cientistas: eles “olham” para aquilo que funciona como uma direção para o desenvolvimento do seu campo de atuação, sendo assim, “um paradigma governa, em primeiro lugar, não um objeto de estudo, mas um grupo de praticantes da ciência. Qualquer estudo de pesquisas orientadas por paradigmas ou que levam à destruição de paradigma, deve começar pela localização do grupo ou grupos responsáveis” (KUHN, 1975, p. 224).

Para tornar menos drástica as características de uma “revolução científica”, Kuhn (1975) ameniza o modo como tal “episódio” transforma o desenvolvimento científico e os efeitos de seu impacto sobre os conhecimentos anteriores:

[...] Para mim, uma revolução é uma espécie de mudança envolvendo um certo tipo de reconstrução dos compromissos do grupo. Mas não necessita ser uma grande mudança, nem precisa parecer revolucionária para os pesquisadores que não participam da comunidade - comunidade composta talvez de menos de vinte e cinco pessoas. É

precisamente porque este tipo de mudança, muito pouco reconhecida ou discutida na literatura da Filosofia da Ciência, ocorre tão regularmente nessa escala reduzida, que a mudança revolucionária precisa tanto ser entendida, enquanto oposta às mudanças cumulativas (KUHN, 1975, p. 225).

O paradigma é o responsável pela unificação dos cientistas em torno dos mesmos critérios e procedimentos que os fazem recorrerem sempre aos mesmos conceitos operacionais, como afirma o estudioso, ao descrever novamente o papel desenvolvido pelo principal elemento de sua teoria:

[...] o que explica a relativa abundância de comunicação profissional e a relativa unanimidade de julgamentos profissionais? Meu texto original permite responder a essa pergunta: um paradigma ou um conjunto de paradigmas. Mas, nesse sentido, ao contrário daquele a ser discutido mais adiante, o termo paradigma é inapropriado. [...] Para os nossos propósitos atuais, sugiro “matriz disciplinar”: “disciplinar” porque se refere a uma posse comum aos praticantes de uma disciplina particular; “matriz” porque é composta de elementos ordenados de várias espécies, cada uma deles exigindo uma determinação mais pormenorizada. Todos ou quase todos os objetos de compromisso grupal que meu texto original designa como paradigmas, partes de paradigma ou paradigmáticas, constituem essa matriz disciplinar e como tais formam um todo, funcionando em conjunto (KUHN, 1975, p. 226).

O estudioso expõe mais algumas características dos paradigmas, mostrando a sua funcionalidade como núcleo do trabalho científico:

Foi este componente dos compromissos comuns do grupo que primeiro me levaram à escolha dessa palavra. Contudo, já que o termo assumiu uma via própria, substituí-lo-ei aqui por exemplares. Com essa expressão quero indicar, antes de mais nada, as soluções concretas de problemas que os estudantes encontram desde o início de sua educação científica, seja nos laboratórios, exames ou no fim dos capítulos dos manuais científicos. Contudo, devem ser somados a esses exemplos partilhados pelos menos algumas das soluções técnicas de problemas encontráveis nas publicações periódicas que os cientistas encontram durante suas carreiras como investigadores. Tais soluções indicam, através de exemplos, como devem realizar seu trabalho. Mais do que os outros tipos de componentes da matriz disciplinar, as diferenças entre conjuntos de exemplares apresentam a estrutura comunitária da ciência. [...] (KUHN, 1975, p. 232).

Desse modo, o físico americano demonstra sua insatisfação com o modo como o conceito de paradigma foi compreendido pelos seus críticos e repete a sua função e influência na compreensão do que se pode denominar de labor “científico”. Sendo assim, Kuhn (1975) afirma que “o paradigma como exemplo compartilhado é o elemento central daquilo que atualmente me parece ser o aspecto mais novo e menos compreendido deste livro” (KUHN, 1975, p.232).

É relevante destacar também a acusação de “subjetivista” de que foi alvo a teoria em questão. O problema, para os críticos do modelo, inicia – se na função do cientista: ele é capaz de fazer descobertas que levarão a uma “revolução científica”. Kuhn (1975), por sua vez, renova sua explicação a esse respeito:

Alguns leitores tiveram a impressão de que eu tentava assentar a ciência em intuições individuais não – analisáveis e não sobre a Lógica e as leis. Mas esta interpretação perde-se em dois pontos essenciais. Primeiro, essas intuições não são individuais - se é que estou falando de intuições. São antes possessões testadas e compartilhadas pelos membros de um grupo bem sucedido. O novato adquire-as através do treinamento, como parte de sua preparação para tornar-se membro do grupo. Segundo, elas não são, em princípio, impossíveis de analisar. Ao contrário, estou presentemente trabalhando com um programa de computador planejado para investigar suas propriedades em um nível elementar (KUHN, 1975, p. 237).

Dando continuidade à explicação, o estudioso afirma, com o objetivo de tornar menos radical a sua posição, que o sentido de se praticar a ciência normal está na maneira como os “objetos são agrupados”:

A prática da ciência normal depende da habilidade, adquirida através de exemplares, para agrupar objetos e situações em conjuntos semelhantes. Tais conjuntos são primitivos no sentido de que o agrupamento é efetuado sem que se responda à pergunta: “similares com relação a quê?” Assim, um aspecto central de qualquer revolução reside no fato de que algumas das relações de similaridade mudam. Objetos que antes estavam agrupados no mesmo conjunto passam a agrupar-se em conjuntos diferentes e vice-versa. [...] (KUHN, 1975, p. 246-247).

Ao final desse texto que visa a retificar algumas noções de sua teoria e reafirmar outras, Kuhn (1975) defende o seu trabalho das acusações de “relativismo”:

[...] Eles consideram relativista minha perspectiva, particularmente na forma em que está desenvolvida no último capítulo deste livro. Minhas observações sobre a tradução iluminam as razões que levam à acusação. Os defensores de teorias diferentes são como membros de comunidades de cultura e linguagem diferentes. Reconhecer esse paralelismo sugere, em certo sentido, que ambos os grupos podem estar certos. Essa posição é relativista, quando aplicada à cultura e seu desenvolvimento (KUHN, 1975, p. 251).

Portanto, em suas considerações, a teoria vai muito além das acusações de relativismo apontadas pelos seus críticos, uma vez que “quando aplicado à ciência, ela pode não sê-lo e, de qualquer modo, está, longe de um simples relativismo - num aspecto que meus críticos não foram capazes de perceber” [...] (KUHN, 1975, p. 252). De qualquer modo, seu modelo está, conforme os críticos, voltado para descrição da estrutura da ciência e também para o seu aspecto prescritivo ou “normativo”.

Em seu livro, Isaac Epstein (1988) empreende uma análise minuciosa da validade e pertinência da *Estrutura das Revoluções Científicas*, como fonte de explicação do desenvolvimento da ciência, escrutinando, inicialmente, sua comprovação pela historiografia, ou pelo “contexto de justificação”, e, em seguida, realizando o mesmo em relação ao “contexto de descoberta”, com o intento de demonstrar a maneira como Thomas Kuhn constrói o seu aparato explicativo da mudança científica a partir da história da Física. Epstein (1988) propõe-se a analisar a validade da teoria formulada por Kuhn (1975) e, nas partes iniciais do seu livro, discutir o estatuto participativo “dos agentes no próprio processo descrito” (EPSTEIN, 1988, p.60). O autor parte dos seguintes questionamentos:

O texto de Kuhn descreve a estrutura das revoluções científicas e com isso propõe um esquema inteligível para a transformação do saber científico. Serão as revoluções científicas causadas por *fatores internos* à própria prática científica, ou dependem de parâmetros psicossociais ou sociológicos, isto é, de *fatores externos*? Mesmo, porém, que a contribuição dos fatores externos seja apenas parcial [...] a importância que atribuímos ao enfoque hermenêutico prende-se à relevância que ele dá à possibilidade de os atores envolvidos (cientistas ou comunidades de cientistas) poderem intervir no processo social do qual participam (no caso das revoluções científicas) (EPSTEIN, 1988, p. 59-60, grifos do autor).

De início, algumas críticas direcionadas ao modelo kuhniano estão relacionadas aos principais conceitos formulados para elucidar uma mudança e,

sobretudo, ao modo como uma revolução científica ou, para Epstein (1988), um “corte epistemológico”, ocorre. De acordo com ele, se pensarmos que as formulações kuhnianas estão corretas, o desenvolvimento da ciência segue uma sequência de processos que se repetem após um determinado período de tempo:

[...] No momento imaginaremos as consequências do fato de, hipoteticamente, a evidência historiográfica confirmar satisfatoriamente o modelo proposto por Kuhn, isto é, o desenvolvimento das ciências passa pelas fases pré-paradigmáticas, ciência normal, ocorrência de anomalias assimiladas, emergência de crises ocasionadas pelas anomalias não-assimiladas, emergência da revolução científica com mudança de paradigma (EPSTEIN, 1988, p. 62).

A proposta inicial de seu livro é verificar se há plausibilidade nas mudanças de paradigma que configuram a *Estrutura das Revoluções Científicas*, tal como descritas no modelo, do ponto de vista da historiografia e escrutinar o modo como agentes, como por exemplo, os cientistas, interferem nessa mudança. Em seguida, na segunda parte do livro, o estudioso intenta a elucidação da sistematização de Kuhn (1975) a partir das suas principais referências.

As críticas direcionadas ao modelo kuhniano são em número significativo, segundo o estudioso. A princípio, elas são citadas apenas para discernir o lugar de onde Thomas Kuhn fala ao propor uma teoria que explique as transformações de perspectivas na ciência. A conclusão a que chega o estudioso é que o físico americano é um epistemólogo, que supõe uma continuidade no desenvolvimento da ciência, uma vez que são identificados três momentos de distintos estados no campo científico: pré-paradigmático, paradigmático (ciência normal), revolução científica (ciência extraordinária).

Um ponto que Epstein (1988) tomará também como objeto de crítica é a inserção de um ser, um indivíduo, que é capaz de encontrar pontos que levarão a ciência à crise, ou seja, o cientista. É o grau e a qualidade da intervenção deste um dos pontos em que se detém o estudioso. E assim também aspectos que, em sua visão, são imprecisos na teoria de Kuhn (1975), como o conceito de “normal” na ciência, o de “paradigma” e o de “crise”. A essa imprecisão, Epstein (1988) atribui uma característica ao modelo kuhniano: a subdeterminação.

Segundo ele, para Lakatos (apud Epstein, 1988), Thomas Kuhn (1975) parte da psicologia social, inserindo os cientistas como agentes ativos de modificação dos paradigmas, ao expor sua teoria. Essa crítica também foi empreendida por Popper (apud EPSTEIN, 1988) ao repetir que conceitos psico-sociológicos aparecem nos exemplos kuhnianos.

Considerando a possibilidade de que os pressupostos apresentados na sistematização em questão estejam corretos, Epstein (1988) questiona: se “podemos considerar a proposta de Kuhn, ela própria, como paradigmática?” (EPSTEIN, 1988, p. 67). Com essa questão, Epstein (1988) deseja voltar os critérios metodológicos de desenvolvimento da ciência para a própria teoria kuhniana:

[...] A questão que propomos, no entanto, é a seguinte: podemos aceitar a ideia de que a nova filosofia da ciência e, em particular, as “estruturas das revoluções científicas” kuhnianas representam um novo paradigma em relação à “velha filosofia da ciência” (princípios do empirismo lógico, relevância do contexto da justificação etc.), novo paradigma no sentido que o próprio Kuhn dá a este termo? Em outras palavras, a questão é de se saber se a descrição de *revolução científica, mudança de paradigma* etc., de Kuhn, se aplica à sua própria proposta em relação à “velha filosofia da ciência”. [...] (EPSTEIN, 1988, p. 68, grifos do autor).

Os problemas de uma auto – reflexão da teoria referem-se à sua substituição por outro modelo que, depois de um certo período de tempo, responderia de forma mais satisfatória aos questionamentos da filosofia da ciência. Segundo ele, se a historiografia for capaz de confirmar a teoria de Kuhn (1975), “é possível perguntar que mal pode fazer a possibilidade de contradição proveniente da auto-referência da teoria de Kuhn, se verdadeiras as hipotéticas condições de nosso experimento imaginário?” (EPSTEIN, 1988, p. 72)

A definição do grau em que o modelo kuhniano reflete sobre si mesmo é complexa de ser precisada, segundo ele, restando então abandonar essa perspectiva analítica e, inicialmente, voltar às reflexões que se referem às possibilidades de sua comprovação na historiografia. Nesse sentido, é preciso escrutinar também a sequência proposta no que diz respeito à mudança paradigmática, como “real” ou “ideal”, para ajuizar a confirmação ou refutação de uma suposta continuidade nesse processo:

Se é um truísmo admitir-se que o conhecimento científico tem evoluído sensivelmente, pelo menos nos últimos três séculos, algumas questões podem surgir quando se trata de analisar as propostas teóricas de Kuhn: a primeira delas é de saber se as fases kuhnianas (pré-paradigmática, paradigmática e revolucionária) ocorreram na história da ciência, ou são apenas descrições de “tipos ideais”, estilização de um processo que, em realidade, é um contínuo de pequenas mudanças que se entrelaçam; a segunda é: se a ciência intraparadigmática é, para Kuhn, como um jogo disputado por uma determinada comunidade científica e de acordo com certas regras, como o grau de convencionalismo introduzido pela ideia de jogo pode afetar a comunicabilidade entre paradigmas sucessivos e, neste caso, qual afinal o elo de continuidade que nos permite chamar essas fases que se sucedem de “científicas”? (KUHN, 1988, p. 74).

Segundo ele, a questão da continuidade entre as fases pelas quais a ciência passa na tese kuhniana foi alvo de análise por alguns estudiosos, que apontaram a existência de fragilidades da crença nessa separação total de processos. As críticas recebidas, juntamente com o elevado número de casos que não se encaixaram em sua proposta de desenvolvimento científico, levou Thomas Kuhn a relativizar sua posição, no que respeita à total falta de comunicação entre *ciência normal* e *ciência extraordinária*.

Desse modo, ao falar da relação entre o contínuo, representado pela *ciência normal*, e uma suposta descontinuidade representada pela *ciência extraordinária*, Epstein (1988) chega aos vários comentários e críticas do empreendimento de Kuhn (1975), como o fato relevante de que, no contexto da primeira ciência, há uma defesa da ausência de críticas, pois o paradigma não é atingido por elas, uma vez que se torna a “lei” da ciência. O que, sobretudo, o estudioso de filosofia da ciência visa a demonstrar é a inverossimilhança da falta de crítica, reflexão ou discordância por parte dos cientistas e demais estudiosos filiados ao campo científico, em relação ao paradigma. O paradigma kuhniano como já o dissemos, por um período significativo de tempo, permanece imune ao que lhe é contrário. Epstein (1988) trata, nesse contexto, de estudos que discutem a possibilidade da ausência de crítica significar um retrocesso, um retorno ao não científico. Lançando mão do estudo de Watkins (1970, apud EPSTEIN, 1988), Epstein (1988) fala das incongruências na teoria de Kuhn (1975), nesse aspecto:

“Minha tese será a de que um novo paradigma jamais poderia emergir da ciência normal, tal como foi caracterizado por Kuhn”. Sua argumentação neste ponto, no fundo, é supor que a ausência do espírito crítico, durante a ciência normal, impede a proliferação de

hipóteses alternativas que possam desafiar as premissas do paradigma vigente (EPSTEIN, 1988, p. 76).

Sendo assim, a ideia de que a ciência não é atingida por críticas, por um certo período de tempo, é questionável. A resistência da ciência normal ao que lhe é estranho, enquanto não apareçam anomalias que já não possam ser assimiladas no processo “normal” de desenvolvimento, parece, para o estudioso em questão, pouco verossímil.

Se pensarmos na “inércia intelectual” que caracteriza a corrente lachmanniana de crítica textual, veremos que tal como a ciência normal, unificada pelo paradigma, os conceitos críticos, as categorias de análise, bem como os procedimentos metodológicos e os exemplos que corroboram os preceitos não se modificam, aliás, para eles a fase de ciência normal atravessa os tempos e não sofre ruptura, ou seja, o que caracteriza a filologia, na perspectiva desse método crítico, é um único estado de ciência normal que perdura desde o século XIX, quando Karl Lachmann formulou o método de trabalho que, no primeiro capítulo de nossa dissertação, descrevemos e criticamos. Como em outro momento dissemos, Spina (1977) e Azevedo Filho (1987), no Brasil, foram responsáveis pela sistematização da finalidade e dos procedimentos metódicos da crítica textual que permanecem inalterados: tanto o objetivo da crítica textual quanto os procedimentos críticos são os mesmos para uma maioria de estudiosos, para os quais não houve, se continuarmos utilizando os conceitos de Kuhn (1975), “revolução científica”. Desse modo, torna-se muito questionável a manutenção dessa postura pelo fato de que os aderentes ao lachmannismo reclamam para a filologia um estatuto científico que não passa pelo mesmo processo descrito pelo físico americano, como necessário ao desenvolvimento da ciência, ou não passa por mudança, ruptura ou, como afirma Epstein (1988), descontinuidade. Nesse sentido, ao falarmos dessa manutenção, tratávamos da ausência da crítica no âmbito da ciência normal o que, segundo Epstein (1988), também que dizer que os estudos se pautam pelo “dogmatismo” (p. 76), uma característica perceptível na filologia lachmanniana. O maior problema, talvez, seja a defesa de uma postura científica, que pressupõe uma unificação e centralização, semelhante à proposta kuhniana, alheia às críticas que lhe são destinadas, já que a filologia é uma disciplina de cunho histórico.

Outra questão que levou muitos interessados em filosofia da ciência aos questionamentos e às discussões foi a afirmação de Kuhn (1975) de que os paradigmas concorrentes são “incomensuráveis.” Os principais críticos, segundo Epstein (1988),

foram Popper que, em seu embate com Kuhn (1975), defendeu uma posição contrária, Feyerabend (apud Epstein 1988) e Lakatos (apud Epstein 1988), que trataram da questão, retornando aos conceitos de falsificacionismo metodológico e falsificacionismo dogmático.

É profícuo para a nossa discussão apresentarmos a teoria falsificacionista do desenvolvimento da ciência, uma vez que algumas das críticas direcionadas ao modelo kuhniano estão embasadas em seus preceitos. Segundo Chalmers (1993), o falsificacionista, contrariamente ao indutivista, propõe a explicação do fazer científico pela união entre a observação e a teoria. Desse modo, os fatos são observados a partir de um direcionamento que a teoria concede:

O falsificacionista admite livremente que a observação é orientada pela teoria e a pressupõe. Ele também abandona com alegria qualquer afirmação que faz supor que as teorias são interpretadas como conjecturas especulativas ou suposições criadas livremente pelo intelecto humano no sentido de superar problemas encontrados por teorias anteriores e dar uma explicação adequada do comportamento de alguns aspectos do mundo ou universo. [...] A ciência progride por tentativa e erro, por conjecturas e refutações. Apenas as teorias mais adaptadas sobrevivem. Embora nunca se possa dizer legitimamente de uma teoria que ela é verdadeira, pode-se confiantemente dizer que ela é a melhor disponível, que é melhor do que qualquer coisa que veio antes (CHALMERS, 1993, p. 64).

Nesse sentido, para o falsificacionista algumas teorias serão eliminadas porque deverão passar por um processo de teste que determinará o seu “grau de informatividade”: apenas àquelas que são “falsificáveis” deverão ser consideradas pelos cientistas como estudos que trazem alguma contribuição ao desenvolvimento da ciência. Segundo ele:

O falsificacionista vê a ciência como um conjunto de hipóteses que são experimentalmente propostas com a finalidade de descrever ou explicar acuradamente o comportamento de algum aspecto do mundo ou do universo. [...] Há uma condição fundamental que toda hipótese ou sistema de hipóteses deve satisfazer para ter garantido o status de lei ou teoria científica. Para fazer parte da ciência, uma hipótese deve ser *falsificável* (CHALMERS, 1993, p. 66, grifos do autor).

Ser “falsificável” significa apresentar alguns pontos nos quais é possível testar a sua veracidade ou capacidade para responder algumas questões propostas, pois “uma teoria é falsificável se existe uma proposição de observação ou um conjunto delas logicamente possíveis que são inconsistentes com ela, isto é, que se estabelecidas como verdadeiras, falsificariam a hipótese” (CHALMERS, 1993, p. 66).

Chalmers (1993) afirma que as teorias que conseguem sobreviver a um número razoável de proposições falsificadoras conseguirão um número maior de seguidores. Uma característica importante dessa teoria é então a crença de que a ciência se desenvolve de modo “progressivo” e “evolutivo”. Nesse sentido, o estudioso mencionado é contrário à exclusão das teorias que não passam no teste falsificação, pois para ele, elas, embora sejam facilmente falsificáveis, não devem ser descartadas pelo cientista pelo simples fato de que, o tempo e o desenvolvimento de novos conhecimentos poderão conduzir justamente àquilo que foi desqualificado. Nesse sentido, o trabalho do falsificacionista consiste em

Falsificar teorias e substituí-las por outras melhores, que demonstrem maior possibilidade de serem testadas. Confirmações de teorias novas são importantes na medida em que provam que uma nova teoria é um aperfeiçoamento da teoria que está sendo substituída; a teoria é falsificada pela evidência trazida à luz com a ajuda e confirmação da nova teoria. Uma vez que uma teoria audaciosa recém- proposta teve sucesso em sua concorrente, ela se torna um novo alvo para o qual os testes devem ser dirigidos, testes projetados com a ajuda de teorias ulteriores audaciosamente conjecturadas (CHALMERS, 1993, p. 87).

As incongruências dessa teoria ficam evidentes quando são realizados “testes realistas” ou práticos que demonstram os vários meios pelos quais uma proposição pode ser falsificada, gerando a necessidade de que sejam produzidas “suposições auxiliares”, cujo papel é proteger a tese principal de falhas que a levem à desqualificação. Por essas dificuldades no momento de ser testada, “uma teoria não pode ser conclusivamente falsificada, porque a possibilidade de que alguma parte da complexa situação do teste, que não a teoria em teste, seja responsável por uma previsão errada não pode ser descartada” (CHALMERS, 1993, p. 95).

Há outros problemas na teoria falsificacionista que evidenciam a complexidade de sua operacionalização, como por exemplo, o modo como um conjunto de

proposições pode sempre se desviar de testes que levem a sua falsificação e consequente impertinência.

Aos aderentes dessa corrente de explicação do desenvolvimento da ciência restarão também os tropeços representados pelo fator histórico. Segundo Chalmers (1993), muitas das proposições que não resistiram aos testes de falsificabilidade, após um período de tempo, foram retomadas e representaram mudanças indispensáveis para o campo científico. Isso comprova segundo ele, a impertinência da desqualificação das teorias que são falsificadas. Por isso, estudos posteriores tiveram a finalidade de tornar mais operacional e coerente essa teoria, dentre eles destacam – se os Programas de Pesquisa de Lakatos (apud Chalmers, 1993).

Segundo Epstein (1988), a confirmação historiográfica da teoria de Kuhn (1975) se confronta com a “subdeterminação” da ciência devido aos fatores que lhe são externos, como, por exemplo, a qualidade e a quantidade das anomalias e o quanto a ruptura de um modelo científico e o surgimento de outro são devidos aos fatores internos ao sistema e não a fatores externos, como os sociológicos.

Kuhn (1975) confirma suas hipóteses a partir de exemplos da Física que se encaixam em seu modelo de demonstração de como algumas descobertas nessa área representaram mudanças tão “sem precedentes”, que exigem do campo de estudos uma reorganização. Devido a isso, Epstein (1988) procede ao exame da proposta kuhniana no que respeita à sua confirmação pelas “evidências historiográficas”:

Um exame da obra de Kuhn e dos comentários de seus críticos exibiram tanto casos, confirmando a diacronia ciência normal- ciência extraordinária – ciência normal, quanto outros, negando a sua existência pelo menos, na forma de diacronia distinta. Os cortes, as mudanças radicais não são negados por muitos desses críticos, e o ponto mais polêmico parece ser, de um lado, a possível nitidez das fases contínua e descontínua da evolução da ciência e, de outro, o seu imbricamento, mais ou menos contínuo, à semelhança de uma transformação como a evolução biológica (EPSTEIN, 1988, p. 82).

De acordo com ele, o escrutínio da obra de Kuhn (1975) e também da obra daqueles que o criticaram demonstra a impossibilidade de uma conclusão a respeito da confirmação de suas hipóteses pela historiografia. Sendo assim, o autor afirma que há algo que aproxima as formulações de Kuhn (1975) das de Lakatos (apud Epstein 1988) e de Popper (apud Epstein 1988), por exemplo, dois dos seus críticos, que é a

“subdeterminação do sistema da ciência, do núcleo resistente ou do paradigma respectivamente, que os torna, até certo ponto, capazes de absorver as anomalias” (EPSTEIN, 1988, p. 83).

Para solucionar o problema da subdeterminação dos sistemas de explicação da mudança no campo científico, Epstein (1988) apresenta as alternativas de vários estudiosos e demonstra o quão pertinente se demonstra a versão fraca da tese de Duhem – Quine, segundo a qual “o espaço de manobra deixa lugar para as decisões racionais do falsificacionismo metodológico de Lakatos” (EPSTEIN, 1988, p. 84). Mas o estudioso pondera a resolução desse problema afirmando que:

Se, por um lado, o processo histórico da transformação da ciência (como qualquer outro processo histórico) é único, e se a evidência historiográfica confirmar tanto a ocorrência de episódios que se conformam estritamente às “estruturas das revoluções científicas”, como a de episódios que apresentam matizações ou desvios em relação ao modelo kuhniano, ou seja, episódios *evolucionários*, como os interpreta Toulmin, coexistência temporal das fases kuhnianas, como alega Popper etc., isto pode significar que, dentro da unicidade da evolução histórica da ciência, o espaço da subdeterminação da interpretação fraca da tese de Duhem – Quine pode ter sido ocupado por diferentes configurações do que se costuma chamar de *fatores externos*, característicos do contexto da descoberta (EPSTEIN, 1988, p. 85-86, grifos do autor).

A partir da constatação de que o critério do “contexto de justificativa” ou demonstração da pertinência da teoria partindo da historiografia, não permite chegar a uma análise satisfatória do livro de Kuhn (1988), o estudioso anteriormente mencionado propõe-se a analisá-lo partindo do critério de “contexto de descoberta” ou do “modo como o pensador descobre seu teorema” (EPSTEIN, 1988, p. 87). A proposta é uma análise das referências bibliográficas de Kuhn (1975) para a formulação da teoria em questão, com o intuito de demonstrar o modo como as rupturas na ciência são inteligíveis conforme esse modelo interpretativo.

De início, Thomas Kuhn (1975) rompe com o empirismo lógico, pela sistematização do modo como a mudança ocorre na ciência, mas suas formulações não são passíveis de apropriação independentemente dos fatores externos. Segundo Epstein (1988):

A sua originalidade foi, portanto, a de demonstrar um modelo abstrato, empregando conceitos genéricos como ciência normal, ciência extraordinária, paradigmas, crise etc., cada qual correspondendo a certas características definidas da prática científica, mas que não se condicionavam a qualquer fator externo de natureza sócio-político-econômico, a não ser a algumas características de natureza psicossocial das comunidades de cientistas (EPSTEIN, 1988, p. 89).

O estudioso aponta três características do modelo kuhniano que definem a inteligibilidade daquilo que constitui o fazer científico, bem como do modo como as rupturas ocorrem no âmbito da ciência:

1. Realidades paradigmáticas regidas por premissas implícitas no próprio paradigma e que incluem, na prática científica, tanto o corpo conceitual teórico como os enunciados de observação. Esses paradigmas são, no entanto, e pelo menos parcialmente, incomensuráveis e irreduzíveis entre si.
2. Evolução do conhecimento científico, na qual cada fase homogênea é sacudida, ao fim de certo tempo, por uma revolução e sucedida por outra fase homogênea, porém heterogênea em relação à fase anterior.
3. Ciência nas fases homogêneas (ciência normal, regida por um paradigma), como um jogo com regras arbitrariamente convencionadas e com seus próprios sistemas de regulação e controle até certo ponto independente da contra - evidência empírica (EPSTEIN, 1988, p. 90).

A noção de “paradigma”, segundo ele, aponta ambiguidades na sistematização da mudança na área da física, pela ausência de um conceito que seja válido em todos os exemplos de que o físico americano lança mão para corroborar sua teoria:

O termo paradigma não tem, no texto de Kuhn, uma definição explícita a partir da qual possa ser derivado um procedimento para o reconhecimento e identificação inequívocos de um determinado paradigma, a partir de certas características explícitas do desempenho de dada comunidade de cientistas em relação à prática de uma determinada tradição científica (EPSTEIN, 1988, p. 90).

Devido às dificuldades na operacionalização desse conceito, Kuhn (1975) optará, como está escrito no *Posfácio* (1969), pela inserção de outro termo, a “matriz

disciplinar”, na tentativa de tornar menos impreciso o conceito chave de sua teoria. Segundo Epstein (1988):

O próprio autor (1973, p. 182) acabará por reconhecer, mais tarde, a precedência da crítica feita à excessiva ambiguidade do conceito de paradigma e sugerirá o termo matriz disciplinar como intermediário entre teoria e paradigma. Essa dificuldade resulta inclusive da dificuldade em estabelecer, por meio de uma definição, a extensão do conjunto das técnicas e dos problemas característicos de um paradigma que identifica determinado período de ciência normal. A polêmica universalismo versus relativismo é tradicional na história da filosofia e poderia ser descentralizadora na filosofia da ciência atual, nos polos extremos da ideia da ciência unificada, por um lado, e em um relativismo como o de Kuhn, com seus paradigmas soberanos etc., de outro. A noção de paradigma tem, no entanto, um antecedente próximo nas pressuposições absolutas, que, para Collingwood (1940, p. 51-5) caracterizaram um padrão de pensamento em sua totalidade (EPSTEIN, 1988, p. 91).

Uma questão que sempre retorna, pelos problemas que apresenta, segundo o referido estudioso e que se torna evidente em uma análise mais detida da sistematização kuhniana, pouco clara em seu livro, é a da “incomensurabilidade” entre os paradigmas, que é determinada pela noção de que há uma total separação entre os “dois mundos”, cuja comunicabilidade entre si é impossível:

A competição entre paradigmas, continua Kuhn (1973, p. 48), não é o tipo de batalha que pode ser resolvido por meio de provas. As razões para isto “foram coletivamente chamadas de incomensurabilidade entre as tradições pré- pós –revolucionária” e, portanto, “a comunicação através da revolução é inevitavelmente parcial” (1973, p. 149). O que é, afinal, a incomensurabilidade entre paradigmas? Ele não explicita essa diferença, mas diz (1973, p. 150): “Em um sentido que não posso explicar melhor, os proponentes de paradigmas praticam suas transações em mundos diferentes”. E continua: “Praticando em mundos diversos, os dois grupos de ciência vêem coisas diferentes quando olham para o mesmo ponto, na mesma direção” (EPSTEIN, 1988, p. 93).

A explicação da “incomensurabilidade” por intermédio dos “mundos” distintos se somam às imprecisões do livro de Kuhn (1975) e à falta de definições que poderiam explicitar a sua aplicabilidade, segundo o estudioso anteriormente mencionado. Essa questão ambígua é ilustrada por Kuhn (1975) por uma metáfora, que mencionamos

anteriormente, quando descrevemos o modelo em questão, a do pato e do coelho: em um estado da teoria vê-se um pato, quando há mudança, um coelho. Epstein (1988) se questiona a respeito do estatuto dessa mudança, já que poderia ser empírica, conceitual, ideológica, linguística, etc. Há, segundo ele, uma relação entre a representação do pato e do coelho e a *psicologia da Gestalt*.

A noção de incomensurabilidade demonstra o vínculo entre o modelo proposto por Kuhn (1975) e o relativismo, vínculo esse que ao estudioso americano não pareceu coerente e justo com o seu modelo, como demonstramos nas considerações presentes em seu *posfácio* de 1969. No entanto, para Epstein (1988) algumas referências utilizadas por ele proporcionaram essa característica à teoria, como sua menção à proposta de Sapir – Worf e aos estudos sobre o desenvolvimento da criança de Piaget. De qualquer forma, é possível, segundo o estudioso de filosofia da ciência, desmistificar a pertinência da existência de algo desse tipo entre os paradigmas concorrentes:

O que é afinal, a incomensurabilidade entre teorias científicas? É a impossibilidade de encontrar-se um termo ou medida comum a partir dos quais seja possível comensurá-los. As teorias, porém, não têm contrapartida em objetos reais como patos e coelhos. São construções ou estruturas abstratas e formuladas a partir de elementos culturais disponíveis ou criados: conceitos, fórmulas matemáticas etc. Uma outra diferença entre a incomensurabilidade implicada na figura do pato e do coelho e a que existe entre teorias científicas está em que o cientista não vê alternativamente algo (um fenômeno) como elemento do pato (elemento da teoria 1) e o mesmo algo (o mesmo fenômeno) como elemento do coelho (teoria 2). Isto só poderá ocorrer *post hoc*, no caso das revoluções científicas (EPSTEIN, 1988, p. 101).

Em meio às discussões do que configura o contexto de descoberta, o crítico supramencionado defende que há pontos de contatos entre os paradigmas divergentes que os tornam em certa medida comensuráveis, contrariamente ao que afirma Kuhn (1975), em seu livro, já que “mesmo nas mudanças científicas mais radicais constatadas na historiografia da ciência, algo invariante transita de um paradigma a outro, tornando-o, sob algum aspecto, comensuráveis” (EPSTEIN, 1988, p. 101).

Partindo para análise do conceito de “revolução científica” propriamente, é perceptível, segundo ele, uma implicação entre ciência normal e revoluções científicas: se há ciência normal, há também revoluções científicas que dão origem a novos

paradigmas. Nesse sentido, a primeira noção relevante desse processo é o de “crise”, no entanto, a definição desse termo também é problemática na proposta em questão:

O que é, afinal, a crise? Krisis significava, na evolução de um processo incerto, o momento de decisão. Essa decisão (assim entendida) equivale a um grau de indeterminação no processo referido. No caso das revoluções científicas, a decisão ocorre na opção entre o velho e o novo paradigma: o velho saturado de anomalias já mal absorvidas e que introduzem contradições na articulação de suas premissas; o novo, que já deve estar disponível, para que possa haver a decisão referida, explica as anomalias e abre um campo com nova estrutura (EPSTEIN, 1988, p. 104).

Esse processo iniciado pela crise, de substituição de paradigmas, se pauta, em primeiro lugar, em uma continuidade no conhecimento, e em seguida uma descontinuidade, representada pelo novo. Segundo o autor, esse processo pode ser definido como progressista, na medida em que, a revolução representa uma mudança tal que não possui termos de comparação com os conhecimentos anteriores e chega ao ponto de distanciar-se completamente deles. De acordo com ele,

[...] Pensar nessa analogia entre as teorias de Piaget e as de Kuhn significa atribuir à evolução do saber científico, à maturação e substituição de paradigmas, à ocorrência sucessiva das revoluções, um amadurecimento crescente, um progresso do saber científico rumo a níveis cada vez mais desenvolvidos e, se levada ao limite, à analogia com a idéia de uma ciência estável, madura e, de alguma forma, final (EPSTEIN, 1988, p. 105).

Ao expor uma leitura crítica dos métodos científicos até o seu tempo produzidos, Chalmers (1993) parte da admiração que o epíteto “científico” recebe nas mais diversas áreas de estudo. Para ele, tal modo de ver a “ciência” influi, de forma significativa, no modo como a filosofia da história apresenta os seus desenvolvimentos. Em seu instigante livro, *O que é ciência, afinal?*²⁸ visa a discutir o modo como os estudos que diligentemente se qualificam de “científico” demonstram o seu próprio funcionamento, por uma comparação com disciplinas, como por exemplo, a Física, que

²⁸ CHALMERS, Alan F. **O que é ciência, afinal?** Tradução Raul Fiker. 1. Ed. São Paulo: Brasiliense, 1993.

se constitui, pelo seu suposto caráter objetivo, como uma espécie de demonstração de efetividade e garantia daquilo que é proposto. A sua tese é a de que não há meios que possibilitem a comprovação de forma definitiva de que uma metodologia científica seja válida ou inválida. O estudioso mencionado se detém ainda na questão do tempo histórico de produção das teorias e enfatiza a importância da consideração desse aspecto por parte daqueles que aderem às ideias disponíveis a qualquer estudioso, a respeito do modo como se deve praticar a ciência. Para o nosso estudo, suas considerações são profícuas porque englobam o modelo kuhniano de desenvolvimento e mudança científicos.

Chalmers (1993) traça algumas das características da teoria kuhniana demonstrando as suas principais falhas. Para ele, a “relatividade” dessa teoria está implicada na dependência que o desenvolvimento científico tem dos indivíduos e grupos, uma vez que os grupos e os cientistas são responsáveis tanto pelo estabelecimento de um paradigma como pelas revoluções que levarão à mudança.

É interessante notar que, para o estudioso em questão, duas características são relevantes na teoria de Kuhn: o destaque à mudança:

[...] Uma característica – chave de sua teoria é a ênfase dada ao caráter revolucionário do progresso científico, em que uma revolução implica o abandono de uma estrutura teórica e sua substituição por outra, incompatível. Um outro traço essencial é o importante papel desempenhado na teoria de Kuhn pelas características sociológicas das comunidades científicas (CHALMERS, 1993, p. 123).

Conforme a citação, Kuhn (1975) se apoia em dois importantes fundamentos para compor seu modelo interpretativo da mudança científica, o progresso e o aspecto sociológico das comunidades. Por outro lado, Chalmers (1993), assim como Epstein (1988), afirma que o paradigma é a base do modelo kuhniano, pois “a existência de um paradigma capaz de sustentar uma tradição da ciência normal é a característica que distingue a ciência de não – ciência, segundo Kuhn (CHALMERS, 1993, p. 125).

Segundo ele, há na ideia de paradigma, “uma ilusão de uma definição precisa”, pelo fato de que são apresentados alguns elementos que o compõem:

[...] Entre os componentes estarão leis explicitamente declaradas e suposições teóricas comparáveis aos componentes do núcleo irreduzível de um programa de pesquisa lakatosiano. [...] Os paradigmas devem também incluir maneiras padrão de aplicação das leis fundamentais a uma variedade de tipos de situação. Por exemplo, o paradigma newtoniano deverá incluir métodos para aplicar as leis de Newton aos movimentos planetários, aos pêndulos, às colisões de bolas de bilhar e assim por diante. [...] Finalmente todos os paradigmas conterão algumas recomendações metodológicas muito gerais tais como “Faça tentativas sérias para o seu paradigma corresponder à natureza”, ou “Trate os fracassos na tentativa de fazer o seu paradigma corresponder à ciência como problemas sérios” (CHALMERS, 1993, p. 126).

Essa “ilusão” recebe também a contribuição da ciência normal, que “implica tentativas detalhadas de articular um paradigma com o objetivo de melhorar a correspondência entre ele e a natureza” (CHALMERS, 1993, p. 126). A função de um paradigma construído e localizado no centro da ciência normal é direcionar os cientistas quanto ao modo como devem produzir conhecimento “científico”. Por conseguinte, o modelo assim produzido é totalmente protegido de quaisquer tipos de falsificacionismo de suas proposições, pois há uma relação estrita entre paradigma e acriticidade:

Um cientista normal não deve ser crítico do paradigma em que trabalha. Somente assim ele será capaz de concentrar seus esforços na articulação detalhada do paradigma e de fazer o trabalho esotérico que é necessário para sondar a natureza em profundidade. É a necessidade de desacordo a respeito das coisas fundamentais que distingue a ciência normal e madura da atividade relativamente desorganizada da pré – ciência imatura. [...] (CHALMERS, 1993, p. 127).

Os cientistas realizam as pesquisas no interior do seu campo de atuação a partir dos preceitos apresentados pela teoria. Chalmers (1993) expõe o modo como eles internalizam os preceitos do paradigma para operacionalizá-los:

[...] Embora não haja uma caracterização explícita e completa, os cientistas individuais adquirem conhecimento de um paradigma através de uma educação científica. Resolvendo problemas – padrão e, eventualmente, fazendo pesquisa sob orientação de um supervisor que já é um praticante treinado dentro do paradigma, um aspirante a cientista fica conhecendo os métodos, as técnicas e os padrões daquele paradigma. Ele não será mais capaz de fazer um relato explícito dos métodos e habilidades que adquiriu, mas um mestre carpinteiro é

capaz de descrever perfeitamente o que está por trás de suas habilidades. Grande parte do conhecimento de um cientista normal será *tácita*, no sentido desenvolvido por Michael Polanyi (CHALMERS, 1993, p. 128).

A partir desse excerto é possível pensar nos manuais que ora criticamos: eles não são indicados para os iniciantes na filologia e não apontam a direção correta para que os neófitos possam praticar com êxito essa ciência? A resposta afirmativa demonstra o modo como os livros primaciais de Segismundo Spina (1977) e Leodegário de Azevedo Filho (1987) são paradigmas da filologia brasileira, que apresentam preceitos paradoxalmente imunes às mudanças e revoluções científicas.

Os paradigmas são continuamente confrontados com anomalias que podem apenas fortalecer o modo de fazer ciência que vigora ou viabilizar uma mudança estrutural que tornará completamente nova a maneira como os cientistas trabalharão. Isso ocorre, como já o descreveu Kuhn (1975), como uma revolução científica. Chalmers (1993) destaca que não há “argumento logicamente convincente” para a mudança paradigmática. Segundo ele:

Há, então, um certo número de motivos inter-relacionados para que, quando um paradigma compete com outro, não haja um argumento logicamente convincente que faça com que um cientista racional abandone um pelo outro. Não há um critério único pelo qual um cientista deva julgar o mérito ou a promessa de um paradigma, ainda mais, proponentes de programas competitivos aderirão a conjuntos diferentes de padrões e verão o mundo de formas diferentes e o descreverão numa linguagem também diferente. O objetivo de argumentos e de discussões entre os partidários de paradigmas rivais deve ser antes a persuasão que a compulsão. Imagino eu neste parágrafo tenha resumido o que se encontra por detrás da afirmação de Kuhn de que os paradigmas rivais são “incomensuráveis” (CHALMERS, 1993, p. 133).

Algumas considerações de Chalmers (1993) são fundamentais no que diz respeito ao processo de mudança propriamente dito. Desse modo, no que se refere à revolução científica, o estudioso afirma que ela

[...] corresponde ao abandono de um paradigma e adoção de um novo, não por um único cientista somente, mas pela comunidade científica relevante como um todo. À medida que um número cada vez maior de

cientista individuais, por uma série de motivos, é convertido ao novo paradigma, há um ‘deslocamento crescente na distribuição de adesões profissões’ (CHALMERS, 1993, p. 133).

É relevante destacar que, para que o paradigma possa ser utilizado de forma prática é imprescindível que não haja reflexão a respeito dos seus preceitos, sua “estrutura” não deve ser objetivo de quaisquer leituras críticas, já que “caso todos os cientistas fossem críticos de todas as partes do arcabouço no qual trabalhassem todo o tempo, trabalho algum seria feito em profundidade” (CHALMERS, 1993, p.134).

Para o pesquisador em questão, há um problema na exposição dos atributos do cientista normal: por sua própria definição, ele jamais poderia avançar além das proposições do paradigma. Isso implica que não haveria possibilidade de “revoluções científicas”, se todos os estudiosos de um grupo ou “comunidade” agissem do modo como o modelo kuhniano prescreve:

Se todos os cientistas fossem e permanecessem cientistas normais, então uma ciência específica ficaria presa em um único paradigma e não progrediria nunca para além dele. Este seria um erro grave, do ponto de vista kuhniano. Um paradigma incorpora um arcabouço conceitual específico através do qual o mundo é visto e no qual ele é descrito, e um conjunto específico de técnicas experimentais e teóricas para fazer corresponder o paradigma à natureza. Mas não há motivo algum, a priori, para que se espere que um paradigma seja perfeito, ou mesmo o melhor disponível. [...] a ciência não deve conter em seu interior um meio de romper de um paradigma para um paradigma melhor. Esta é uma função das revoluções. Todos os paradigmas serão inadequados, em alguma medida, no que se refere à sua correspondência com a natureza. Quando esta falta de correspondência se torna séria, isto é, quando aparece a crise, a medida revolucionária de substituir todo um paradigma por um outro torna-se essencial para o efetivo progresso da ciência (CHALMERS, 1993, p. 134-135).

Desse modo, ao expor um modelo de desenvolvimento da ciência que une observação e paradigma, Kuhn (1975) expõe uma nova possibilidade para o “Indutivismo”, teoria que, por sua vez tem uma visão “cumulativa” do desenvolvimento da ciência, como o demonstra, de forma exaustiva nos capítulos iniciais de seu livro, Chalmes (1993). Ele evidencia o modo como o modelo kuhniano se constitui como uma alternativa a essa visão:

O progresso através de revoluções é a alternativa de Kuhn para o progresso cumulativo característico dos relatos indutivistas da ciência. De acordo com este último ponto de vista, o conhecimento científico cresce continuamente à medida que observações mais numerosas e mais variadas são feitas, possibilitando a formação de novos conceitos, o refinamento de velhos conceitos e a descoberta de novas relações lícitas entre eles. Do ponto de vista específico de Kuhn isto é um engano por ignorar o papel desempenhado pelos paradigmas na orientação da observação e da experiência. [...] (CHALMERS, 1993, p. 135).

Nesse sentido, autor citado afirma que a teoria de Kuhn (1975) associa à observação, que para os indutivistas é suficiente na construção do conhecimento científico, os paradigmas que a direcionam. Desse modo, no modelo em questão, as observações são feitas partindo de uma teoria. No caso do indutivismo, “a confiabilidade da ciência acompanha as afirmações do indutivista sobre a observação e a indução. As proposições de observação que formam a base da ciência são seguros e confiáveis porque sua verdade pode ser averiguada pelo uso direto dos sentidos” (CHALMERS, 1993, p. 34).

Em seu livro, o estudioso, ao discutir as diferenças entre duas correntes de pensamento da pesquisa científica, o relativismo e o racionalismo, estabelece que o modelo kuhniano se identifica com o primeiro segmento de pesquisa, já que não há uma determinação de validade transistórica e “universal” para ele. Conforme a exposição do estudioso em questão, o relativista

[...] nega que haja um padrão de racionalidade universal não – histórico, em relação ao qual possa se julgar que uma teoria é melhor que outra. Aquilo que é considerado como melhor ou pior em relação às teorias científicas variará de indivíduo para indivíduo e de comunidade para comunidade. O objetivo da busca do conhecimento dependerá do que é importante ou daquilo que é valorizado pelo indivíduo ou comunidade em questão. Por exemplo, o controle material sobre a natureza receberá um alto status entre as sociedades capitalistas do Ocidente, tipicamente, mas receberá um status baixo numa cultura em que o conhecimento é projetado para produzir sentimentos de contentamento ou de paz (CHALMERS, 1993, p. 139).

As normas e as peculiaridades do modelo de Kuhn (1975) vinculam-se à determinada comunidade científica e aos seus membros, desse modo, suas peculiaridades não são válidas para quaisquer ciências que, como uma “comunidade”,

terão outras especificações nos seu labor científico. Nesse sentido, haverá distinção entre aquilo que é relevante para determinados cientistas e para sua “comunidade” e aquilo que outro grupo, que passou por processos de mudanças diferenciados e chegou a resultados diferenciados, considera relevante. A implicação dessa responsabilidade atribuída aos cientistas e suas comunidades, segundo o Chalmers (1993), é que “a distinção entre a ciência e a não – ciência variará de acordo com eles”(CHALMERS, 1993, p. 140). E isso se evidencia nas proposições kuhnianas:

[...] Se uma teoria é ou não melhor que outra é um assunto a ser julgado em relação aos padrões da comunidade apropriada, e os padrões variarão, tipicamente, com o cenário histórico e cultural da comunidade. O relativismo de Kuhn está enfatizado nas sentenças de conclusão do pós – escrito à *Estrutura das Revoluções Científicas*. ‘O conhecimento científico, como a linguagem, é intrinsecamente a propriedade comum de um grupo ou então não é nada. Para compreendê-lo será necessário que saibamos as características especiais dos grupos que criam e usam’ (CHALMERS, 1993, p. 145).

O estudioso, no entanto, enfatiza o fato de Thomas Kuhn ter se defendido do relativismo, apontando outra posição: a crença no progresso da ciência. Tais afirmações não alteram o fato de que as características de cada grupo e as decisões de seus membros definem em grande medida, o destino de uma ciência. Além disso, só há ciência, se um campo de estudos passa pelas fases apresentadas em seu modelo, conforme explicita o autor em questão:

Para Kuhn, para um campo ser ou não ciência, dependerá dele se conformar ou não ao relato da ciência oferecido na *Estrutura das Revoluções Científicas*. A característica mais importante de um campo de indagação quanto à distinção entre a ciência e a não ciência, afirma Kuhn, é a extensão em que o campo é capaz de sustentar uma tradição científica normal. Nas palavras de Kuhn: “é difícil encontrar um outro critério que proclame de maneira tão clara um campo como “ciência”. (CHALMERS, 1993, p. 147, grifos do autor).

O problema que surge pelo modo como Kuhn (1975) define o fazer científico e os critérios a serem utilizados, pois a “análise psicológica e sociológica”, segundo ele, resulta no fechamento das teorias e das comunidades científicas à crítica, de tal modo que, a fase em que se encontram será sempre a melhor que poderia estar. Segundo ele:

[...] Nos relatos de Kuhn, os valores operativos no processo da ciência e que determinam a aceitação ou rejeição de teorias devem ser discernidos pela análise psicológica e sociológica da comunidade científica. Quando isto é tomado conjuntamente com as suposições de que a ciência contemporânea é o epítome do melhor da racionalidade, o que sobra é uma posição conservadora. A posição de Kuhn não deixa uma maneira de criticar as decisões e o modo de operações da comunidade científica. Enquanto a análise sociológica é básica dentro do relato de Kuhn, ela oferece pouca coisa à guisa de teoria sociológica e não oferece qualquer sugestão de como distinguir as formas aceitáveis das formas inaceitáveis para se alcançar um consenso. [...] (CHALMERS, 1993, p. 148).

Para Chalmers (1993), essa dependência da comunidade científica e dos indivíduos se afigura muito criticável na explicação da mudança científica. Nesse sentido, a teoria de Kuhn (1975) é indutivista, partindo de um pressuposto primário em relação aos estudos da filosofia da ciência que se baseia na ideia de “conhecimento verdadeiro e provado objetivamente”. Tal posição defendida por Kuhn (1975) rendeu-lhe, segundo ele, críticas de muitos estudiosos, como por exemplo, o próprio Lakatos, mencionado anteriormente, Feyerabend, dentre outros.

O estudioso conclui as suas considerações sobre o “relativismo” afirmando que a diferenciação entre aquilo que define a ciência e o que não a define, não é uma questão relevante para os adeptos dessa corrente de pensamento, uma vez que não há um único conceito para tal que seja preconizada para todas as “comunidades científicas”:

[...] Para o relativista extremado a relação entre ciência e não - ciência torna-se muito arbitrária e menos importante do que o é para o racionalista. Um relativista negará a existência de uma categoria única, a “ciência”, que é intrinsecamente superior a outras formas de conhecimento, embora muito possivelmente aconteça que indivíduos ou comunidades dêem alto valor àquilo a que geralmente se conhece como ciência. Se a “ciência” (o relativista pode muito bem estar inclinado a usar aspas) é altamente respeitada em nossa sociedade, isto deve então ser compreendido analisando-se a nossa sociedade, e não simplesmente analisando a natureza da ciência (CHALMERS, 1993, p. 140).

Os preceitos utilizados e defendidos por Kuhn (1975) dependem de cada Comunidade científica e dos seus membros. Sendo assim, eles são unanimemente aceitos dentro de cada grupo, cujos membros empreenderão os seus estudos a partir das prescrições paradigmáticas.

A essa perspectiva irá se contrapor Imre Lakatos (apud CHALMERS, 1993) na defesa de uma corrente racionalista do conhecimento, centrada na ideia de que os conceitos e categorias de uma teoria devem ser universalmente válidos:

[...] Lakatos declarou explicitamente que o ‘problema central da filosofia da ciência é o problema de explicitar condições *universais* sob as quais uma teoria seja científica’, um problema que é ‘ligado intimamente ao problema da racionalidade da ciência’ e cuja solução ‘deveria nos oferecer orientação quanto a quando é ou não racional a aceitação de uma teoria’. [...] (CHALMERS, 1993, p. 140-141 – grifos do autor).

O que está em causa, para o estudioso citado anteriormente, é “a verdade”, na perspectiva de Lakatos. A “verdade” é um critério definidor do labor científico ou não científico, já que, “o objetivo da ciência é a verdade, e, segundo Lakatos, a metodologia dos programas de pesquisa fornece a melhor maneira de avaliar em que extensão tivemos sucesso em nos aproximar dela” (CHALMERS, 1993, p. 141).

Para Chalmers (1993) tanto a perspectiva da “verdade universal” ou do racionalismo, como a perspectiva relativista apresentam incongruências. Uma posição mais coerente, em relação ao fazer ciência denomina-se “objetivismo”. Essa perspectiva desloca o foco do indivíduo para aquilo que lhe é exterior, demonstrando a inverossimilhança de uma posição como a de Kuhn (1975), por exemplo. De acordo com ele:

[...] O objetivista dá prioridade, em sua análise do conhecimento, às características dos itens ou corpos de conhecimento com que se confrontam os indivíduos, independentemente das atitudes, crenças ou outros estados subjetivos daqueles indivíduos. [...] o conhecimento é tratado como algo exterior, antes que interior, às mentes ou cérebros dos indivíduos (CHALMERS, 1993, p.154).

Na defesa desse ponto de vista, segundo o qual a subjetividade não se constitui como um fator determinante no processo de busca e desenvolvimento do conhecimento científico, o estudioso atribui à sociedade e, paradoxalmente, aos colegas do cientista, o papel de decidir sobre a qualidade e relevância do trabalho produzido. Segundo ele:

[...] O experimentador individual, ao construir o seu aparato, ao julgar a confiabilidade de seu funcionamento e ao usá-lo para obter dados utilizará habilidades profissionais, que aprendeu em parte nos manuais, mas principalmente por tentativa e erro e pela convivência com colegas mais experientes. Qualquer que seja a confiança do experimentador individual na confiabilidade dos resultados que produz, esta confiança subjetiva não será suficiente para qualificar aqueles resultados como parte do conhecimento científico. Os resultados devem ser capazes de resistir a procedimentos de testes adicionais conduzidos, talvez, em primeiro lugar, pelos colegas do experimentador e depois, se a estrutura social da ciência for semelhante a da nossa, pelos árbitros dos periódicos. [...] Isso tudo sugere que uma descoberta experimental, quer se trate da existência de uma nova partícula fundamental, uma estimativa nova e mais precisa da velocidade da luz ou qualquer outra, é vista corretamente como o produto de uma atividade social complexa, mais que como a crença ou posse de um indivíduo (CHALMERS, 1993, p. 159).

Para Chalmers (1993), tal perspectiva pertence, sobretudo, a Popper e Lakatos e Marx, pois a defenderam em seus estudos. A partir da leitura crítica das proposições de Popper (apud Chalmers, 1993), Lakatos (apud Chalmers, 1993) e de Marx (apud Chalmers, 1993), principalmente, da *Metodologia dos Programas de Pesquisa*, de Lakatos, o estudioso mencionado constrói seu argumento a favor da objetividade na construção do conhecimento e também na sua mudança, expondo conceitos como o de “fertilidade dos programas de pesquisas”, que estaria relacionado às possibilidades objetivas de sua exploração. O excerto abaixo expõe a explicação do estudioso a respeito da posição defendida em relação à questão da mudança científica:

[...] Não afirmo, por exemplo, que os cientistas devam escolher trabalhar na teoria com o grau mais alto de fertilidade, especialmente tendo em vista o fato de que um cientista típico não estará numa posição boa para apreciar todas as oportunidades de desenvolvimento oferecidas por um programa ou teoria. O meu relato da mudança supõe que, caso exista uma oportunidade para desenvolvimento, algum cientista ou grupo de cientistas eventualmente se aproveitarão dela, mas não supõe que qualquer cientista ou grupo de cientistas específico estejam cientes de todas as oportunidades de desenvolvimento. Meu relato separa o problema da mudança da teoria do problema da escolha de teoria (CHALMERS, 1993, p. 172-173).

Os problemas relacionados à mudança podem ser englobados na constatação final de que a “ciência” não é una e de que há vários procedimentos e métodos que podem ser utilizados para desenvolver um estudo de cunho científico e que,

contrariamente à perspectiva kuhniana, podem ser criticados, mas não desqualificados por não corresponderem ou não serem reconhecidos pelo grande epíteto de “científico”.

De acordo com ele,

A estrutura de grande parte dos argumentos desse livro foi de desenvolver relatos do tipo de coisa que é a física e testá-los no confronto com a física real. Diante dessa consideração sugiro que a pergunta que constitui o título desse livro é enganosa e arrogante. Ela supõe que existe uma única categoria “ciência” e implica que várias áreas do conhecimento, a física, a biologia, a história, a sociologia e assim por diante se encaixam ou não nessa categoria. Não sei como se poderia estabelecer ou defender uma caracterização tão geral da ciência. Os filósofos não têm recursos que os habilitem a legislar a respeito dos critérios que precisam ser satisfeitos para que uma área do conhecimento seja considerada aceitável ou “científica”. Cada área do conhecimento pode ser analisada por aquilo que é. Ou seja, podemos investigar quais seus objetivos – que podem ser diferentes daquilo que geralmente consideram ser seus objetivos - ou representados como tais -, e podemos investigar os meios usados para conseguir estes objetivos e o grau de sucesso conseguido. Não se segue disso que nenhuma área do conhecimento possa ser criticada. Podemos tentar qualquer área do conhecimento criticando seus objetivos, criticando a propriedade dos métodos usados para atingir esses objetivos, confrontando-a com os meios alternativos e superiores de atingir os mesmos objetivos e assim por diante. Desse ponto de vista não precisamos de uma categoria geral “ciência”, em relação ao qual alguma área do conhecimento pode ser aclamada como ciência ou difamada como não sendo ciência (CHALMERS, 1993, p. 211).

A conclusão a que chega o estudioso é a de que não existem meios pelos quais “julgar” teorias e apresentar decisões a respeito de seu estatuto científico, uma vez que “cada área do conhecimento deve ser julgada pelos próprios méritos, pela investigação de seus objetivos, e, em que extensão é capaz de alcança-los” (CHALMERS, 1993, p. 212).

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Gostaríamos, ao modo de conclusão, de dizer apenas, que esse percurso aqui encetado é uma etapa de um processo de formação, difícil e doloroso, porque implicou, em primeiro lugar, operar a diferença paradigmática naquele que escreve sobre a inércia paradigmática e que sempre está afeito a ela. Se se conseguiu demonstrar como essa mudança de paradigma crítico-filológico é possível, damo-nos por satisfeitos em tê-la demonstrado.

De início, nosso objetivo foi demonstrar o modo como as prescrições metodológicas do lachmannismo são compreendidas pelos primeiros filólogos brasileiros que sistematizaram, em manuais, o modo “científico” como se faz uma edição de tipo crítica a partir das formulações feitas por Karl Lachmann, no século XIX, Segismundo Spina (1977) e Leodegário de Azevedo Filho (1987). Os conceitos fundamentais do método em questão, sobretudo, o de “genuinidade”, foram mantidos e defendidos pelos estudiosos brasileiros a partir dos livros *Introdução à Edótica e Iniciação à crítica textual*, que se destinam aos neófitos na filologia, que teriam condições e a instrumentalização necessária para, a partir do estudo destes manuais e não apenas destes, mas também daqueles que foram escritos por Spaggiari e Perugi (2007) e por Cambraia (2005), produzir uma edição crítica nos moldes lachmannianos, a qual, para os aderentes dessa corrente do fazer crítico, é o único modo de se operar diante de tradições textuais díspares.

As etapas necessárias ao trabalho de um filólogo, nesse sentido, não se modificam, já que são previamente estabelecidas pelo método em questão: *recensio*, *collatio* e *emendatio*. Tais etapas de operacionalização cooperam para uma “circularidade” no labor crítico que foi nosso objetivo demonstrar, em nossa dissertação. Nesse sentido, Hansen e Moreira (2013), por exemplo, comprovaram a forma como os lachmannianos paralisaram em noções como a de “autoria” e de “genuinidade”, que já foram alvo de reflexão e se tornaram insuficientes para muitas “tradições textuais”. De acordo com eles:

A filologia da refundação, no entanto, encontra apenas na invariação a-histórica da categoria “autoria” e na correlata de “genuinidade”, corolário dela, as condições de produção de seu discurso crítico, pois

ambas lhe permitem estabelecer uma relação imaginada com a realidade “desaparecida a ser resgatada e compreendida” em sua *parole* sempre inaugural – ou seja, uma personalidade alheia que urge capturar. A operação filológica visaria assim asseverar como verdadeira a relação que estabelece entre a fixação do texto e a escritura autoral, restituindo textualmente o recém – nascido a partir de uma população de mortos, que são os testemunhos apógrafos constituintes da tradição. Ao mesmo tempo visaria a produzir a ilusão da presentificação da “realidade referencial” que é o autor por meio do estabelecimento do seu *dictum*, ao falar na primeira pessoa, o que só pode ser conjugado na terceira. [...] (HANSEN & MOREIRA, 2013, p. 53, grifos dos autores).

Paul Zumthor, por outro lado, tornou evidente, por meios de vários estudos, a verossimilhança na consideração da historicidade das tradições, pois o espaço e tempo de produção e compartilhamento dos textos determinam muitas das características que são e que serão alvo de análise, contrariamente aos conceitos e categorias que lhe são exteriores e impõem-lhes uma condição de existência que, conforme as investigações de cunho sócio-histórico, não tiveram.

A maioria dos filólogos brasileiros operam conceitos críticos apenas a partir da citação ou da apropriação dos manuais de Spina (1977) e Azevedo Filho (1987), como o demonstraram os exemplos expostos nos primeiro e segundo capítulos. Não há, e Thomas Kuhn explica muito bem essa falha, a devida crítica ou reflexão a respeito dos conceitos e categorias utilizadas nos inúmeros estudos produzidos e publicados. Para Kuhn (1975) uma “invisibilidade” explica o modo como os avanços são desconsiderados em muitas áreas de estudos. O modo como os avanços nos estudos, que preveem a necessidade da reorganização de um campo disciplinar e sua reestruturação, são ignorados muitas vezes, escondem a comodidade dos conceitos já dados, assim como os exemplos e contraexemplos.

Segundo ele, para muitos, a “ciência normal” e seu paradigma nunca sofrerão modificações, pelas dificuldades que há em “ver” um outro modo de “agir” no interior dessa “ciência”, capaz superar àquele com que lidam. Sendo assim, é mais viável que o paradigma permaneça o mesmo, assim com os conjuntos de prescrições que o acompanham e protegem. Essas características da “ciência normal” parecem definir a filologia de base lachmanniana no Brasil e seus adeptos.

Os aderentes ao lachmannismo falharam com relação à própria noção de “método científico” que se constitui como um dos fundamentos que explicam a verossimilhança dos procedimentos metodológicos defendidos, já que, segundo Thomas

Kuhn (1975), existem mudanças ou “revoluções científicas” pelas quais a “ciência” inevitavelmente passa. No entanto, no caso da filologia brasileira, como o demonstrou, exaustivamente, Marcello Moreira, em seus estudos, as categorias analíticas e os conceitos críticos, assim como o modo de operacionalizá-los não sofrem nenhum tipo de mudança: desde a década de setenta, com a primeira edição de *Introdução à Edótica*, os filólogos se debruçam nas mesmas questões frente a conjuntos de textos e “obras” distintos entre si. Desse modo, Hansen e Moreira (2013) defendem a existência de uma “inércia intelectual” que caracteriza a história da filologia brasileira, pelo modo como ela se concentrou nas noções de “genuinidade” e “originalidade” autorais e se tornou indiferente aos avanços que demonstram as falhas e equívocos do método com que laboram. Além destes conceitos basilares defendidos de forma “transistórica” pelos lachmannianos, também são considerados conceitos “científicos” os critérios de *lectio difficilior* e de *usus scribendi*. Como o demonstramos em nossa dissertação, inúmeros equívocos acompanham tais critérios vinculados à ideia de recuperação do texto do autor “gênio”, conforme Hansen e Moreira (2013):

É preciso atentar, ao lerem-se as edições críticas produzidas pelos neolachmannianos, à idéia motriz de “autoria”, desprovida de qualquer particularização histórica, e outras que lhes são complementares, como a de “genuinidade”, tomada também no sentido de *origem* e de *estranhamento* poético. Há, nessas edições, escolha pela adoção e transhistoricização de categorias “que caracterizam, em um momento histórico particular, o regime de produção de discursos”, como o é a de “autoria”, categoria que, para muitos, também domina no mundo contemporâneo a relação com as obras, permitindo falar filologicamente de sua “coerência”, da qual derivam conceitos e práticas restitutivos dos textos, como os de *lectio difficilior* e de *usus scribendi*. Uma proposta filológica que vise fissurar, “quando pertinente”, o paradigma filológico centrado na figura do autor, deve esforçar-se por compreender a cadeia das recepções, que é muitas vezes cadeia irregular e descontínua de emergência da “obra” na história e que implica atualizações mais ou menos parciais, nos presentes da apropriação, de enunciados pretéritos. [...] (HANSEN & MOREIRA, 2013, p. 49-50 grifos dos autores).

Os problemas da dependência que o método crítico lachmanniano tem do autor e de sua última vontade autoral multiplicam-se devido à complexidade inerente ao estabelecimento das lições que lhes são advindas. Essa delimitação do objetivo da crítica textual de “restituir” o “*dictum*” do autor é comum a todos que provavelmente

iniciaram os seus estudos em filologia a partir dos manuais que criticamos em nossa dissertação, porque o método os faz pensar de uma mesma forma e, além disso, é capaz de demonstrar o modo “natural” como se deve ser pensar “cientificamente” o labor crítico, como evidenciam os estudiosos supracitados:

Enquanto esquema conceitual, o método parece limitar a cognição individual com tamanho rigor que acaba por fazer crer aos seus praticantes que institui um discurso crítico “de acordo com a ordem natural das coisas”, o que torna o pensável dependente do pensado e do instituído. É como se a filologia de base romântica, originada no século XIX, fortemente assentada em instituições de saber, como já o demonstraram, para o âmbito dos estudos filológicos na França e na Espanha, respectivamente Hans Ulrich Gumbrecht (1986) e Joan Ramon Resina (2007), houvesse se tornado a lei de um grupo, o dos filólogos, e a lei de uma pesquisa “científica”. [...] (HANSEN & MOREIRA, 2013, p. 54-55).

A utilização de um método capaz de resolver os problemas dos mais diversos conjuntos de textos, cujo espaço e tempo de produção são totalmente de distintos, confronta-se com os estudos de cunho histórico que demonstram que as tradições possuem suas “singularidades”:

Não se reconhecia e muita vez ainda não se reconhece àquilo que se edita o direito de alteridade, de ser diferente. É por razão dessa possibilidade de diferença constitutiva do objeto em termos históricos que Jean Starobinski afirma: “Antes de toda explicação, antes de toda interpretação compreensiva, deve ser o objeto reconhecido em sua singularidade”. É preciso dizer que o trabalho de restituição textual, norteador *a priori* por um conjunto de categorias críticas historicamente situadas e que não são relativizadas pela maior parte dos filólogos brasileiros, implica a inscrição de um sentido único, ajuizado como próprio para a tradição a ser editada, e que se produz por subtração. [...] (HANSEN & MOREIRA, 2013, p. 56-57).

Há um “sentido único” e dado no modo como a finalidade da crítica textual é apresentada pelos filólogos inaugurais e na maneira como será, posteriormente, compreendida pelos seus leitores, como explicita os estudiosos em questão:

Pode-se dizer que a correlação entre Filologia e “restauração, inteligência e explicação dos textos”, tal como proposta por Segismundo Spina, a partir de uma longa tradição filológica que remonta a tempos passados, elidiu de modo paradoxal a possibilidade crítica de criticar-se a própria correlação, pois, se por um lado é pertinente compreender a filologia como *ars* de inteligência e explicação de textos, por outro não é apropriado dizer que cabe a ela “restaurar” os textos, a não ser que se entenda a “restauração” como procedimento que pode inclusive elidir a própria *restitutio textus*, que é aquilo que “restauração” significa em textos filológicos spinianos. Restaurar a tradição de Jaufré Rudel significaria repor em circulação todas as variantes textuais presentes nos diversos testemunhos e que foram objeto de recepção e remanejamento pelos auditórios coevos do poeta, já que “restauração”, dessa maneira, seria dar ao público contemporâneo do editor condições para que se desse, filológica e historicamente, a promoção da inteligência e explicação da tradição de que as variantes textuais participam e em que estão subsumidas (HANSEN & MOREIRA, 2013, p. 67-68).

Desse modo, os estudiosos citados destacam, justamente, a necessidade de reflexão crítica, que deveria estar pressuposta no próprio caráter histórico da atividade filológica, nos estudos daqueles que estão em condições razoáveis para visualizarem os problemas e equívocos que uma “inércia” paradigmática pode causar em uma disciplina, no que diz respeito aos seus avanços e também em sua verossimilhança enquanto produção de conhecimento. De acordo com eles:

[...] Se nos inserimos em uma tradição crítica, se somos herdeiros de um arsenal teórico, de métodos, de instrumentos de inteligibilidade dos textos, isso não quer dizer que devemos nos contentar com nossa herança, sobretudo quando ela nos obriga a sempre ver os objetos por um mesmo prisma universalizado, que, paradoxalmente, refrata às avessas a luz da história, impedindo-nos de reconhecê-la em sua diferença. O que se censura à filologia de base neolachmanniana é que, sob sua aparente neutralidade, em sua ingenuidade real ou fingida, em sua busca pela restituição do texto dito genuíno, ela porta consigo um sistema de valores que, no Brasil, talvez por inércia intelectual, talvez por nacionalismo, talvez por ideologia se tem julgado como portador de validade transistórica. [...] (HANSEN & MOREIRA, 2013, p. 69).

A questão da “cientificidade” da crítica textual gera, portanto, outros problemas, pelo fato, já mencionado, de tratar-se de uma disciplina de cunho histórico. De acordo com Jurandir Malerba (2006), aqueles que trabalham com a historiografia da

história, por exemplo, necessitam de uma visão retrospectiva que seja, sobretudo, reflexiva e crítica. Segundo ele:

O caráter auto – reflexivo do conhecimento histórico talvez seja o maior diferenciador da História no conjunto das ciências humanas. Embora às vezes nos deparemos com algumas aberrações em contrário, o trabalho do profissional de história exige um exercício de memória, de resgate da produção do conhecimento sobre qualquer tema que se investigue. Não nos é dado supor que partimos de um “ponto zero”, decretando a morte cívica de todo um elenco de pessoas que, em suas diversas gerações, e à luz delas, voltou-se a este ou aquele objeto que porventura nos interessa atualmente. Devido a uma característica básica do conhecimento histórico, que é sua própria historicidade, temos de nos haver com todas as contribuições que nos antecederam. Essa propriedade eleva a crítica historiográfica a fundamento do conhecimento histórico (MALERBA, 2006, p. 15).

Segundo ele, o modo como o conhecimento em História é produzido, com toda sua complexidade, é distinto em relação às outras áreas do conhecimento, por que o caráter crítico é “incontornável”. Nesse sentido, as novas gerações trabalham em melhores condições de apresentar uma visão reflexiva do que as anteriores:

Portanto, a fonte geradora da historiografia é a necessária reificação das versões do passado histórico, operada a cada geração. Quase desnecessário lembrar a ascendência croceana dessa postura, de acordo com a qual cada época levanta suas próprias questões e novas demandas e fórmulas para uma sociedade interrogar seu passado. A reificação, motivada e condicionada pela própria inserção social do historiador em seu contexto, costuma apoiar-se também em recentes descobertas documentais e/ ou no alargamento do horizonte teórico – metodológico da disciplina. Desse modo, como ensina Rüsen, cada geração conhece mais o melhor o passado do que a precedente. É essa historicidade do próprio conhecimento que obriga o historiador a haver-se com toda a produção que procura superar. Nasce aqui a necessidade incontornável da crítica (MALERBA, 2006, p. 17).

Desse modo, as contribuições do estudioso em questão evidenciam o paradoxo do vínculo entre o caráter histórico de uma disciplina e a necessidade de correspondência com um “método científico”, no sentido defendido por Spina (1977) e Azevedo Filho (1987), de imutabilidade e permanência. Nesse sentido, Hansen e Moreira (2013) ainda demonstraram a impertinência da postura dos filólogos filiados ao

lachmannismo no que diz respeito ao aspecto histórico das “tradições” com que lidam. Segundo eles:

[...] A tradição, como produto de um processo, sofreu e sofre a ação das mais variadas forças históricas, podendo ser considerada por muitos – o que constitui etapa desse mesmo processo – como restos de um circuito comunicacional que a filologia tem sonhado recuperar, ao menos no que respeita ao resgate da mensagem em seu estado primeiro; como produto do exercício das formas de domínio e de direito (por exemplo, da propriedade), relativamente a um campo disciplinar ou a campos disciplinares complementares e/ou concorrentes (Filologia e História Literária, por exemplo), que reservam para si o *ius* de legitimar as tradições na medida em que delas se apoderam por meio de seus métodos críticos (HANSEN & MOREIRA, 2013, p. 72-73).

Nessa perspectiva, a ideia de onde partem os lachmannianos, de “direito” e “propriedade”, por exemplo, no que diz respeito às tradições textuais de que se apropriam, gera equívocos do ponto de vista histórico, pelo fato de que o seu objetivo, ao se apropriarem de tais conjuntos de textos, é restituir a “mensagem primeira” dos textos. Segundo Hansen e Moreira (2013):

A ação de apropriação das tradições no âmbito filológico é vista pelos filólogos, no que concerne à recuperação do circuito comunicacional, como restituição da mensagem original, sem considerar a historicidade do próprio circuito, o que inevitavelmente os conduz a uma má compreensão da natureza da mensagem. No que respeita à apropriação da tradição pelo exercício de um domínio e de um direito, a filologia legitima-se ao se declarar força de conservação da memória e do patrimônio escritos, enquanto simultaneamente declara a premente necessidade de intervenção nas tradições para deter o processo de deterioração que lhes é inerente e a restituir a mensagem, o que só ela tem autoridade para empreender de modo satisfatório. Os textos autorizados são aqueles ditos *críticos*, modelados a partir de um método e de seus pressupostos invariáveis frente a tradições historicamente muito variáveis. Pode-se dizer que a Filologia praticada por muitos filólogos tem um metaestatuto irrefletido e é ele que afiança a modelização e a legitimação das tradições restituídas. A Filologia dos neolachmannianos instituiu como comunicação “competente” a que é centrada na figura do *autor*, circuito comunicacional fechado, em que produção, publicação e apropriação estão predeterminadas pelo preconceito que os filólogos têm do próprio circuito. [...] (HANSEN & MOREIRA, 2013, p. 73, grifos dos autores).

Desacreditar do método defendido, por exemplo, por Segismundo Spina e Leodegário de Azevedo Filho, significa vislumbrar o fim do “dogmatismo” e da “acriticidade” que definem a prática filológica, segundo os estudiosos supramencionados:

A recusa ao método de Lachmann e a seus derivativos é uma recusa ao seu *meta-status* crítico e da sua metalinguagem enceguedora. Como já o disse Michel de Certeau: “Recusar a ficção de uma metalinguagem que unifica o todo é deixar transparecer a relação entre os procedimentos críticos limitados e aquilo que lhes falta do ‘real’ ao qual se referem”. Recusa importante, pois, ao evidenciar sua precariedade, impede a afirmação do dogma, como também o diz Michel de Certeau, da “adequação” do discurso ao real, dogma esse que institui a relação dos fatos como procedimento doutrinal (HANSEN & MOREIRA, 2013, p. 76-77).

Desse modo, por serem passíveis de qualificações como, por exemplo, “dogmáticos”, “acríticos”, “a-históricos” e “universalizantes”, qualificações que demonstram as incoerências das correntes críticas centradas na figura do “autor”, os manuais que criticamos em nossa dissertação, resistem a fazerem parte da “história dos métodos filológicos”, pois se constituem como um modo único de operar “cientificamente” nessa área. Segundo eles:

[...] Esses manuais, contudo, não se propõem a ser uma história dos métodos filológicos, ou, quando tangenciam a história da disciplina, só o fazem para tentar demonstrar o *telos* inescapável de nosso campo disciplinar atemporal, como se a filologia, desde seus primórdios, tivesse de uma vez por todas determinado sua finalidade e crescentemente encontrado os meios para a sua consecução. [...] (HANSEN & MOREIRA, 2013, p. 77).

Portanto, objetivamos, ao longo de nossa dissertação, demonstrar como a “inércia” paradigmática se constitui como um traço definidor da filologia brasileira, já que esta, do ponto de vista histórico, deixou de se renovar e de levar em consideração os estudos que comprovam o modo de existência de “tradições” textuais para as quais não há possibilidade de realização da finalidade da crítica textual lachmanniana, de “restituição da última vontade do autor”. Desse modo, objetivamos também destacar

que uma mudança é oferecida pelo estudo da historicidade das tradições e pela consideração de suas peculiaridades.

REFERÊNCIAS

AZEVEDO FILHO, Leodegário Amarante. *Base Teórica de Crítica Textual*. Rio de Janeiro: H. P. Comunicação, 2004.

_____. *Iniciação Em Crítica Textual*. Rio De Janeiro: Ars Poética; São Paulo: EDUSP, 1987.

BÄUML Franz H. **Medieval Texts and the Two Theories of Oral-Formulaic Composition**: A Proposal for a Third Theory Source: *New Literary History*, Vol. 16, No. 1, Oral and Written Traditions in the Middle Ages (Autumn, 1984), pp. 31-49
Published by: The Johns Hopkins University Press Stable URL: <http://www.jstor.org/stable/468774> .Accessed: 27/05/2011 11:52

CHALMERS, Alan F. **O que é ciência, afinal?** Tradução Raul Fiker. 1. Ed. São Paulo: Brasiliense, 1993.

CAMBRAIA, César Nardelli. **Introdução à crítica textual**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

CASTRO, Ivo. **O Retorno à Filologia**. In: *Miscelânea de Estudos Linguísticos in Memoriam Celso Cunha*, Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1995, pp. 511-520.

_____. **Recensão Spina**. In: *Boletim de Filologia*, Lisboa, XXVI, 1980-1, pp.374-386.

CINTRA, Luís F. Lindley, **Sobre o Códice Alcobacense 290** (ant. 316) da Biblioteca Nacional de Lisboa (autógrafo de Duarte Galvão?). In: *Boletim de Filologia*. Tomo XXIII, Fascículo 1-4. Centro de Estudos Filológicos, Lisboa, 1974, p. 255-275.

CUNHA, Celso. **Sob a Pele das Palavras**; Cilene da Cunha Pereira, organização, introdução e notas. Rio de Janeiro: Nova Fronteira: Academia Brasileira de Letras, 2004.

DUARTE, Luiz Fagundes. **Prática de Edição: “Onde Está o Autor?”** In: *Gênese e Memória: [anais] do 4º Encontro Internacional do Manuscrito e de Edições / organizador Philippe Willemart – São Paulo: ANNABLUME: Associação de Pesquisadores do Manuscrito Literário, 1995, p. 335-358.*

EPSTEIN, Isaac. **Revoluções Científicas**. São Paulo: Editora Ática, 1988.

HANSEN, João Adolfo. **Clavis Prophetarum: Profecia e Tempo**. In: *Gênese e Memória: [anais] do 4º Encontro Internacional do Manuscrito e de Edições / organizador Philippe Willemart – São Paulo: ANNABLUME: Associação de Pesquisadores do Manuscrito Literário, 1995, p. 117-127.*

HANSEN, João Adolfo & MOREIRA, Marcello. **Para que Todos entendais: Poesia Atribuída a Gregório de Matos e Guerra: Letrados, Manuscritura, Retórica, autoria, obra e público na Bahia dos séculos XVII e XVIII, Volume 5 /João Adolfo Hansen, Marcello Moreira. –Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013.**

HOUAISS, Antonio. **Elementos de Bibliologia**. São Paulo: Hucitec, 1983.

KUHN, Thomas S. A. **Estrutura das Revoluções Científicas**. São Paulo: Perspectiva, 1975.

LAPA, Manuel Rodrigues (1964-1973). **Recensão a Tavani (Giuseppe)**. Le poesie di Ayras Nunez. In: *Boletim de Filologia*. Tomo XXII, Lisboa: Centro de Estudos Filológicos, 1964-1973.

LEONEL, Maria Célia de Moraes. **Procedimentos Adotados Para a Edição**. In: *Gênese e Memória: [anais] do 4º Encontro Internacional do Manuscrito e de Edições / organizador Philippe Willemart – São Paulo: ANNABLUME: Associação de Pesquisadores do Manuscrito Literário, 1995, p. 167-173.*

LIMA, Maria Van Dijck. **Edição Genética: Para uma Metodologia de Trabalho**. In: *Gênese e Memória: [anais] do 4º Encontro Internacional do Manuscrito e de Edições / organizador Philippe Willemart – São Paulo: ANNABLUME: Associação de Pesquisadores do Manuscrito Literário, 1995, p. 193-201.*

MALERBA, Jurandir. **Teoria e história da historiografia**. In: MALERBA, Jurandir (Org.). *A História escrita: Teoria e História da Historiografia*. São Paulo: Contexto, 2006. p. 11-26.

MASSINI-CAGLIARI, Gladis. **Cancioneiros Medievais Galego-Portugueses**. São Paulo: Fontes, 2007.

MELO, Gladstone chaves de. **Iniciação à Filologia e à Lingüística Portuguesa**. Livraria Acadêmica, Rio de Janeiro, 1975.

MENDES, Marlene Gomes. Edição **Crítica em Perspectiva Genética de As Três Marias**, de Raquel de Queiroz. Niterói: EDUFF, 1998.

MOREIRA, Alice Therezinha Campos. **Fixação do Texto Poético de Lobo da Costa**. In: Gênese e Memória: [anais] do 4º Encontro Internacional do Manuscrito e de Edições / organizador Philippe Willemart – São Paulo: ANNABLUME: Associação de Pesquisadores do Manuscrito Literário, 1995, p. 287-293.

MOREIRA, Marcello. *Crítica Textualis in Caelum Revocata? Uma Proposta de Edição e Estudo da Tradição de Gregório de Matos e Guerra*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2011a.

_____ **Composição de Poemas pela Técnica de Combinação, Encaixe e Remanejamento** no Corpus Poético Atribuído a Gregório de Matos e Guerra. (2014, no prelo).

_____ **Edição Crítica Da *Écloga Piscatória* De Santa Rita Durão** (Ou Um Pequeno Ensaio Filológico). REEL – Revista Eletrônica de Estudos Literários, Vitória, s. 1, a. 5, n. 5, 2009.

_____ **O Conceito “Lectio Difficilior”: Problemas Para sua Operacionalização**. In: [Atas] Semana de Filologia na USP (5: 2010: São Paulo) – Atas da V Semana de Filologia na USP, 26 a 30 de abril de 2010 (organizadores: Luiz Antonio Lindo e José Rodrigues Seabra Filho) – 2º ed. São Paulo: DLCV/ FFLCH-USP, 2010, p. 216-233.

_____ **Texto Movente: Instabilidade Textual na Tradição de Gregório de Matos e Guerra**. (2014, no prelo).

_____ **Uma Crítica a Spaggiari e Perugi**. In: Tágides: revista de Literatura, Cultura e Arte Portuguesa/ Programa de Pós – Graduação em Literatura Portuguesa. Departamento de Literatura Clássicas e Vernáculas. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo – n.1 (2011) – São Paulo: Lumme Editor, 2011b, p. 112-131.

NARO, Anthony Julius. **Tendências Atuais da Linguística e da Filologia no Brasil**. Trad. Maria Candida Diaz Bordenave e Marilda Winkler Averbug, revisão técnica de Lucia Maria Pinheiro Lobato. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976.

SALLES, Cecília Almeida. **Crítica Genética- Fundamentos dos estudos genéticos sobre o processo de criação artística**. São Paulo: EDUC, 2008.

SILVA, José Pereira de. **A Crítica Textual Através da Edição Crítica da *Lírica de Camões de Leodegário A. de Azevedo Filho***. *Cadernos do CNLF*, Vol. XVI, Nº 03 – *Livro de Minicursos e Oficinas*, p. 9-18.

_____ **A Metodologia da Crítica Textual**. Disponível em: [http://www.filologia.org.br/revista/artigo/3\(8\)16-27.html](http://www.filologia.org.br/revista/artigo/3(8)16-27.html) (Acesso: 19/04/2014).

_____ **Para uma bibliografia brasileira de crítica textual**: com as resenhas dos três manuais teóricos deste século. - Rio de Janeiro: J. Pereira da Silva, 2007.

SILVA, Maximiano de Carvalho. **Crítica Textual Conceito — Objeto — Finalidade**. <http://maximianocsilva.pro.br/doc7.htm> (acesso em 12/03/2014).

SPAGGIARI, Barbara & PERUGI, Maurizio. **Fundamentos da Crítica Textual: História, Metodologia, Exercícios**. Rio de Janeiro: Lucerna, 2004.

SPINA, Segismundo. **Introdução À Edótica - Crítica Textual**. São Paulo: Cultrix: 1977.

TOPA, Francisco. **Para uma Edição Crítica da Obra do Arcade Brasileiro Silva Alvarenga** – Inventário Sistemático dos seus Textos e publicação de novas versões, dispersos e inéditos. Porto: Edição do Autor, 1998.

VERLANGIERI, Iná Valéria Rodrigues. **Correspondência Inédita de João Guimarães Rosa; Critérios para Publicação**. In: *Gênese e Memória: [anais] do 4º Encontro Internacional do Manuscrito e de Edições / organizador Philippe Willemart* – São Paulo: ANNABLUME: Associação de Pesquisadores do Manuscrito Literário, 1995, p. 243-251.

ZUMTHOR, Paul, **A Letra e a Voz: A "Literatura" Medieval**; trad. Amálio Pinheiro, Jerusa Pires Ferreira. - São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

_____ **From the Universal to the Particular in Medieval Poetry**. Source: MLN, Vol. 85, No. 6, *Comparative Literature* (Dec., 1970), pp. 815-823 Published by: The Johns Hopkins University Press Stable URL: <http://www.jstor.org/stable/2908112> .Accessed: 16/06/2014 14:11

_____ **Introdução à Poesia Oral.** São Paulo: Hucitec, 1997.

_____ **Les marques du chant.** Le point de vue du philologue. *Revue de Musicologie*, T. 73, No. 1 (1987), pp. 7-18. Published by: Société Française de Musicologie. Stable URL: <http://www.jstor.org/stable/928909>. Accessed: 16/06/2014 14:07

_____ **Performance, Recepção e Leitura.** Trad. Jerusa Pires Ferreira e Suely Fenerich. 2ª ed., São Paulo: Cosac Naify, 2007, 128p.

_____ **The Impossible Closure of the Oral Text.** In: *Yale French Studies*, vol. 67, Concepts of Closure, 1984, pp. 25-42.